



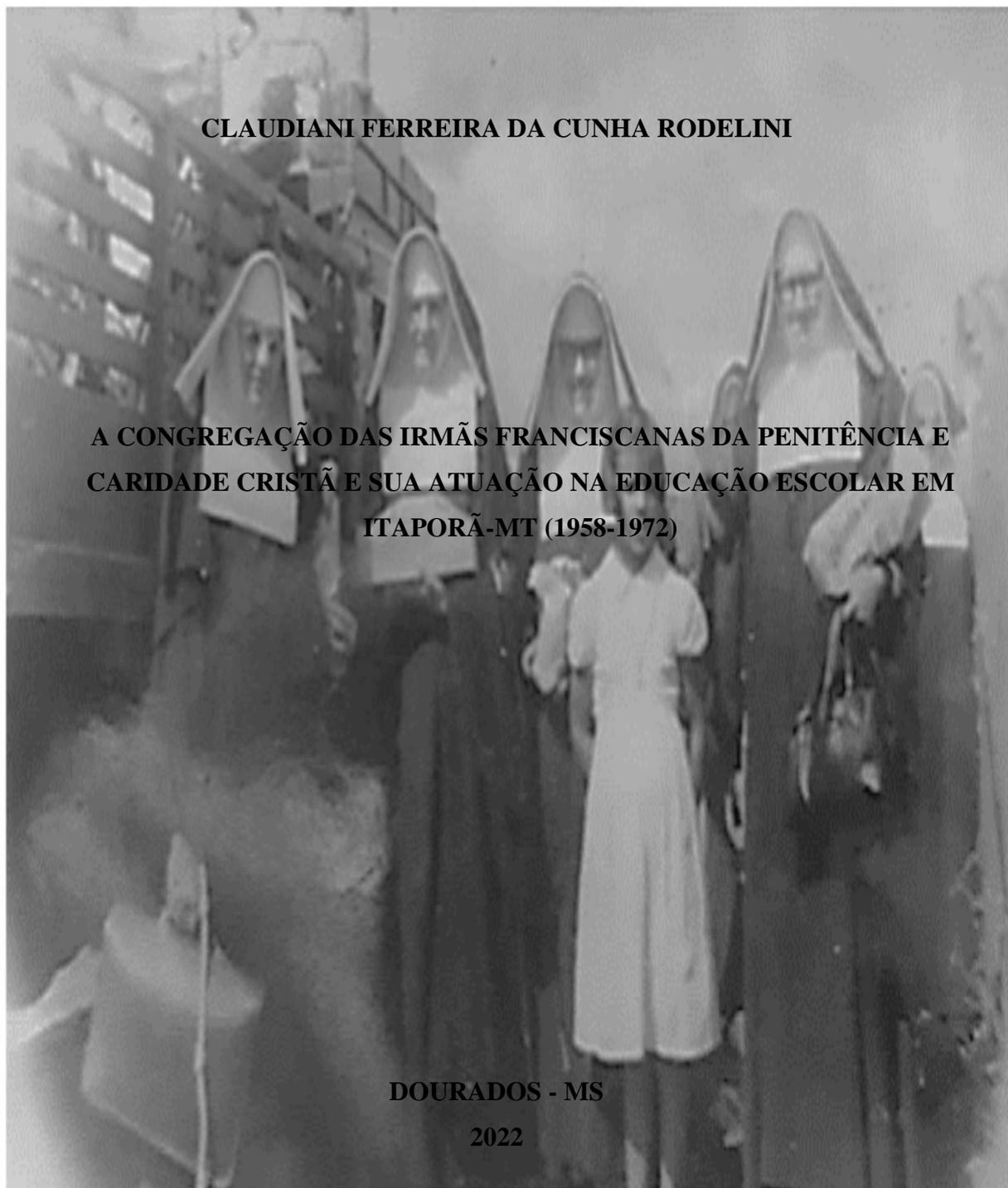
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

CLAUDIANI FERREIRA DA CUNHA RODELINI

**A CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS FRANCISCANAS DA PENITÊNCIA E
CARIDADE CRISTÃ E SUA ATUAÇÃO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR EM
ITAPORÃ-MT (1958-1972)**

DOURADOS - MS

2022



CLAUDIANI FERREIRA DA CUNHA RODELINI

**A CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS FRANCISCANAS DA PENITÊNCIA E
CARIDADE CRISTÃ E SUA ATUAÇÃO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR EM ITAPORÃ-
MT (1958-1972)**

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), como exigência para a obtenção de título de Doutora em Educação.

Linha de Pesquisa: História da Educação, Memória e Sociedade, da Faculdade de Educação

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Alessandra Cristina Furtado

DOURADOS - MS

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

R687c Rodelini, Claudiani Ferreira Da Cunha

A CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS FRANCISCANAS DA PENITÊNCIA E CARIDADE CRISTÃ E SUA ATUAÇÃO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR EM ITAPORÃ-MT (1958-1972) [recurso eletrônico] / Claudiani Ferreira Da Cunha Rodelini. -- 2022.

Arquivo em formato pdf.

Orientadora: Dra. Alessandra Cristina Furtado .

Tese (Doutorado em Educação)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2022.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:

<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. História da Educação. Irmãs Franciscanas. Catolicismo. Educação Escolar. Sul de Mato Grosso.. I. Furtado, Dra. Alessandra Cristina. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

CLAUDIANI FERREIRA DA CUNHA RODELINI

**CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS FRANCISCANAS DA PENITÊNCIA E CARIDADE
CRISTÃ E SUA ATUAÇÃO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR EM ITAPORÃ-MT (1958-
1972)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Educação, sob a orientação da Profa. Dra. Alessandra Cristina Furtado.

Área de concentração: História, Políticas e Gestão da Educação.

Linha de pesquisa: História da Educação, Memória e Sociedade.

Data da defesa: ____/____ 2022.

Profa. Dra. Alessandra Cristina Furtado – Orientadora e Presidente da Banca
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

Profa. Dra. Rosemeire de Lourdes Monteiro Ziliani – Membro Titular Interno
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

Profa. Dra. Magda Carmelita Sarat Oliveira – Membro Titular Interno
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

Profa. Dra. Elizabeth Figueiredo de Sá – Membro Titular Externo
Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)

Profa. Dra. Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida – Membro Titular Externo
Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC)

Dourados – MS
outubro de 2022

*Às minhas filhas, Heloisa Rodelini e Lorena Rodelini,
parceiras nas horas de alegrias e sofrimentos
durante o longo período de escrita deste trabalho.
Meu amor e sincero agradecimento.*

AGRADECIMENTOS

Antes de agradecer às pessoas que foram significativas para a concretização deste trabalho, agradeço primeiramente a Deus, princípio e fim de tudo; minha eterna gratidão.

Agradeço à minha família, amor maior, que sempre se fez presente em meus projetos e me encorajou a voar cada vez mais alto.

À minha orientadora, Profa. Dra. Alessandra Cristina Furtado, que aceitou o desafio de me orientar. Obrigada por contribuir com minha formação enquanto pesquisadora e professora.

À professora Elizabeth Figueiredo de Sá, pessoa tão generosa, que, mesmo distante em dimensões geográficas, esteve muito próxima no desenvolvimento desta pesquisa. Obrigada pelas conversas, pelo encorajamento tão significativo para o desenvolvimento desta tese. Minha eterna Gratidão.

Ao Frei Alvinho Francisco de Souza e ao Frei José Sérgio dos Santos Oliveira, pela acolhida na Igreja São José de Itaporã, e pelo acesso aos documentos da Igreja.

Às funcionárias da Paróquia São José, Márcia da Costa Nonato Reis e Feliciano Rebeque, pelo atendimento e envio de documentos.

Às Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã, em especial, à Irmã Sérgia Wolfart, à Irmã Maria Valdete Ferreira e à Irmã Maria Aparecida Marques, pelas informações e envio de documentos.

Às professoras Dra. Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida, Dra. Rosemeire de Lourdes Monteiro Ziliani, Dra. Magda Carmelita Sarat Oliveira, pelas significativas contribuições para com a pesquisa e a escrita desta tese. Com olhares diversos, atentos e cuidadosos orientaram-me a tornar ainda mais qualitativa a escrita e as análises aqui desenvolvidas.

Aos professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGEdu/FAED/UFGD), pelas contribuições teóricas no processo de desenvolvimento da tese.

Às secretárias do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Eliza e Valquíria, pela paciência, esclarecimentos de dúvidas, por lembrar-me dos prazos, de modo sempre atencioso e com humanidade.

Ao Grupo de Pesquisa História da Educação, Memória e Sociedade (GEPHEMES), que, principalmente, por meio dos encontros do GEPHEMES CONVIVA e dos Seminários Temáticos contribuíram com a parte teórica da pesquisa de doutorado.

Aos meus irmãos, Claudinei, Mercy e Cristiani, que acompanharam toda minha vida e compartilharam comigo todas as angústias da escrita deste trabalho.

A Antônio Rodelini, que sempre me estimulou a prosseguir e ir em busca dos meus sonhos...

À minha amiga, Cristiane Pereira Peres, pela amizade e parceria ao longo do doutorado, realizada durante as disciplinas cursadas, a participação nos Congressos da área de História da Educação, nas publicações, uma amizade construída no doutorado e que, certamente, seguirá para a vida.

Enfim, a todos(as) que, direta e indiretamente, contribuíram para a construção deste trabalho, muito obrigado!

RESUMO

A presente tese vincula-se à linha de pesquisa “História da Educação, Memória e Sociedade”, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados. O foco do estudo está na atuação educacional escolar da Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã, oriundas da Província do Rio Grande do Sul, que migraram para o sul de Mato Grosso, mais precisamente, para os municípios de Dourados e Itaporã. Para tanto, o objetivo principal, desta pesquisa, é analisar a atuação educacional da Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã, buscando compreender a contribuição das religiosas para implantação e consolidação da educação escolar de orientação católica no município de Itaporã, no período de 1958 a 1972. A delimitação temporal da pesquisa tem como marco inicial o ano de 1958, que assinala a chegada da Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã ao município de Itaporã, e finda no ano de 1972, por sinalizar o período em que as Irmãs dessa Congregação religiosa retiraram-se da administração do Grupo Escolar Antônio João Ribeiro. A pesquisa tem como questão central: como a Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã, por meio de sua atuação educacional, contribuiu para o desenvolvimento da educação escolar de orientação católica no município de Itaporã, no período de 1958 a 1972? A investigação ancora-se nos conceitos de estratégias e táticas de Certeau (1998). O desenvolvimento da pesquisa constituiu-se de fontes históricas, como as dos livros “Tombo da Paróquia São José de Itaporã”, Crônicas da Escola Santo Antônio e “Paróquia São José de Itaporã-MS” (2006), e também de obras redigidas pelos integrantes da Ordem Franciscana, a saber a de autoria de Irmã Maria Aparecida Marques, intitulada “Uma trajetória de fé e perseverança: Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã” (2008); a de Irmã Benícia Flesch, “Seguindo Passo a Passo, uma caminhada: história da Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã no Brasil” (1993), e a de Pedro Knob (1988), “A Missão Franciscana do Mato Grosso” (1988). Ademais, relatórios da secretaria de educação de Mato Grosso e reportagens do Jornal “O Progresso”, bem como Arquivos da Escola Estadual Antônio João Ribeiro, como: Livro de Registro de Diplomas dos alunos do município de Itaporã (1955-1966), Livro de Registros de Atas Cívicas e Reuniões do Grupo Escolar Antônio Joao Ribeiro (1958-1976) fazem parte das fontes consultadas. As fontes analisadas são oriundas do arquivo público de Cuiabá- MT, do Centro Regional de Documentação da UFGD – MS e da Diocese de Itaporã-MS. Também foram consultados arquivos pessoais de sujeitos que vivenciaram o recorte temporal e espacial desta pesquisa. Os resultados deste estudo possibilitam compreender que a Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã, por meio de sua atuação educacional, contribuiu para o desenvolvimento da educação escolar de orientação católica em Itaporã, no período de 1958 a 1972, uma vez que essas Irmãs deslocaram-se para esse município com o propósito de auxiliar os trabalhos dos Frades Franciscanos, bem como para prestar serviços educacionais e atuar no ensino primário no Grupo Escolar Antônio João Ribeiro e na Escola Reunidas de Itaporã, como também na educação pré-escolar, junto ao Jardim da Infância paroquial. No Jardim, atendiam às crianças que ainda não tinham idade para frequentarem o Grupo Escolar Antônio João Ribeiro ou a Escola Reunida de Itaporã. Essa atuação educacional foi empreendida tanto na docência quanto na administração escolar, pois, nessa época, Itaporã ainda carecia de professores habilitados, e elas já chegaram com o diploma da Escola Normal. Além disso, as Irmãs Franciscanas fundaram a Escola Santo Antônio, em 1960, instituição confessional católica, a qual tinha como propósito abrir as portas para o trabalho dessas religiosas em diversos níveis da educação em Itaporã, como no Curso Normal, Jardim de Infância, Primário e Ginásio. Para atuarem em diversos seguimentos da educação, em Itaporã, a pesquisa demonstra que as Irmãs da Penitência e Caridade Cristã juntamente com os Franciscanos construíram táticas e estratégias para que o ensino fosse ofertado e legitimado nesse município

não somente nas escolas confessionais, mas também em diferentes escolas, inclusive, nas pertencentes à iniciativa pública localizadas no município de Itaporã e, assim, produziram normas e práticas que possibilitaram forjar, instruir e catequizar.

Palavras-chave: História da Educação; Irmãs Franciscanas; Catolicismo; Educação Escolar; Sul de Mato Grosso.

ABSTRACT

The present doctoral dissertation is linked to the line of research “History of Education, Memory and Society” of the Graduate Program in Education of the Federal University of Grande Dourados. The study focus lies on the educational actions of the Congregation of the Franciscan Sisters of Penance and Christian Charity, who migrated from the Province of Rio Grande do Sul into the southern Mato Grosso, more precisely to the municipalities of Dourados and Itaporã. The study aims at analyzing the educational actions of the Congregation of the Franciscan Sisters of Penance and Christian Charity, seeking to understand their contribution to the implementation and consolidation of the catholic-oriented school education in the municipality of Itaporã, from 1958 to 1972. The time delimitation of the research starts in 1958 because the Congregation of the Franciscan Sisters of Penance and Christian Charity arrived in Itaporã that year, and finishes in 1972 for that was the year when the Sisters of the Congregation left the administration of Antônio João Ribeiro School. The study has the following core question: how did the Congregation of the Franciscan Sisters of Penance and Christian Charity, by means of their educational actions, contributed to the development of a catholic-oriented school education in the municipality of Itaporã from 1958 through 1972? The investigation is based upon the concepts of strategies and tactics of Certeau (1998). The research is constituted of historical sources from the public archive of Cuiabá (Mato Grosso, Brazil), from the Documentation Regional Center of UFGD – MS, and from the Diocese of Itaporã (Mato Grosso do Sul, Brazil). Those sources include documents like the Record Book of the parish São José de Itaporã, Chronicles of Antônio João Ribeiro School, the book “Paróquia São José de Itaporã-MS” (2006) and books written by members of the Franciscan Order, namely: “Uma trajetória de fé e perseverança: Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã” (2008), written by Sister Maria Aparecida Marques; “Seguindo Passo a Passo, uma caminhada: História da Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã no Brasil” (1993), written by Sister Benícia Flesch; and “A Missão Franciscana do Mato Grosso” (1988), written by Pedro Knob. The documents also included reports of the Education Secretary of Mato Grosso, issues of the newspaper “O Progresso”, files of the Antônio João Ribeiro State School, such as the Record Book of Diplomas of students from Itaporã (1955-1966), and the Record Book of Civic Minutes and Meetings of Antônio João Ribeiro School (1958-1976). Other documents used in the research include personal files of the subjects who lived within the time and spacial cut of this research. The results allowed us to understand that the Congregation of the Franciscan Sisters of Penance and Christian Charity, by means of their educational actions, contributed to the development of the catholic-oriented school education in Itaporã from 1958 to 1972, once those Sisters came to that municipality aiming at helping the Franciscan Friars on educational tasks, and worked on the primary education level at Antônio João Ribeiro School and at Reunidas de Itaporã School, in the preschool education, at the parochial kindergarten, assisting children who were still not old enough to attend the classes at Antônio João Ribeiro and Reunidas de Itaporã Schools. That educational action was carried out at teaching and at the schools’ administration as well. At a time when Itaporã still needed qualified teachers, the Sisters arrived as properly certified educators. Besides that, the Franciscan Sisters founded, in 1960, Santo Antônio School, a catholic confessional institution, which aimed at facilitating the entrance of those religious teachers to various educational levels in Itaporã, such as courses to train teachers, kindergarten, Primary and Secondary Education. Therefore, it could be concluded that the Franciscan Sisters of Penance and Christian Charity, together with the Franciscans, built tactics and strategies to provide and legitimate a catholic-oriented education in Itaporã, not only in confessional schools, but also in other institutions, including public ones, producing standards to forge, instruct and catechize students.

Keywords: History of Education; Franciscan Sisters; Catholicism; School Education; Southern Mato Grosso (Brazil).

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fotografia dos primeiros missionários a chegar em Mato Grosso.....	41
Figura 2 – Imagem da “Chegada das Irmãs em Dourados”, 1955	48
Figura 3 – Mapa da região da Grande Dourados.....	51
Figura 4 – Reunião para coletar assinaturas pró-emancipação de Itaporã (1953).....	58
Figura 5 – Igreja Católica São José – Década de 1950	61
Figura 6 – Construção da Igreja São José, de alvenaria	64
Figura 7 – Saída das Irmãs de Dourados à Itaporã, 1958	66
Figura 8 – A Primeira casa das Irmãs em Itaporã, 1958.....	67
Figura 9 – Termo de Compromisso.....	72
Figura 10 – Escola construída no córrego do Anacleto – 31/3/1962.....	74
Figura 11 – Grupo Escolar Antônio João Ribeiro em 1958	80
Figura 12 – Participação da Igreja Católica na organização do GE Antônio João Ribeiro.....	82
Figura 13 – Alunos do GE Antonio João Ribeiro hasteando a Bandeira no desfile de 7 de setembro de 1960.....	89
Figura 14 – Construção do prédio do Jardim de Infância, 1961	93
Figura 15 – Primeira turma do Jardim de infância 1962	95
Figura 16 – Alunos do Jardim da Infância (1971).....	96
Figura 17 – Desfile cívico de 7 de setembro (1976).....	97
Figura 18 – Aniversário do aluno Marcelo dos Reis (1976)	98
Figura 19 – Jardim da Infância - Professora Salvani Simplício Cordeiro – 1972.....	99
Figura 20 – Local improvisado para atender aos alunos da Escola Santo Antônio	102
Figura 21 – Escola Santo Antônio.....	105

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Documentos e locais de guarda	26
Quadro 2 – Relação das Escolas existentes na zona urbana de Itaporã no ano de 1973	75
Quadro 3 – Relação das Escolas existentes na zona rural de Itaporã no ano de 1973	76
Quadro 4 – Distribuição dos Grupos Escolares (GE) em Mato Grosso (1910-1953)	78
Quadro 5 – Professoras responsáveis pela Escola Itaporã.....	86

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 A pesquisa e a pesquisadora.....	14
2 A pesquisa: caminhos teórico-metodológicos	18
CAPÍTULO I – A CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS FRANCISCANAS DA PENITÊNCIA E CARIDADE CRISTÃ: UMA RAMIFICAÇÃO DA ORDEM FRANCISCANA EM MATO GROSSO.....	34
1.1 Nasce a Ordem Franciscana e a Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã	34
1.2 A Ordem Franciscana no Brasil	38
1.3 Os Franciscanos no Mato Grosso	40
1.4 A chegada da Congregação das Irmãs Franciscana da Penitência e Caridade Cristã no Brasil	43
1.4.1 <i>A Congregação em Mato Grosso</i>	<i>45</i>
CAPÍTULO II – OS FREIS FRANCISCANOS E A CHEGADA DA CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS FRANCISCANAS DA PENITÊNCIA E CARIDADE CRISTÃ NO MUNICÍPIO DE ITAPORÃ	51
2.1 O município de Itaporã e o seu contexto político, social e sociocultural.....	51
2.2 Os Franciscanos e a Paróquia São José de Itaporã.....	60
2.3 A chegada da Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã em Itaporã.....	65
2.4 História da Educação em Itaporã.....	69
CAPÍTULO III – A CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS FRANCISCANAS DA PENITÊNCIA E CARIDADE CRISTÃ E SUAS AÇÕES NA EDUCAÇÃO EM ITAPORÃ	78
3.1 A atuação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã na educação escolar em Itaporã.....	78
3.1.1 <i>As Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã na administração no corpo docente das Escolas Reunidas de Itaporã</i>	<i>85</i>
3.1.2 <i>As Irmãs Franciscanas na administração e no corpo docente do Jardim da Infância em Itaporã</i>	<i>91</i>
3.1.3 <i>Escola Santo Antônio</i>	<i>101</i>
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	108

REFERÊNCIAS	114
ANEXOS	121
ANEXO A – Irmã Maria Liúba	121
ANEXO B – Obituário Irmã Maria Liúba	122
ANEXO C – Obituário Irmã Maria Liúba	123
ANEXO D – Irmã Maria Rosita	124
ANEXO E – Obituário Irmã Maria Rosita.....	125
ANEXO F – Sótão: Paróquia São José – Itaporã-MS.....	126
ANEXO G – Sala utilizada pela pesquisadora para leitura do livro Tombo da Paróquia São José – Itaporã-MS	127
ANEXO H – Sótão: Paróquia São José – Itaporã-MS	128
ANEXO I – Sótão: Paróquia São José – Itaporã-MS.....	129
ANEXO J – Sótão: Paróquia São José – Itaporã-MS	130

INTRODUÇÃO

1 A pesquisa e a pesquisadora

O presente Memorial procura descrever a minha trajetória profissional e educacional. Registro, aqui, também, os cursos de aperfeiçoamento e de atualização que realizei, bem como as minhas perspectivas de estudo e pesquisa em relação à educação.

É importante aqui voltar-me para a memória familiar para explicar minha opção pela carreira de professora-pesquisadora. Na sequência, apresentarei o quadro histórico da região onde nasci, bem como a minha trajetória enquanto estudante e as lembranças que favoreceram a construção da minha história.

A minha origem é de uma típica família brasileira, cuja gênese aconteceu pela união de José Ferreira da Cunha e Aparecida Rico Coelho, ele nordestino e ela paranaense. José saiu da Bahia, aos 13 de anos de idade, em busca de uma vida melhor, pois a vida no sertão nordestino era muito difícil e sofrida. Em meados dos anos 40, a falta de uma perspectiva levou um grande número de nordestinos a migrar do Nordeste para o estado de São Paulo, no intuito de conseguir um emprego e sobreviver. Foi com esse pensamento que meu pai e muitos outros nordestinos chegaram a São Paulo. Saíram da Bahia em cima de um caminhão pau de arara, sem dinheiro e trouxeram consigo apenas a vontade de trabalhar. Passados alguns anos, ele se mudou para o estado do Paraná, onde havia abundância de trabalho nas fazendas de café, influenciado pela política do Estado Novo varguista, denominada “Marcha para o Oeste”, que promoveu o deslocamento de levas de pessoas para o Centro-Oeste brasileiro, abrindo caminhos também para o sul do país. Foi no Paraná que José conheceu a jovem Aparecida Rico Coelho, que, após contraírem matrimônio, adotou o nome de Aparecida Coelho da Cunha. José e Aparecida se casaram em Santa Eliza – PR, e dessa união nasceram cinco filhos: Cristiani Ferreira da Cunha (*in memoriam*), Meire Christiani Ferreira da Cunha, Mercy Christina Ferreira da Cunha, Claudiani Ferreira da Cunha e Claudinei Ferreira da Cunha. Eu, a terceira filha do casal, nasci em 10 de junho de 1976, no município de Itaporã.

Em 1972, em busca de uma vida melhor, meu pai resolveu migrar para o Estado de Rondônia. Durante a viagem, passando pela cidade de Dourados–MT, ele obteve informações de que em Rondônia havia um grande surto de malária e que a doença estava matando muitas pessoas. Diante das informações dos viajantes, ele optou por ficar nessa região. Ali mesmo na rodoviária de Dourados, ele ficou sabendo que havia emprego garantido em uma fazenda no município de Itaporã. Assim, minha família chegou a Itaporã.

Fundada em 1953, a cidade de Itaporã está intimamente relacionada com minha trajetória. Foi nesta cidade que eu nasci, passei minha infância, adolescência, e hoje a vida adulta. Nela, iniciei meus estudos e permaneço até os dias atuais.

A infância em Itaporã ocorreu de maneira tranquila, sem luxo e regrada de condições financeiras. Minha meninice sucedeu em meio ao centro de Itaporã. Brincadeiras na rua, praças, calçadas e casas de amigos. Brincávamos de jogar betes, queimada, barata, barata no ar, bola, cabra cega, disputávamos corrida. Eram esconde-esconde e bandeirinha até altas horas da noite, e tantas outras brincadeiras que trazem saudades. O período das férias escolares era marcado pelas viagens às casas das tias maternas. Rumávamos para a fazenda localizada no município de Itaquiraí, no estado de Mato Grosso do Sul. Em companhia de outras primas, partilhávamos passeios de carroça na cidade, subíamos em árvores para comer goiaba, corríamos muito pelos pastos e esperávamos ansiosos pelo almoço e pelos doces natalinos. Ao anoitecer, ouvíamos, dos mais velhos, histórias de assombrações, lobisomem, mula sem cabeça e extraterrestres, que provocavam em nós muito medo.

Minha mãe tinha o ofício de costureira e adorava contar histórias de sua infância, que foi vivenciada numa fazenda no interior do estado do Paraná. As lembranças de sua meninice narradas por ela me fascinavam e me levavam numa viagem no tempo. Aquela sensação era mágica. Ela contava sobre seus afazeres nos cafezais, de quando ela era pequena, e sobre a importância dada às crianças na limpeza dos pés de café, para que, posteriormente, seus pais viessem a fazer a colheita. Minha mãe orgulhava-se ao dizer que esse serviço só podia ser realizado por ela e pelos irmãos, porque eram pequeninos, e só eles conseguiam entrar nos cafezais e realizar tal limpeza sem danificar a planta. Sentia-se orgulhosa por ser tão útil ao trabalho dos pais. Acredito ter sido minha mãe a grande responsável pela minha aproximação e, posteriormente, minha paixão pela História. Ela sempre teve uma preocupação muito grande em dar estudo aos seus filhos. Acreditava que a escola é uma das principais maneiras de conseguirmos êxito e garantirmos um futuro promissor. Meu pai e eu tínhamos pouco contato, pois ele, trabalhando todos os dias para prover nosso sustento, acabava por chegar em casa cansado e adormecia cedo. Mas, apesar do pouco contato, ele sempre teve a preocupação de nos transmitir bons valores.

Iniciei a escolarização aos cinco anos de idade, na Escola Estadual Itaporã, onde cursei todo o pré-escolar. Foi na Escola Estadual Antônio João Ribeiro que iniciei e concluí o ensino fundamental. Cursei o ginásio na Escola Estadual Rodrigues Alves e, após, por não haver Ensino Médio na cidade de Itaporã, tive de ser transferida para outra cidade. Dessa forma, todo dia viajava até a cidade de Dourados para cursar o Ensino Médio na Escola Presidente Vargas.

A minha formação acadêmica começou em 1996, quando iniciei o curso de Graduação em História - Licenciatura Plena, realizado na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS – antigo CEUD). O meu interesse pelos temas abordados nas diferentes disciplinas do curso levou-me a participar de vários debates e discussões acerca da História, em especial, a História regional.

A graduação foi significativa na minha formação como historiadora e pesquisadora, à medida que ofereceu subsídios para ampliação de conhecimentos no campo da História e da Educação. Iniciei minha graduação em março de 1996 e concluí em dezembro de 2000. Durante a graduação, apaixonei-me pela História, visto que o curso me propiciou novos ares, uma infinidade de informações que aguçava a minha curiosidade, a qual era movida pelo prazer que a História me proporcionava. Por meio dessas experiências, aprendi que não se deve fazer História se não for com prazer.

Os papéis desempenhados pelos professores nas diferentes disciplinas da graduação foram fundamentais para o meu desenvolvimento como educadora e pesquisadora. Comecei a ampliar o meu conhecimento com leituras direcionadas ao campo da História e da Educação, em especial, na disciplina História Regional ministrada pelo professor Dr. Paulo Roberto Cimó Queiroz, na qual tivemos a oportunidade de realizar pesquisas que abarcaram a História em Mato Grosso, sobretudo, a História da Coluna Prestes e sua passagem por Itaporã.

Concluída a Faculdade, fui ministrar aulas na rede municipal e, também, na rede estadual de ensino, atuando como professora de História nas séries finais do ensino fundamental e no ensino médio. No decorrer da minha caminhada como professora da Educação Básica, tive inúmeras experiências que foram construídas no “chão da escola”, as quais geraram inquietações acerca da necessidade de refletir sobre o conjunto de práticas e normas destinadas à transmissão do conhecimento, as quais são distintas, conforme épocas, lugares e finalidades específicas (religiosas, políticas, sociais, etc.). Essas inquietações me estimularam a elaborar uma proposta capaz de abordar temas do campo da História da Educação, com destaque para Mato Grosso.

Durante os anos de magistério, obtive algumas experiências, e alguns questionamentos surgiram sobre a prática e a disseminação do conhecimento. Constantemente participando de cursos de capacitação e formação continuada na área educação, fui me convencendo da necessidade de buscar leituras e estratégias para melhor entender as realidades educacionais.

No ano de 2010, tive a oportunidade de ser aluna especial na disciplina Historiografia da Educação Brasileira, do Mestrado em Educação (UFGD). Foi durante essa disciplina,

ministrada pela Profa. Dra. Maria do Carmo Brazil, que tive meu primeiro contado com a História das Instituições Educativas.

Em 2012, participei do Processo Seletivo do Programa de Pós-Graduação em Educação em nível de Mestrado, vinculado à Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Fiz a inscrição na linha de pesquisa História, Memória e Sociedade. Fui aprovada e iniciei o Mestrado em 2013.

Durante o Mestrado pude observar que a História da Educação não se restringe apenas às questões ligadas à área de legislação e de administração. Hoje, o campo de investigação se liga a temas, como: história da leitura, de professores, de disciplinas, de didática, de métodos, de políticas, da relação professor-aluno, da cultura escolar e instituições escolares. Assim, a história da educação, atualmente, constituiu-se numa multiplicidade de objetos, problemas e abordagens.

Dentro dessa perspectiva, despertou meu interesse em pesquisas ligadas às instituições escolares, primeiramente, na região da Grande Dourados e, posteriormente, no município de Itaporã. Durante o mestrado, dediquei-me ao estudo sobre o processo de institucionalização dos Grupos Escolares no sul de Mato Grosso, em geral, e mais particularmente, na implantação desse modelo de escola na região da Grande Dourados, com destaque para o Grupo Escolar Antônio João Ribeiro, no município de Itaporã-MT (1953 a 1974).

Em 2017, participei do Processo Seletivo do Programa de Pós-Graduação em Educação em nível de Doutorado, também vinculado à Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Fiz a inscrição na linha de pesquisa História, Memória e Sociedade. Fui aprovada e iniciei os estudos no segundo semestre de 2018. Inicialmente, a ideia da tese circulava entre a História das Instituições Educativas em Itaporã, mais precisamente para a expansão das Escolas Rurais, haja vista que a documentação aponta que, em 1954, primeiro ano após sua emancipação, Itaporã tinha sete escolas isoladas. Em 1958, havia, ao todo, 27 unidades escolares. Esses números nos causavam estranhamento, fato esse que nos motivava a pesquisar essa rápida expansão de escolas no município de Itaporã. Mas, no decorrer das disciplinas e em conversas com minha orientadora, Prof. Dra. Alessandra Cristina Furtado, o projeto nos pareceu muito amplo para uma tese.

Assim, voltei-me novamente para a escrita da minha dissertação, na qual pude observar que o processo de educação em Itaporã contou com a colaboração das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã. Em 1958, algumas religiosas da congregação franciscana chegaram ao município de Itaporã para trabalhar na educação e, também, na evangelização de crianças. As Franciscanas atuaram em várias escolas, públicas e privadas, também estiveram

presentes no hospital Cristo Redentor, no Lar Menino Jesus e em diversos projetos educacionais. Assim, surgiu a presente tese intitulada “A Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã e sua Atuação na Educação Escolar no Município de Itaporã-MT (1958 a 1972)”.

2 A pesquisa: caminhos teórico-metodológicos

Esta pesquisa está ligada à história da educação confessional católica e, de forma mais específica, à atuação de uma congregação religiosa feminina na educação escolar de um município situado no sul de Mato Grosso (atual Mato Grosso do Sul), no período de 1958 a 1972. Assim, a presente tese, intitulada “A Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã e sua Atuação na Educação Escolar no Município de Itaporã”, constitui-se em uma pesquisa de doutorado vinculada à linha de História da Educação, Memória e Sociedade do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), e tem como objetivo analisar a atuação educacional escolar dessa Congregação religiosa no município de Itaporã, no referido período.

A delimitação temporal da pesquisa tem como marco inicial o ano de 1958, que marca a chegada da Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã ao município de Itaporã, e finda no ano de 1972, por sinalizar o período em que as Irmãs dessa Congregação religiosa retiraram-se da administração do Grupo Escolar Antônio João Ribeiro.

No que diz respeito à delimitação espacial, este estudo justifica-se por deslocar a atenção da história dos grandes centros urbanos e dos grandes acontecimentos para a história do interior de estados brasileiros, situados na região Centro-Oeste do país e, mais precisamente, para um município situado no Sul de Mato Grosso¹, como Itaporã.

É importante esclarecer que o município de Itaporã, atualmente, pertence à região conhecida como Grande Dourados. De acordo com Abreu (2005, p. 160), a “Região da Grande Dourados nasceu, oficialmente, como uma “área-programa”². Na justificativa da SUDECO, tratava-se de uma área com elevada produtividade e que se encontrava sob o impacto direto da influência do Estado de São Paulo, em virtude das inter-relações comerciais com as áreas de

¹ Esta pesquisa abrange um período anterior à divisão do Estado de Mato Grosso pela Lei Complementar n.º 31 de 11 de outubro de 1977. Ao longo deste trabalho, foi utilizada a denominação “Sul de Mato Grosso”, para se referir ao então estado de Mato Grosso do Sul.

² Área-programa é no contexto do planejamento desenvolvimentista uma região a ser potencializada de acordo com suas vantagens comparativas e que tem como polo uma cidade a ser promovida, no sentido de irradiar o desenvolvimento, podendo ser uma já existente e que “naturalmente” atua como polo ou até ser planejada e construída, como ocorreu no Polamazônia, por exemplo. Ver Abreu (2001); Souza (2002).

mercado do Centro-Sul. A ideia era fomentar a infraestrutura necessária para potencializar vantagens comparativas já estabelecidas, quais sejam: a fertilidade dos solos e a produção agrícola.

A Região da Grande Dourados é composta por 12 municípios: Caarapó, Deodápolis, Douradina, Dourados, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Jateí, Nova Alvorada do Sul, Rio Brillante, Vicentina, Juti e Itaporã.

O município de Itaporã, localizado na região sul do estado de Mato Grosso do Sul, foi palco da criação da Colônia Municipal de Dourados (CMD), entre os anos de 1946 e 1953. É oportuno esclarecer que, entre as décadas de 1940 e 1950, o Sul do estado de Mato Grosso recebeu um grande contingente populacional. A partir de 1946, a Prefeitura do município de Dourados decidiu criar uma base para a colonização orientada, tornando-se espaço povoado por “não-índios”.

A ocupação da região do município de Itaporã deu-se em virtude da propaganda ligada à fertilidade do solo para o plantio do café. O processo de migração rural intensificou o movimento de famílias para a formação de várias regiões de Mato Grosso. Homens e mulheres migraram para a região em busca de um espaço melhor para viver e trouxeram na bagagem a promessa de um futuro próspero para seus filhos (OLIVEIRA, 2009). Porém, esses migrantes recém-chegados eram deixados à própria sorte devido à falta de infraestrutura ofertada pelo governo local, cabendo-lhes a responsabilidade pela criação de um espaço habitável que pudesse oferecer os requisitos mínimos para seu povoamento, como estradas, pontes, casas, igrejas e escolas.

No ano de 1946, as famílias, que já habitavam a região de Itaporã, começaram a se organizar para que seus filhos pudessem estudar. Surgiu, assim, a primeira escola, que inicialmente funcionava na casa da própria professora. Em 1954, a escola foi elevada à categoria de Escola Reunida pela Prefeitura de Dourados, com o nome “Escolas Reunidas de Itaporã” (Decreto n.º1927/1954). A referida escola permaneceu denominada como Escola Reunida até 1955, quando foi elevada à categoria “Grupo Escolar Antônio João Ribeiro” (Decreto n.º 2197/1955).

Em 1943, por iniciativa do Governo Federal, foi criada a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), com o objetivo de receber e fixar proprietários rurais, cidadãos brasileiros pobres, desde que tivessem aptidão para o trabalho na lavoura. Em 1946, por iniciativa da Prefeitura de Dourados, começa efetivação da Colônia Municipal de Dourados (CMD), tendo em vista que o governo do Estado não havia demonstrado preocupação com as

solicitações da população existente nesta área que desejava a colonização por meio de assentamento e doação de títulos de aforamento aos colonos já instalados nas terras devolutas.

A CAND estimulou o deslocamento de trabalhadores atraídos pela intensa propaganda de terras férteis, baratas ou doadas, caracterizadas por pequenos lotes (de 25 a 30 hectares), os quais eram destinados a atividades agrícolas. Assim, inúmeras famílias de migrantes foram assentadas em Dourados em um movimento característico de expansão das frentes pioneiras do final da década de 1940. Cabe lembrarmos que, para Carli (2008), “A CMD foi implantada pelo município de Dourados, no final do Estado Novo, no território que atualmente correspondente a uma parte do município de Itaporã”.

Foi nesse cenário que Itaporã desenvolveu-se econômica, política e socialmente. Na área da educação, vale ressaltar que os colonos, que vieram para CMD, tiveram grande preocupação com o processo de escolarização. Isso fez com que fossem nomeados e contratados professores para atuar na área da Colônia, nas zonas do córrego Sardinha e do córrego Panambi. Essas nomeações ocorreram nos anos de 1951 e 1952, e entre essas estão a da senhorita Neiza Assunção Flores (nomeada pelo Decreto n.º 8); da senhora Irene de Oliveira Alves (nomeada através do Decreto n.º 10); do senhor Nadir Candido Corrêa (Decreto n.º 11); da senhora Maria José Cordeiro (Decreto n.º 43); da senhora Waldomira Dias de Souza (Decreto n.º 53). E, por último, em 11 de maio de 1953, foi nomeado, por meio do Decreto n.º 61, o senhor Marcelino Lopes de Oliveira para exercer a função de professor, agora na Escola Mista Municipal do Patrimônio de Panambi (denominação dada à sede da CMD) (CARLI, 2008).

No caso da vinda da Ordem dos Frades Franciscanos a Itaporã, os religiosos chegaram no ano de 1938, ainda quando pertencia ao município de Dourados. Já a Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã³ chegaram, em 1958, um ano após a emancipação política de Itaporã.

Para situar a presença dos Franciscanos e da Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã em Mato Grosso e, mais precisamente, na educação do Estado, foi necessário mapear alguns trabalhos que tratam da trajetória da Ordem Franciscana em Mato Grosso e, também, da participação da Congregação, na história da educação mato-grossense. Desse modo, realizamos o estado do conhecimento⁴ sobre o objeto de pesquisa desta tese,

³ Para não ser repetitiva na escrita do texto, em determinados momentos irei me referir à Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã como Congregação.

⁴ Os estudos realizados a partir de uma sistematização de dados são denominados de estado da arte, recebem esta denominação por abrangerem toda uma área do conhecimento, nos diferentes aspectos que geraram as produções. O estudo que aborda apenas um setor das publicações sobre o tema estudado é denominado de estado do conhecimento.

procurando levantar e analisar os trabalhos que abordaram a atuação educacional da Ordem Franciscana e de suas ramificações em Congregações religiosas em Mato Grosso. Para tanto, elegemos como base de dados, para este levantamento inicial, o site do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGedu/UFGD). A investigação constituiu-se na leitura e análise dos trabalhos disponíveis no site oficial da instituição⁵. Cabe ressaltar que optamos por fazer um estado do conhecimento sobre a atuação educacional da Ordem Franciscana nos trabalhos do PPGedu/UFGD, pelo fato de haver uma multiplicidade de trabalhos sobre a atuação educacional da Ordem Franciscana no Brasil.

Em relação à História da Educação Confessional Católica em Mato Grosso e, sobretudo, na região de Dourados, foram localizados cinco trabalhos, a saber: uma tese, quatro dissertações e um artigo. A tese foi elaborada por Monteiro (2021) e as dissertações por Amaro (2018), Valdez (2017), Borba (2019) e Sander (2020). Também localizamos um artigo de Gonsalvez (2014).

A tese de Monteiro (2021), com o título “O patronato de Menores de Dourados-MT/MS: Cultura Escolar e Estratégias da Ação Social Franciscana (1950-1983), tem como objeto de pesquisa o Patronato de Menores de Dourados – Ação Social Franciscana, instituição confessional criada por iniciativa da Ordem dos Frades Menores vindos da Alemanha para o sul de Mato Grosso. Busca analisar a história e os vestígios da cultura escolar do Patronato de Menores de Dourados, sob a égide do sistema educacional franciscano entre 1950 a 1983. Aponta que a escola teve como finalidade não somente a instrução das crianças douradenses, mas também a disseminação e consolidação do projeto missionário franciscano, a formação espiritual e a incorporação de comportamentos da vida cristã, almejando a contenção da expansão de ideologias concorrentes e um maior engajamento da população com a Igreja e as práticas da religião católica.

Amaro (2018), na dissertação denominada “Escola Franciscana Imaculada Conceição: História da Instituição Educativa na Região de Dourados, sul de Mato Grosso entre rupturas e permanências (1955-1975)”, apresenta uma contribuição para o campo da História das Instituições Educativas (HIE), cujas análises centram-se no movimento da Congregação, oriundas da Província do Rio Grande do Sul e que migraram para o sul de Mato Grosso, no ano de 1954. O trabalho oferece historicidade à instituição e aborda a gênese e o perfil de organicidade do referido espaço escolar, durante o período de 1955 a 1975. Em síntese, o trabalho destaca o papel dos principais agentes sociais dessa construção histórica e identifica

⁵ Disponível em: <https://www.ufgd.edu.br>. Acesso em: 25 fev. 2019.

as contribuições das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã no processo de escolarização e formação de professores na região sul do Estado com a fundação da primeira escola normal no município de Dourados.

Valdez (2017), em sua dissertação intitulada “Seminário Santo Antônio de Rio Brilhante (MT/MS): Educação e Missão (1959-1994)”, traz contribuições para o campo da História das Instituições Educativas (HIE), abordando uma outra localidade, pertencente à região de Dourados: Rio Brilhante. Na dissertação, a autora toma como proposta a discussão dos escritos e percursos de pesquisas sobre as instituições franciscanas, a expansão educacional e a missão na região, a gênese, o perfil e o funcionamento da instituição confessional católica na cidade de Rio Brilhante – MS, bem como a conformação sociocultural e o processo educativo do Seminário/Escola. Os resultados do trabalho apontam o investimento feito por alemães na “Região de Missões”, em especial, no que tange à educação. Isso favoreceu sua extensão e atuação, que visou não apenas à chamada “promoção vocacional”, mas também ao exercício e à oferta educacional.

A dissertação intitulada “Entre Leigos e Franciscanos: da Escola Paroquial às Escolas Reunidas, Vila São Pedro, Distrito de Dourados MT/MS (1957-1979)”, de autoria de Borba (2019), investiga a participação dos freis franciscanos na criação e funcionamento da referida instituição, no período de 1968 a 1979, a partir do contexto de formação da Vila São Pedro, distrito de Dourados, e do processo de institucionalização da instrução pública primária rural no sul de Mato Grosso/Mato Grosso do Sul.

Já a dissertação de Sander (2020), intitulada “As Irmãs de Bonlanden: Colégio Franciscano São Miguel de Ladário MT/MS (1940-1974), tem como objetivo analisar a memória e a história do Colégio Franciscano São Miguel no município de Ladário, fundado pela Congregação das Irmãs Franciscanas de Bonlanden, o qual estava direcionado à formação educacional de meninas e meninos para o cuidado do lar e da vocação religiosa. Sander (2020) constata que o Colégio São Miguel ensinava desde os filhos de militares de alta e baixa patentes, de pecuaristas, de comerciantes e até filhos de moradores ribeirinhos. Assim, esse Colégio exerce e exerceu grande influência na cidade de Ladário, pois foi uma das primeiras escolas católicas a suprir a demanda educacional da população local.

Outra pesquisa que aborda a temática sobre os franciscanos e a educação foi o artigo apresentado pela mestrandia do PPGedu/UFGD Maria Ivanete Nonato Gonsalves, intitulado “A Missão Franciscana e a Escola Patronato São Francisco em Dourados-MT, décadas de 1940 e 1960”, apresentado no XII Encontro de Pesquisa em Educação do Centro-Oeste, realizado na cidade de Goiânia, em 2014. No artigo, a autora aborda os primeiros passos de sua pesquisa

sobre o processo de criação da instituição escolar Patronato São Francisco. Para tanto, a autora analisa a implantação da instituição Patronato de Menores dentro do contexto de expansão da Igreja Católica e do ensino em Dourados-MT, buscando verificar a participação do público e do privado entre as décadas de 1950 e 1966.

Além das teses, dissertações e o artigo, também localizamos duas dissertações de mestrado que, embora não tenham como objeto de estudo uma instituição educativa pertencente à Ordem Franciscana ou às suas Congregações religiosas, tangenciaram a presença da Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã na educação escolar ministrada em dois Grupos Escolares situados no Sul de Mato Grosso, a saber, nos municípios de Caarapó e Itaporã, são elas, as dissertações de Monteiro (2021) e Rodelini (2015).

Monteiro (2021), em sua dissertação intitulada “Cultura Escolar: a Institucionalização do Ensino Primário no Sul do Antigo Mato Grosso. O Grupo Escolar Tenente Aviador Antônio João em Caarapó /MS (1950-1974)”, dedica-se a compreender como se deu o processo de institucionalização da instrução pública primária no sul do estado de Mato Grosso uno mediante a cultura escolar e o ideário dos grupos escolares, de modo a apreender as implicações socioculturais que esta modalidade representou para a região. A autora desloca o olhar da história dos grandes centros urbanos e dos grandes acontecimentos para a história do interior de um estado do Centro-Oeste do país. O Grupo Escolar Tenente Aviador Antônio João era uma instituição pública, mas que foi administrado por quase 20 anos pelas Irmãs Franciscanas, o que também aproximou a autora da temática sobre a história das instituições confessionais católicas no Sul do antigo Mato Grosso, especialmente, as administradas pela Ordem Franciscana.

Rodelini (2015), em sua dissertação “O Grupo Escolar Antônio João Ribeiro: Cultura Escolar Primária em Itaporã- MT. Uma Contribuição Para a História das Instituições Educativas (1953-1974)”, dedica-se ao estudo do processo de institucionalização dos Grupos Escolares, no sul de Mato Grosso, em geral, e mais particularmente, na implantação desse modelo de escola na região da Grande Dourados, com destaque para o Grupo Escolar Antônio João Ribeiro, no município de Itaporã-MT (de 1953 a 1974). Em meio à pesquisa e à escrita da dissertação, Rodelini (2015) constata que o Grupo Escolar Antônio João Ribeiro esteve, durante os anos de 1958 a 1972, sobre a administração da Congregação. Todavia, por ocasião do mestrado, esses dados foram apenas tangenciados na pesquisa, precisando ser aprofundados. Foi, assim, que surgiu a proposta de analisar a atuação educacional desta Congregação religiosa no município de Itaporã, no período de 1958 a 1972, e que acabou se tornando uma proposta fértil de pesquisa,

pois constitui uma temática e um objeto de investigação que ainda não havia sido abordado pela historiografia educacional de Mato Grosso.

Assim, o estado do conhecimento permitiu-nos perceber que não foram realizadas pesquisas que analisam a atuação educacional da Congregação no município de Itaporã, no período de 1958 a 1972, pois as investigações realizadas por Monteiro (2021), Borba (2019), Amaro (2018), Valdez (2017) e Nonato (2014) privilegiaram estudos sobre a história de instituições educativas confessionais pertencentes, principalmente, aos Freis Franciscanos; além disso, nenhuma dessas instituições situavam-se no município de Itaporã.

A dissertação de Sander (2020), embora não se refira a uma instituição educativa vinculada aos Freis Franciscanos, está relacionada a um Colégio pertencente a uma ramificação da Ordem Franciscana, no caso, a Congregação das Irmãs Franciscanas de Bonlanden, no município de Ladário. Já a dissertação de Amaro (2018), apesar de estar direcionada ao trabalho educacional desenvolvido pela Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã, encontra-se circunscrita à Escola Imaculada Conceição do município de Dourados. Desse modo, podemos perceber que a pesquisa proposta, nesta tese, ainda não se tornou tema e objeto de estudo de nenhuma investigação realizada até o presente momento na historiografia educacional, o que mostra a importância e a contribuição que o presente trabalho trará para as investigações em História da Educação.

Esta pesquisa tem como questão central: como a Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã, por meio de sua atuação educacional, contribuiu para o desenvolvimento da educação escolar de orientação católica no município de Itaporã, no período de 1958 a 1972? Essa questão se desdobra em outras indagações, tais como: De que maneira a Congregação se inseriu em Mato Grosso e, de forma mais específica, no sul do estado? Como ocorreu a vinda das Irmãs Franciscanas para o município de Itaporã? Como as Irmãs Franciscanas relacionavam-se socialmente com a comunidade local? Como foi a atuação educacional escolar dessas religiosas no município de Itaporã? Em quais escolas e modalidades atuaram? A atuação dessas religiosas ocorreu apenas na docência ou se estendeu também para outras áreas dentro do cotidiano das escolas?

Assim, a tese pretende analisar a atuação educacional da Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã, buscando compreender a contribuição dessas religiosas para a implantação e consolidação da educação escolar de orientação católica no município de Itaporã, no período de 1958 a 1972. Como objetivos específicos, a tese busca: compreender a vinda da Ordem Franciscana e, de forma mais específica, da Congregação para o sul de Mato Grosso e, para o município de Itaporã; caracterizar os aspectos econômicos,

políticos, socioculturais e educacionais no período de chegada da Congregação no município de Itaporã; analisar a atuação educacional empreendida pelas Irmãs Franciscanas na educação escolar no município de Itaporã, e investigar a atuação educacional da Congregação, em instituições educativas de ensino primário pública e laica do município de Itaporã.

Com a pesquisa, defende-se a tese de que as Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã tiveram um papel fundamental no campo religioso e social em Itaporã, mas sua atuação principal ocorreu na área da educação escolar, de orientação católica, entre o final da década de 1950 e início da década de 1970.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, foi adotado um conjunto de procedimentos metodológicos. Inicialmente, investi na leitura e fichamento das bibliografias. No âmbito da historiografia educacional, recorri aos trabalhos de Vidal (2005), Souza e Faria Filho (2006), Souza (1998), Cruz (2006), Valente (2008). No âmbito regional, consultei estudos de autores como Sá (2006, 2011), Madureira (2011), Paes (2011), Amaro (2018), Rodelini (2015), Valdez (2017), Iglesias (2010), Derisso (2012), Monteiro (2021), Borba (2019), Sander (2020), entre outros. Esses autores pesquisaram questões relativas à produção dos estudos históricos sobre instituições de ensino primário, como: Grupos Escolares, Escolas Reunidas, Escolas Confessionais e a presença da religião no espaço público. Desse modo, esses trabalhos contribuíram para a escrita e análise da escola laica sob a condução de Religiosas Franciscanas no município de Itaporã.

Ao longo do século XX e início século XXI, a História era concebida como uma espécie de História militar ou diplomática do que qualquer outra coisa; uma História centrada nas batalhas, nas guerras e negociações envolvendo os diferentes Estados. Assim chamado de paradigma tradicional. É a partir da década de 1920 que se inicia uma crítica mais ordenada à História tradicional. Essa crítica realizou-se por meio de duas vertentes.

A primeira é constituída na França a partir dos anos 20 pela crítica dos *Annales* à a história “tradicional”. Lucien Febvre e March Bloch deram então início a uma nova produção historiográfica, movimento esse hoje denominado como a Nova História. A partir de então, a história deslocava seu foco fundamental de análise para aspectos relativos à atividade humana em seu sentido mais pleno. A grande novidade da década de 1930 seria justamente a reorganização das ciências sociais na França em torno da História, que passaria por um processo de reconstrução de seu objeto de estudo, constituído a partir de então pelo próprio homem.

Peter Burke (2005) esclarece que a expressão Nova História Cultural começou a ser utilizada no final da década de 1980 com a publicação do livro “A nova História Cultural”, de Lynn Hunt (1989). A palavra *nova* serve justamente para distinguir a Nova História Cultural da

Nova História francesa da década de 1970, com a qual tem muito em comum. A palavra *cultural* distingue-a da História intelectual, sugerindo uma ênfase em mentalidades, suposições e sentimentos e não em ideias ou sistemas de pensamento.

A Nova História Cultural (NHC) é a forma predominante da História, praticada na atualidade. Ela segue um novo paradigma, no sentido do termo usado na obra de Thomas Kuhn sobre a estrutura das revoluções científicas, ou seja, um modelo para a prática “normal” da qual decorre uma tradição de pesquisa. A partir da NHC, a História passou a ampliar seus horizontes, propondo aproximações entre o cultural e o social, além da abertura para novas temáticas, problemas, conceitos e, assim, novos objetos passaram a serem investigados pela historiografia, em um crescente entendimento dos historiadores de que o cultural desempenha um papel fundamental em toda e qualquer História.

Os conceitos de *estratégias e táticas* de Michel de Certeau (1998), ambos da corrente da historiografia francesa, serão utilizados para a elaboração desta tese.

Com a influência da NHC na História da Educação, surgiram novos objetos, novas fontes, diferentes procedimentos de pesquisa e uma capacidade de um novo olhar sobre os fenômenos educativos. Assim, em seguida, investi na pesquisa documental em diferentes acervos, os quais estão apresentados no Quadro 1:

Quadro 1 – Documentos e locais de guarda

Documentos	Localização
Livro Tombo da Paróquia São José (1956-2008)	Igreja São José Itaporã-MS
Crônicas da Escola Santo Antônio (1958-1975)	Casa das Irmãs - Itaporã
Relatórios da secretária de educação de Mato Grosso	Arquivo Público de Mato Grosso
Mensagens dos governadores de Mato Grosso	Arquivo Público de Mato Grosso
Legislações e regulamentos educacionais de MT	Arquivo Público de Mato Grosso
Jornal O Progresso (1950-1960)	Centro de Documentação Regional - CDR
Livro de Registro de Diplomas dos alunos do município de Itaporã (1955-1966)	Arquivo da Escola Estadual Antônio João Ribeiro
Livro de Registros de Atas Cívicas e Reuniões do Grupo Escolar Antônio Joao Ribeiro (1958-1976)	Arquivo da Escola Estadual Antônio João Ribeiro
FREIRE, A., FREIRE, M. J., MENANI, N., WAIDEMAN, A. Paróquia São José de Itaporã: Seu Povo, Sua História. Dourados- MS. Editora Dinâmica, 2006.	Acervo privado/Livro doado pela Paróquia São José
CORDEIRO, A. A. A vida e os sonhos de um nordestino parente de todos. Campo Grande: Centro gráfico Ruy Barbosa, 2010.	Acervo privado/Livro doado pelo autor
KNOB, Frei P. A Missão Franciscana do Mato Grosso. Campo Grande - MS: Editora Loyola, 1988.	Acervo privado/Livro doado pela Paróquia São José

MARQUES, Maria Aparecida. Uma Trajetória de fé e perseverança: Irmãs Franciscanas da Penitencia e Caridade Cristã/ Maria Aparecida Marques, Laurindo Dalpian. Santa Maria: UNIFRA,2008. 256p.	Acervo privado/Livro doado pelo autor
IGLESIAS, Tania Conceição. A experiência educativa da Ordem Franciscana = aplicação na América e sua influência no Brasil Colonial. 2010. 436 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP.	Disponível em: http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/251453 . Acesso em: 15 ago. 2018.
FLESCHE, B. Seguindo Passo a Passo, uma caminhada: História da Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã no Brasil. Porto Alegre: (s. n.), 1993.	Acervo privado da pesquisadora

Fonte: Elaborado pela autora.

Na primeira etapa do levantamento das fontes, deparei-me com os primeiros obstáculos da pesquisa documental: o extravio de muitos documentos, por meio de perdas ou de incineramento. Porém, em uma visita à Paróquia São José de Itaporã-MS, tivemos nosso primeiro contato com o livro Tombo⁶ da Ordem Franciscana de Itaporã. O livro foi todo redigido à mão pelos frades Franciscanos e possui 100 folhas rubricadas pelo Frei Antonino Schwinger (primeiro pároco de Itaporã). Na obra, o Frei descreve os primeiros anos da Paróquia São José que, desde sua criação em 1956, foi administrada pela Ordem Franciscana.

O livro tombo não pode ser retirado da Paróquia, assim nos foi cedida uma sala para que pudéssemos fazer a leitura. Por diversas vezes, tivemos dificuldade na leitura do livro Tombo da Ordem Franciscana e, por isso, recorriamos à ajuda da secretária da Paróquia São José (Feliciane Rebeque) que fazia suas contribuições. Além do livro, também nos entregaram a chave do sótão do Salão Paroquial da Igreja, utilizado como almoxarifado. Ao adentrar ao sótão, observamos vários objetos antigos que no passado foram utilizados pela paróquia, como sinos, escrivatinhas, genuflexórios (ajoelhador), ambãos (lugar da celebração da palavra), sacrários (pequeno cofre colocado sobre o altar para guardar o ostensório que é uma peça usada para expor solenemente a hóstia consagrada sobre o altar), cadeiras, ornamentos e vários livros de registros da Paróquia São José e da Missão Franciscana no Mato Grosso. Muitos desses livros estavam escritos em alemão, os quais vieram da província mãe (Fulda). Também havia no sótão documentos do Lar Menino Jesus (orfanato), mimeógrafos, máquina de datilografia, dentre outros objetos. Passamos dias no sótão, lendo e selecionando as fontes para a pesquisa documental.

⁶ Os livros de tombo são livros de registros que contêm os acontecimentos históricos das paróquias, seminários e santuários católicos. O livro é escrito de forma cronológica e em próprio punho, no estilo de redação de cada pároco. Apresentam caráter quase que confidencial e podem ser consultados por pesquisadores, mas há restrições em função de algumas informações serem de uso interno da Igreja. Apesar de voltar-se ao registro da vida da comunidade paroquial, os livros de tombo também se configuram em uma importante fonte de informação sobre a história da sociedade civil.

Nesse percurso, visitamos a Biblioteca da Paróquia São José, que se localiza em uma das salas da casa dos Freis Franciscanos. Ao final da visita, o Frei Alvino Francisco de Souza (O.F.M.) me presenteou com o livro “Missão Franciscana no Mato Grosso” de autoria de Frei Pedro Knob (O.F.M.). Esse livro apresenta informações sobre a presença dos missionários franciscanos em terras sul mato-grossenses desde o período colonial. Em uma das muitas visitas que fizemos à Paróquia São José de Itaporã, o Frei Alvino relatou que as Irmãs também possuíam um livro de crônicas⁷ e revelou que o registro de atividades diárias é uma prática comum entre os Franciscanos. Assim, seguimos os itinerários da pesquisa.

Seguindo as pistas, como nos ensinou Carlo Ginzburg (1989), fui visitar a casa das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã, na cidade de Itaporã, onde fui atendida pela Irmã Maria Aparecida Marques, que me apresentou duas obras: a primeira, o livro da Irmã Benícia Flesch, “Seguindo Passo a Passo uma Caminhada”, o qual narra a História da Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã; e, o segundo, intitulado “Uma Trajetória de Fé e Perseverança”, de autoria Maria Aparecida Marques que registra parte da trajetória histórica da Província do Imaculado Coração de Maria e da Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã⁸.

Lá, também, tive acesso ao livro de Crônicas da Escola Santo Antônio, contendo 80 páginas, redigidas a mão pelas Irmãs, o qual descreve a chegada das Irmãs Franciscanas a Itaporã, no ano de 1958, bem como o dia a dia da congregação e seus afazeres junto à comunidade local. O livro de Crônicas da Escola Santo Antônio assim como o livro tombo da Paróquia São José não pode ser retirados da proteção da Igreja e do seu guardião. Dessa forma, por vários dias, desloquei-me até a cidade de Itaporã, onde está localizada a residência das Irmãs para fazer a leitura dos livros e anotar o que seria usado na pesquisa. Ao folhear o livro, observei que havia nele fotografias. Assim, pedimos autorização para as Irmãs, para que pudessemos fazer cópia das imagens e, posteriormente, fazer uso, o que nos foi autorizado.

As leituras do livro de Crônicas da Escola Santo Antônio iniciaram-se em 2020, mas, por conta da pandemia da COVID-19⁹, fomos aconselhadas a não ter contato físico com as

⁷ O livro de crônica apresenta registros escritos manualmente pelas Irmãs, nos quais elas narram seus afazeres cotidianos. Assim como o livro tombo, obedecem a uma ordem cronológica e são de caráter confidencial.

⁸ Os livros de Flesch (1993) e Marques (2008) foram documentos utilizados no desenvolvimento desta tese, para escrever o percurso histórico da Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã.

⁹ A COVID-19 é uma doença causada por um vírus da família do coronavírus, o SARS-Cov-2. Esse vírus, é capaz de provocar infecções que afetam o sistema respiratório. Desse modo, ela pode facilmente ser confundida com uma gripe ou resfriado. Os primeiros casos da doença ficaram conhecidos no final de 2019, quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) foi comunicada a respeito de vários casos de pneumonia, sem causa definida, ocorrendo na cidade de Wuhan, província de Hubei, na República Popular da China. No dia 7 de janeiro de 2020, as autoridades identificaram o agente causador da doença. Rapidamente a COVID-19 espalhou-se por vários locais do planeta, levando a Organização Mundial de Saúde a classificar a doença como uma pandemia.

Irmãs, uma vez que elas se encontravam no grupo de risco devido à faixa etária. Por isso, nosso trabalho teve de ser adiado por algum tempo. Apenas tivemos autorização para voltarmos a casa das Irmãs em janeiro de 2021. Na ocasião, fizemos uso de medidas preventivas contra a COVID-19 a fim de zelar pela saúde e segurança das Irmãs e da nossa também. Dentre as ações adotadas para evitar a disseminação direta da nova corona vírus, fizemos uso de distância segura, proteção, ventilação, higienização e uso de máscaras.

Outro local de pesquisa foi o Centro de Documentação Regional (CDR) da UFGD. Esse Centro, além de possuir um conjunto de teses, dissertações e livros raros sobre a história de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul, também apresenta um acervo de documentos referentes aos estudos regionais (em destaque para esta pesquisa) da Delegacia Regional de Ensino (DRE), pertencentes ao período histórico anterior à divisão do estado de Mato Grosso. Por esta razão, esses estavam localizados em arquivos de Cuiabá e foram enviados recentemente ao Mato Grosso do Sul para compor o acervo do CDR. Muitos desses documentos, ainda, não foram catalogados, classificados nem identificados. O CDR possui também um acervo digitalizado do jornal “O Progresso”, um periódico que circula na região desde o ano de 1951 aos dias atuais.

Entre uma das fontes coletadas e pesquisadas no CDR está o jornal “O Progresso” que com suas matérias publicadas forneceram indícios acerca da cultura material e do cotidiano das Irmãs Franciscanas na região da Grande Dourados. O CDR da UFGD, além de possuir um conjunto de teses, dissertações e livros raros sobre a história de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul, possui um acervo de documentos referentes aos estudos regionais (em destaque para esta pesquisa) da Delegacia Regional de Ensino (DRE) pertencentes ao período histórico anterior à divisão do Estado de Mato Grosso.

As fontes iconográficas tiveram um importante papel nesta pesquisa. Por isso, o acervo fotográfico do Studio Santana¹⁰ foi de grande valia para a pesquisa. O acervo possui muitas fontes iconográficas do município: fotografias do cotidiano, dos espaços públicos, dos eventos escolares e cívicos e das construções do município de Itaporã. Do mesmo modo o acervo da Paróquia São José de Itaporã colaborou para a pesquisa não somente com o acesso a uma grande coleção fotográfica, mas também por auxiliar na localização dos sujeitos que vivenciaram o recorte temporal e espacial desta pesquisa.

⁹ A pesquisa teve grande contribuição de fontes iconográficas, pertencentes ao acervo do senhor Francisco Santana. O “Seu Santana”, como é chamado pelos moradores de Itaporã, é um fotógrafo que chegou ao município, em meados da década de 50, do século XX, e abriu seu estúdio fotográfico denominado de Foto Santana.

Diante das especificidades que envolvem a utilização das imagens como fonte de pesquisa em história da educação, buscou-se suporte em Vidal (1998), Vidal e Abdala (2005) e Burke (2004), o qual afirma que as imagens, assim como os textos e os testemunhos orais, constituem importantes formas de evidência histórica. O autor utiliza a seguinte frase de Lewis Hine: “[...] as fotografias não mentem, mas mentirosos podem fotografar” (BURKE, 2004, p. 36). Com isso, o autor expressa sua preocupação com a análise fotográfica, pois, para ele, o historiador deve estar atento às interferências dos fotógrafos, já que, muitas vezes, esses podem manipular os objetos e alterar muitos dados. De acordo com Burke (2004), existem tentações ao realismo, como a de tomar uma imagem como realidade. Esse desejo é sedutor no que se refere a fotografias e retratos. Por essa razão, as imagens devem ser analisadas em particular.

Em consonância, Vidal (1998, p. 77-78) também elucidada que:

[...] quando pensamos na fotografia, apenas na dimensão de congelamento do referente (real), estamos concebendo-a simplesmente, como ícone. Se a percebemos, também, como produzida historicamente, condicionada pela forma de olhar de uma época, que envolve desde enquadramento, angulação, foco, iluminação até escolha do(s) objetos(s) a ser (em) registrado(s), à dimensão icônica, acrescentamos a indicial. Mas, se a vemos, ainda, como construção-transformação do real, como uma representação da realidade, adicionamos às duas dimensões citadas acima a simbólica. Na percepção da fotografia como monumento e no desafio de analisá-la enquanto fonte para a história, acreditamos que é necessário concebê-la como um discurso, singular na linguagem (não-verbal) em que é constituído, e que, por sua vez, é instituinte de maneiras outras de representar a sociedade e seus conflitos. Uma formação discursiva que produz regras de validação e hierarquização, gerando um próprio do ato de fotografar.

Ao utilizar fotografias e imagens como fontes de pesquisa, seguimos os pressupostos de Vidal e Abdala (2005), que alertam acerca da utilização e análise das fotografias como fonte, essencialmente no âmbito de pesquisas em História da Educação:

Quanto à análise iconográfica ressalta que deve o historiador fazer dialogar o documento fotográfico com demais Fontes disponíveis sobre o período rompendo o caráter fragmentário da fotografia e facilitando o estudo do conteúdo das imagens bem como concorrendo para fixar datas e locais de produção dos objetos em análise. (VIDAL; ABDALA, 2005, p. 3).

A fotografia, como decorrência de um fazer História, é uma técnica desenvolvida em dado recorte temporal; assim, são necessários apontamentos permeados de indagações investigativas. Desse modo, buscamos relacionar História da Educação, refletindo sobre a

conformação de espaços escolares, dentre os diversos transmissores de investigação, a partir da fonte fotográfica. Alguns percursos serão traçados a partir de fotografias na perspectiva de explorar questões que possam contribuir para que possamos atingir os objetivos propostos. Nesses termos, refletimos sobre a necessidade que a escrita da História da Educação demanda do amparo documental, do apoio das fontes documentais primárias que estão vinculadas a um contexto histórico específico.

Assim, segui as orientações de Burke (2004) e procurei por novas fontes documentais no Arquivo Público do Estado de Mato Grosso, na cidade de Cuiabá. Lá encontram-se vários anuários com informações sobre os aspectos físicos, econômicos e sociais da cidade de Itaporã, no período delimitado da pesquisa. No arquivo, também encontrei documentos que comprovavam que as Irmãs passaram por um concurso público nos anos de 1960, vindo, assim, a se tornarem funcionárias efetivas do estado.

É oportuno considerar que os documentos não falam por si, é preciso que o ser humano, pesquisador, estabeleça um diálogo com eles, a fim de compreender o que trazem em sua essência e, também, na sua complexidade, no sentido de desvelar e transformar tais documentos em múltiplas histórias. Neste sentido, é importante o cuidado metodológico, pois o pesquisador deve estar atento aos limites do uso de documentos, com vista que o

[...] documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de força que aí detinham o poder. [...] Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe documento-verdade. (LE GOFF, 1996, p. 535-538).

Depois de catalogarmos os documentos, deparei-me com alguns sujeitos que fizeram parte da história educacional itaporaense. Esses sujeitos passaram a integrar a pesquisa. Em especial, utilizo o depoimento de Irmã Maria Sérgia Wolfart, que foi entrevistada por Rodelini em junho de 2013, para a sua dissertação de mestrado (2015). A Irmã Maria Sérgia Wolfart foi uma das primeiras religiosas da Congregação da Penitência e Caridade Cristã que migrou para o município de Itaporã no ano de 1958 e atuou como professora e diretora do Grupo Escolar Antônio João Ribeiro entre os anos de 1958 e 1969. Segundo Alberti (2008, p. 169), é importante “[...] tomar a entrevista como resíduo de ação, e não apenas como relato de ações passadas, é chamar a atenção para a possibilidade de ela documentar as ações de constituição de memórias [...]” A entrevista tem colaborado com a construção de registros das narrativas dos indivíduos que participaram do funcionamento, tanto das instituições, como em outros espaços,

nos quais revelaram suas experiências pessoais, sociais e profissionais, porém nesta tese utilizaremos somente os fragmentos que estão relacionados ao nosso objetivo de estudo.

O olhar e as análises dos documentos encontrados fundamentaram-se nas contribuições de Certeau (1998), mediante o conceito de *tática* e *estratégia*. Segundo o autor, estratégia representa a capacidade de “produzir, mapear, impor o ‘lugar de poder’ almejado pelo estrategista, que busca meios de manutenção dentro de relações externas”. (CERTEAU, 1998, p. 100). Desse modo, o autor define estratégia como: “[...] o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado” (CERTEAU, 1998, p. 99).

Já as *táticas*, por sua vez, são apresentadas por Certeau (1998) como “[...] ações desviacionistas que geram efeitos imprevisíveis”. É “a ação calculada que é determinada pela ausência do próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar o do outro” (CERTEAU, 1998, p. 100). Dessa maneira, a *tática* é concebida para Certeau (1998) como uma prática do fraco, ou seja, aquele que não possui poder. “Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita ‘as ocasiões’ e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas” (CERTEAU, 1998, p. 100).

Apesar de *estratégicas* e *táticas* coexistirem, elas são fortemente distintas, pois “[...] a tática é determinada pela ausência de poder, assim a estratégia é organizada pelo postulado de um poder” (CERTEAU, 1998, p. 101). Tais conceitos possibilitaram compreender que ora a Congregação Franciscana da Penitência Caridade Cristã utilizou-se de estratégias ora de táticas para conquistar seu espaço da sociedade e na educação escolar de Itaporã.

Por fim, a última etapa metodológica: a escrita da tese, ou, a escrita da História, como afirmou Certeau (1982). O texto foi organizado em três capítulos. No primeiro capítulo, propomos apresentar o surgimento da Ordem Franciscana e, posteriormente, da Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã, a fim de compreendermos a ação catequética e educativa dos Franciscanos no Brasil, especialmente, as estratégias de atuação dos missionários alemães no Sul de Mato Grosso.

No segundo capítulo, caracterizamos os aspectos econômicos, sociais, políticos e educacionais em que ocorreu a vinda da Ordem Franciscana e da Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã para o município de Itaporã. Já, no terceiro capítulo, investigamos e analisamos as ações educacionais realizadas pela Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã no ensino primário no município de Itaporã. Para tanto, tratamos das ações educacionais praticadas pelas irmãs na educação escolar no

Grupo Escolar Antônio João Ribeiro, nas Escolas Reunidas de Itaporã, no Jardim da Infância e na Escola Santo Antônio.

Nas considerações finais, apresento a síntese dos capítulos, focando os principais resultados da pesquisa. Não pretendemos apresentar uma pesquisa finalizada, pois esta tese propõe-se a lançar indicações que possam conduzir a outras pesquisas; afinal, a história é uma ciência nunca acabada.

CAPÍTULO I – A CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS FRANCISCANAS DA PENITÊNCIA E CARIDADE CRISTÃ: UMA RAMIFICAÇÃO DA ORDEM FRANCISCANA EM MATO GROSSO

Neste primeiro capítulo, temos o propósito de compreender a constituição da Ordem Franciscana, ao entendermos ser fundamental para conhecer a Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã, que se constitui em uma das ramificações dessa Ordem Religiosa. Por isso, apresentaremos, a seguir, uma contextualização dos aspectos históricos sobre a Ordem Franciscana no Brasil e em Mato Grosso e, do mesmo modo, uma abordagem sobre a Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã tanto no Brasil quanto em Mato Grosso.

1.1 Nasce a Ordem Franciscana e a Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã

É certo que “na história de vida do fundador que encontramos vestígios para compreendermos a história da Ordem Franciscana e, conseqüentemente, as raízes da sua pedagogia e trajetória de atuação no campo da educação” (MONTEIRO, 2021, p. 56). Em Assis, na Itália, em 1182, nasceu o popularmente conhecido como São Francisco de Assis. Francisco foi um jovem extravagante, gostava de festas e vivia como um jovem burguês. Afetado por uma enfermidade e fraco, ficou acamado por um longo período, quando começou a se recuperar, não era mais o mesmo jovem. O período de repouso o fez refletir sobre a sua vida e logo em seguida Francisco se converteu ao cristianismo. Optou por uma vida de pobreza e renunciou aos bens materiais.

Embora Francisco não tivesse a intenção de formar uma comunidade e, nem mesmo, de ter seguidores, o seu exemplo rapidamente começou a atrair outros adeptos ao seu estilo de vida. O primeiro foi um homem rico de Assis chamado Bernardo de Quintavalle, que vendeu todos os seus bens, repartiu com os pobres e juntou-se a Francisco; o segundo foi Pedro Cattani, um jurista de Assis; e, o terceiro, foi o Frei Egídio. (MONTEIRO, 2021).

Assim, “Francisco e seus companheiros dão início às pregações itinerantes pelas cidades e aldeias da região, até que o grupo chega ao número de 12 irmãos, como os apóstolos de Jesus”. (MONTEIRO, 2021, p. 62). Diante de algumas hostilidades sofridas tanto pela população quanto pelo clero, os doze reuniam-se na Porciúncula, e Francisco decidiu pedir ao Papa a aprovação para as suas atividades. Francisco, ainda que fosse contrário às regras, uma

vez que o seu objetivo era pregar simplesmente o Evangelho pelo mundo, acabou criando uma regra sobre o modo de vida e o apostolado dos irmãos. (MONTEIRO, 2021).

Diante de tais circunstâncias, a Ordem Franciscana foi criada como uma “Ordem de Irmãos” que assumiam a missão de viver e pregar o Evangelho. Não era uma Ordem Clerical (Ordem composta por sacerdotes) como outras que já existiam. O próprio Francisco não quis ser sacerdote e os primeiros frades também não tinham esse objetivo. Porém, algum tempo depois, sobretudo, quando Santo Antônio ingressou na Ordem, que se passou a ensinar Teologia aos frades e alguns deles passaram a se ordenar sacerdotes. Ainda nos dias atuais, dentro da ordem Franciscana convivem como irmãos, em igualdade de condições, frades sacerdotes e não sacerdotes¹¹.

Ao analisar a constituição da Ordem Franciscana, Amaro (2018) aponta que a Ordem se divide em três categorias das quais a primeira é subdividida em três ramos: Ordem dos Frades Menores (OFM), composta pelos Capuchinhos (OFM Capuchinhos) e Conventuais (OFM Conventuais); a segunda, a Ordem das Clarissas¹², que abriu o ideal franciscano para o campo feminino; e, a terceira, conhecida como Ordem Franciscana Secular (OFS), constituída por Fraternidades abertas a todos os cristãos seculares. Nelas há lugares para jovens, casados, viúvos e celibatários; para clérigos e leigos; para todas as classes sociais e raças. Enfim, para homens e mulheres que queiram viver segundo o exemplo de São Francisco de Assis, como irmãos e irmãs da penitência¹³. Nesse segmento, há também a Terceira Ordem Regular (TOR), composta por irmãos e irmãs de diferentes congregações e formas de vida evangélica, os quais professam a “Regra de Vida dos Irmãos e Irmãs da Terceira Ordem Regular de São Francisco”.

Atualmente, existem 18 congregações masculinas de Franciscanos Terceiros, 370 congregações de Irmãs Franciscanas e 60 monastérios de freiras enclausuradas¹⁴. Ao planejar cumprir os princípios da Ordem Franciscana e na função de atender aos propósitos da Santa Sé Romana, a fim de forjar uma unidade da fé cristã, o “franciscanismo” enveredou-se em missões pelo mundo a pregar o Cristianismo. Dessa forma, a educação escolar tornou-se um dos campos missionários dos franciscanos, transformando-se em pedagogia, conforme Zavalloni (1999, p. 11) explica a: “[...] pedagogia franciscana é a arte de conduzir o jovem da infância à maturidade, apontando-lhe a meta a atingir, o caminho a seguir e, sobretudo, suscitando nele aquele amor que é capaz de dar sentido às palavras, ao caminho, à vida”.

¹¹ Disponível em: http://www.franciscanos.org.br/?page_id=1223. Acesso em: 2 set. 2018.

¹² Esse nome é uma homenagem à primeira religiosa, Clara Offreduccio, que ficou conhecida mais tarde como “Santa Clara de Assis”. Tratava-se de uma jovem de família nobre e admiradora de Francisco.

¹³ Disponível em: http://www.franciscanos.org.br/?page_id=1237. Acesso em: 2 set. 2018.

¹⁴ Disponível em: <http://franciscanostor.org.br/irmaos-e-irmas-da-terceira-ordem-regular/>. Acesso em: 2 set. 2017.

A pedagogia franciscana desenvolveu-se em meio às práticas missionárias e contextos socioeducativos ao longo da história. Diante de oportunidades da cristianização das sociedades, uma das oportunidades aconteceu na obra educacional de Catarina Daemen, a qual fundou a Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã.

Segundo Rupolo (2001, p. 85), Catarina Daemen “[...] nasceu em 1787 no povoado de Ohé-en-Laak, à margem do Rio Mass, em terras do Médio Limburgo”. Ela era filha de camponeses e cresceu numa “terra de solo arenoso e seco [onde] os camponeses afadigam-se sem ter reconhecida produção”.

Pelas condições locais, as crianças de Ohé-en-Laak tinham pouco acesso aos estudos, uma vez que os pais não viam a educação escolar como uma necessidade para quem vivia no campo. Havia também a indispensabilidade do trabalho de todos os integrantes para prover o sustento da família. Além do mais, muitos pais preferiam que as crianças não fossem à escola para não serem influenciadas por ideias iluministas.

Nesse período, a província de Limburgo encontrava-se sob o domínio de Paris. Cools e Winpersee (1966) reconhecem que esses fatores históricos e culturais influenciaram a formação de Catarina, pois a ênfase na educação não está circunscrita à ação da escola, mas encontra-se em consonância com a comunidade local e as questões educativas extrapolam o ambiente escolar.

Catarina Daemen ingressou em 1817 na Terceira Ordem Secular. Em 1825, iniciou uma escola para crianças sem escolas. Em 1835, foi criada a Congregação das Irmãs Franciscana da Penitência e Caridade Cristã, após idas e vindas de Catarina Daemen ao bispado para autorização da abertura da congregação, reflexo de um cenário dominado pelo poder masculino, uma vez que a Congregação das Irmãs Franciscana dependia do apoio de padres e bispos para sua afirmação.

Após a oficialização da Congregação das Irmãs Franciscana da Penitência e Caridade Cristã, foi aperfeiçoado o atendimento às crianças com trabalhos manuais. Em 1835, em Heythuysen iniciou-se o trabalho do internato, o que a configurou como uma organização escolar.

Teresia Rooyackers, uma das companheiras de Catarina, era uma pessoa qualificada para o ensino, uma vez que ministrava aulas de leitura e escrita e, também, de trabalhos manuais, mas não tinha autorização para lecionar todas as disciplinas da escola fundamental, o que só aconteceu após duas décadas, quando ocorreu a abertura do poder estatal às escolas confessionais.

Somente a partir de 1848 foi permitida a liberdade de ensino, observando, porém, o Estado, o direito de controlar a qualidade, a habilitação dos professores e a posição filosófica da escola. Na década seguinte, nova regulamentação legal ratificou a liberdade de ação pedagógica. Não aboliu, no entanto, o controle do Estado sobre as instituições, o qual determinava inclusive as disciplinas obrigatórias e as facultativas. (RUPOLO, 2001, p. 85).

Situado neste contexto, entendemos que a escola de Catarina Daemen, em Heythuysen, não estava sujeita a nenhum programa oficial e não dependia do controle do Estado. Assim, a educação ministrada na escola de Catarina consistia somente no ensino de leitura, escrita, atividades manuais e formação religiosa. Dessa forma, a escola não era vista como ameaça, mesmo porque a educação não representava naquele momento uma prioridade para o Estado.

É nesta realidade que se situa a utopia de Catarina Daemen. Ela nasce encarnada. Nasce no lugar e para o lugar em que convive, como resposta a necessidade real de uma localidade, de um povo. A educação que propõe é para viver, não tanto para conhecer muitas coisas ou para trabalhar. (RUPOLO, 2001, p. 85).

Ao nosso entendimento, no início, a escola de Catarina não possuía um projeto educativo explicitado teoricamente, mas tinha um ideário: uma educação que nasceu para aquele local (Heythuysen), com motivos humanos e sociais, a educação de crianças para a vida. Mas, para que vida, se não se voltava para conhecer muitas coisas ou trabalhar? Seria para a vida da fé cristã?

Posteriormente, para acompanhar as teorias pedagógicas, passou por transformações, conforme salienta Rupolo (2001), havendo indícios de que a escola seguia a um programa oficial, contendo as disciplinas a serem lecionadas, os livros a serem utilizados e os exames a serem realizados.

Assim, podemos entender, pelos escritos de Cools e Winpersee (1966), que a atividade educativa da escola de Catarina apresentava particularidades de um trabalho voltado para a vida e que a atividade educacional das Irmãs foi sendo progressivamente organizada sem compromisso com o aspecto legal, pois a escola não estava sujeita a nenhum programa oficial e, assim, dispunha de autonomia direcionar às suas ações educativas.

Desde 1835, quando a congregação é fundada, Catarina Daemen compreendeu que sua obra devia ser reconhecida perante a lei, o que se concretizou em 29 novembro de 1842, quando Madre Teresia Rooyackers elevou a congregação à categoria de ordem jurídica, com a denominação de “União de senhoras para promover a felicidade do lar” (COOLS; WINPERSEE, 1966, p. 107). Deste modo, a congregação assumiu sua personalidade jurídica.

A proposta educacional das Escolas Franciscanas segue a inspiração de Catarina Daemen, cuja pedagogia nasceu de uma necessidade local, na Europa do século XIX. Porém, atendendo a uma demanda do mundo moderno, a educação ministrada pelas Irmãs Franciscanas, pautada, no ensino humanizado, na simplicidade e respeito da vida, alterou-se para uma educação escolar de formação científica, condição necessária para a coexistência com os avanços tecnológicos e científicos da modernidade.

1.2 A Ordem Franciscana no Brasil

Desde 1500, já era possível constatar a presença da Ordem em terras brasileiras, pois chegaram com Pedro Álvares Cabral os frades: Frei Gaspar, Frei Simão, Frei Francisco da Cruz, Frei Mafeo, Frei João da Vitória, Irmão leigo, Frei Pedro Neto e Frei Henrique Soares de Coimbra, o superior que realizou a primeira missa no Brasil. A Ordem veio no intuito de auxiliar a colonização e executar a evangelização. De 1500 a 1585, a presença franciscana no Brasil foi esporádica. Foi somente, a partir de 1585, com a Fundação da Custódia de Santo Antônio do Brasil, que ocorreu o estabelecimento definitivo da Ordem no Brasil. A preocupação em educar apresentou-se desde a chegada da Ordem Franciscana no Brasil e, de forma mais acirrada, após sua instalação no Brasil, em 1585. (IGLESIAS, 2010).

Em 1669, o rei limitou a 200 o número de frades a atuarem no Brasil. Isso resultou em uma crise entre a monarquia e o clero, ameaçando a presença Franciscana de extinção, conforme dados da Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil (2016). Dessa época, denominada de *Pombalina*, até a República (de 1750 a 1889) permaneceu esta crise, a qual exigiu, mais tarde, mediações dos superiores do clero. Em 1757, o governo de Pombal restringiu a vida religiosa e isso fez com que os Franciscanos perdessem as Missões indígenas, como também contribuiu para que os frades de Piedade fossem expulsos e voltassem a Portugal. Sete anos depois, a Província de Santo Antônio foi proibida por 14 anos de receber noviços, o que marca o início de proibições no que tange ao assunto e culmina no impedimento da entrada desses, agora estendido a todo o Brasil, em 1855.

Além desses entraves, em 1886, a Coroa, por meio do Padroado,¹⁵ aboliu os privilégios da Ordem submetendo-os definitivamente ao episcopado. Devido à situação imposta pelo

¹⁵ Tratava-se de um instrumento jurídico tipicamente medieval que possibilitava um domínio direto da Coroa nos negócios religiosos, especialmente, nos aspectos administrativos, jurídicos e financeiros. Porém, os aspectos religiosos também eram afetados por tal domínio. Padres, religiosos e bispos eram também funcionários da Coroa portuguesa no Brasil colonial. Isso implica, em grande parte, o fato de que religião e religiosidade eram assuntos de Estado.

Padroado, a província da Imaculada Conceição não conseguiu se sustentar e entrou em decadência. Iglesias (2010) aponta que, embora ocorresse forte pressão contrária das autoridades seculares, foi ampla a atuação dos franciscanos nesse período. Sob a administração da Província de Santo Antônio continuaram a pertencer os Conventos de Olinda (1585), Salvador (1587), Igarauçu (1588), Paraíba (1589), Ipojuca e Recife (1606), São Francisco do Conde (Sergipe do Conde 1629), Siri (1639), Paraguaçu (1669) Cairu (1650), São Cristóvão (Sergipe Del-Rei 1657), Penedo e Alagoas (1660) e o Hospício da Boa Viagem (Salvador 1710). Apesar de a Coroa não consentir com a fundação de novos Conventos, a fundação de Hospícios era permitida, onde só podiam residir de dois a três religiosos. Mesmo sob forte pressão da Coroa, os franciscanos continuaram praticando a catequese nas Missões que foram se estabelecendo.

A Ordem franciscana no Brasil manteve-se fiel ao espírito missionário, dedicou-se ativamente ao trabalho nas Missões. Entendemos que os franciscanos se serviram delas não só por conta da tradição, mas também como *tática* (CERTEAU, 1998) para burlar os empecilhos impostos para a fundação de novos Conventos. As Missões permitiram, em certa medida, que o trabalho dos frades se esquivasse das restrições impostas pela coroa à tarefa evangelizadora.

Em meio ao colapso, a Província de Santo Antônio recorreu ao Ministro Geral dos Franciscanos para que mandasse ajuda europeia. A ajuda para a restauração, por conseguinte, partiu da Província Franciscana da Saxônia, Alemanha, em 1889. O pedido aceito culminou na chegada dos primeiros missionários em Santa Catarina – SC, em 1891, o que revigorou a atuação desses em território brasileiro.

Assim, no dia 10 de julho de 1891, chegaram ao Brasil, ou mais precisamente no vilarejo de Teresópolis – SC, os quatro pioneiros da restauração da Província da Imaculada, a saber: Frei Armando Bahlmann, Frei Xisto Maiwes, Frei Humberto Themans e Frei Maurício Schmalor. Importa destacar que a restauração da Província da Imaculada Conceição do Brasil não se iniciou pelo Convento Santo Antônio no Rio de Janeiro, onde ainda residia o último frade da antiga Província. O recomeço da vinda dos Franciscanos no Sudeste e Sul do Brasil aconteceu por meio de uma nova forma de presença pastoral, o que nos permite aplicar tanto a parábola “*Vinho novo em odres novos*”¹⁶ como uma busca de ressignificação da presença Franciscana no Brasil.

¹⁶ Parábola da Bíblia em Lucas 5:36-38. Ao falar do vinho novo em odres velhos, Jesus diz que esses rituais cerimoniais da Antiga Aliança não comportam a realidade da Nova Aliança. Os odres eram recipientes feitos de pele de animais. Por causa da elasticidade do couro, as pessoas utilizam esse material no processo de fermentação do vinho. O vinho novo era colocado em odres; mas, à medida que fosse fermentando, a pressão aumentava e

Nos anos de 1930, a província Fulda, na Alemanha, passava por expressivo desenvolvimento, havia um numeroso crescimento da Ordem Franciscana, e a missão em Hokkaido, no Japão, não podia mais acolher os missionários. Knob (1988) relata que o Padre Vinzenz Rock, Provincial de Santa Izabel da Turingia, procurou encontrar uma solução e uma nova possibilidade para os jovens confrades que queriam se dedicar às missões. A situação política então existente na Alemanha colaborou para que o governo provincial resolvesse aceitar logo um território e enviasse, em pouco tempo, um número expressivo de frades.

1.3 Os Franciscanos no Mato Grosso

No ano de 1937, chegaram ao Brasil os Franciscanos de origem alemã, oriundos da Província da Turíngia, os quais rumaram para o Mato Grosso, no ano de 1938. O expansionismo da Igreja Católica em terras mato-grossenses acentuou-se a partir de janeiro de 1937, quando a Província da Imaculada Conceição do Sul do Brasil conciliada à Província Franciscana da Turíngia (Alemanha) estabeleceram a concessão da área de Mato Grosso como terra de missão. O estado de Mato Grosso foi escolhido para ser sede da nova Missão da Província Franciscana da Turíngia. A terra de missão, isto é, Mato Grosso compreendia, para eles, a representação de território vazio, desconhecido e inexplorado, portanto um lugar que precisava ser conquistado e institucionalizado. Desconsideravam, no entanto, que as terras mato-grossenses já eram habitadas por povos originários da região. Cabe salientar, aqui, o mesmo discurso de Vargas de territórios vazios.

Com o advento do Estado Novo (1937-1945), Vargas orientou o projeto “Marcha para o Oeste”, cujo objetivo era distribuir terras para trabalhadores nacionais e estrangeiros que tivessem alguma experiência agrária. Sob o discurso de ocupar os “espaços vazios”, o Estado buscava a ocupação de espaços já ocupados por povos originários ou populações sertanejas tradicionais (ribeirinhos, e outros tipos humanos do interior brasileiro). Com este projeto político-ideológico, objetivava-se colonizar e nacionalizar as fronteiras pela ação de colonos sob a tutela do Estado enquanto coordenador da legislação norteadora da vida socioeconômica do país. Nessa direção, a marcha pode ser interpretada como “fator de unidade nacional, defesa, exploração e povoamento das fronteiras”, com destaque para o centro-oeste do país.

A obra “A Nova Política do Brasil”, de autoria de Getúlio Vargas (1938-1945), a qual pontua as linhas políticas expressas na Constituição do Estado Novo e as conferências e

esticava os odres. Um odre velho já havia sido dilatado ao máximo e não possuía mais a elasticidade necessária para um novo processo de fermentação. Um vinho novo posto em um odre velho seria desperdício.

discursos pronunciados pelo próprio presidente e por políticos envolvidos com a construção da “integração nacional”, revela a essência do pensamento geopolítico que conduziu o programa de povoamento para o oeste nas décadas de 30 e 40.

Foram nessas circunstâncias que Mato Grosso foi um desses espaços escolhidos pelos franciscanos para seguir com seus trabalhos. “Levado pelo espírito missionário dos seus membros, em 1937, a província de Santa Isabel de Turíngia igualmente procurou assumir um novo território de Missão no estado de Mato Grosso, no Brasil” (KNOB, 1988, p. 43). A Missão Franciscana do Mato Grosso, criada no mês de janeiro de 1937, foi denominada “Custódia Franciscana das Sete Alegrias de Nossa Senhora”.

No dia 1º de julho de 1937, os quatro primeiros missionários, Freis Eucário Schmitt, Antônio Schwenger, Wolfram Passmann e Francisco Brugger, embarcaram no navio “Cap Arcona” em Hamburgo, na Alemanha, e chegaram ao Rio de Janeiro, no dia 14 de julho de 1937. Os missionários passaram vários meses de enculturação na Província de São Paulo, estudaram a língua portuguesa e tiveram várias consultas com o arcebispo de Cuiabá e com o bispo de Corumbá.

Figura 1 – Fotografia dos primeiros missionários a chegar em Mato Grosso



Fonte: Knob (1988, p. 46).

A Figura 1 apresenta uma imagem dos quatro primeiros freis que chegaram a Mato Grosso vindos da Alemanha. Podemos observar, da esquerda para a direita, Frei Eucário Schmitt, Frei Antonino Schwenger, Frei José Passmam e Frei Francisco Brugger. Frei Antonino foi o primeiro vigário franciscano de Entre Rios (atual Rio Brillhante). Como destaca Burke (2017, p. 42), “As posturas e gestos dos modelos e os acessórios e objetos representados à sua volta seguem um padrão e estão frequentemente carregados de sentido simbólico”. Ao observarmos a imagem, podemos perceber que os freis são jovens e estão com vestes franciscanas, túnicas, com capuz acoplado e enlaçado na cintura. Os três nós do cordão simbolizam pobreza, castidade e obediência, as quais são as três pedras angulares da Ordem Franciscana.

Importa salientarmos que os Franciscanos sempre tiveram uma grande preocupação com os registros envolvendo seu cotidiano, fato esse materializado nas crônicas e nos registros iconográficos feitos pelos próprios membros da Ordem Franciscana.

Não se pode esquecer de registrar aqui que, nesse período, de chegada dos Franciscanos, já trabalhavam em Mato Grosso, os Salesianos e as Irmãs de diversas congregações femininas, como as Filhas de Maria Auxiliadora (ala feminina dos Salesianos), as Vicentinas e as Irmãzinhas da Imaculada Conceição.

De acordo com Knob (1988), a grande missão em Mato Grosso para os franciscanos teria sido a pastoração, ou seja, a *cura* de almas católicas desviadas e a condução dos indígenas à *verdadeira fé*. Todavia, a quantidade de paróquias existentes era insatisfatória em uma região tão vasta. Isso se configurava como um dos grandes desafios encontrados pelos missionários. Já para o Estado, os franciscanos (Igreja Católica) simbolizavam um investimento colaborador no processo civilizatório dos sertões brasileiros.

Marin (2012) enfoca tais religiosos como imigrantes em suas vivências e experiências de deslocamento, voluntário ou involuntário, e suas condições de estrangeiros. Frades e freiras viram-se forçados a atuarem numa região em que o cenário religioso lhes era alheio, ou seja, o referencial alemão em nada correspondia com o que foi encontrado: “[...] tiveram de improvisar e aprender a desenvolver uma maquinaria de imposição católica que se adaptasse ao cenário religioso de Mato Grosso” (MARIN, 2012, p. 205).

Eucário Schmitt, o superior da Missão de Mato Grosso, diante da chegada constante de frades que se deslocavam para trabalhar na região somado com a impossibilidade da maioria das paróquias sustentarem mais de um religioso, viu-se obrigado a dispersá-los em locais muito distantes uns dos outros. Assim, a Missão Franciscana de Mato Grosso caracterizou-se pela dispersão espacial, isolamento dos confrades e dificuldade de administrar a Missão.

Knob (1988) relata que os Franciscanos, ao assumirem as diversas paróquias que lhes eram oferecidas, em geral, encontravam uma igreja em situação precária ou mesmo nenhuma igreja e, muito menos, uma casa paroquial em boas condições. Por isso, além do trabalho pastoral, foi exigido dos Franciscanos uma atividade construtora. Quase todas as paróquias que os Franciscanos assumiram haviam sido recém-criadas ou estavam vagas e recebiam a visita de um padre uma ou outra vez por ano. A maioria do povo não conhecia nem praticava a doutrina católica, isso em parte se explicava pelo fato que o povo não tinha existência pastoral regular e não se tinha formação familiar religiosa.

Os Franciscanos, desde a chegada em Mato Grosso, puderam visualizar e vivenciar a situação de pobreza do povo de suas paróquias, a falta de hospitais e de escolas. Nessas circunstâncias, eles passaram a colaborar na educação, na saúde e na religiosidade. Essa contribuição é entendida como uma estratégia religiosa católica para difundir sua doutrina e inculcar suas normas e valores, mas também para medir suas forças e influências.

Nas paróquias assumidas pelos Franciscanos, havia não somente assistência religiosa, mas também escolas paroquiais. Knob (1988) aponta que, para a assistência escolar, os frades dependiam, porém, da vinda de Irmãs, pois faltavam completamente elementos competentes no laicato. Com empenho, a Ordem Franciscana conseguiu algumas congregações femininas para ajudar no trabalho pastoral e em escolas paroquiais, na catequese do povo e no serviço paroquial.

Foi assim que, em junho de 1937, o Frei Teodardo Leitz, com o aval do comissariado franciscano, promoveu o deslocamento de freiras para Dourados no sentido de contribuir com o trabalho de catequese, a criação de escolas de ensino primário para ambos os sexos, bem como para organizar um internato feminino.

1.4 A chegada da Congregação das Irmãs Franciscana da Penitência e Caridade Cristã no Brasil

A Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã, como visto anteriormente, é uma das ramificações da Ordem Franciscana, que se constitui no interesse desta pesquisa. Elas chegaram ao Brasil a pedido do Padre Guilherme Feldhaus, que dirigiu uma carta (1868) à Madre Aloísia Lenders, superiora geral das Franciscanas de Heythuysen, Holanda, que residia temporariamente na Alemanha. Na carta, solicitou-se o envio de Irmãs para o Brasil para assumirem a educação de crianças e jovens, filhas de imigrantes alemães.

Sobre o anseio de Padre Guilherme Feldhaus¹⁷, em obter Irmãs para a Paróquia de São Leopoldo, Flesch (1993, p. 35) relata que:

Padre Feldhaus, entretanto, desde o início de sua chegada ao Brasil, reconheceu a necessidade de também as filhas dos imigrantes terem acesso a uma formação esmerada e sólida. E foi movido por esse objetivo que o zeloso sacerdote concedeu o plano da vinda das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã ao Brasil.

Em 1872, seis Irmãs vieram como missionárias para o Brasil, eram elas: Madre Ana Moeller (36 anos) - superiora do grupo, Irmã Teresia Cremer (33 anos), Irmã Maria Lichtenberg (37 anos), Irmã Florência Hemsel (25 anos), Irmã Alvina Ferbers (24 anos) e Irmã Ludgera Hellwig (24 anos). Flesch (1993, p. 35) relata a vinda das missionárias, de Capellen, Alemanha para São Leopoldo, Brasil.

Após comovente despedida, primeiro na respectiva casa paterna e depois na casa do noviciado, o Convento São Bernardino, em Capellen, as seis missionárias partiram acompanhadas por Madre Aloísia Lenders e Irmã Stanislá Schweden, sua secretária. Era o dia 9 de fevereiro, de 1872. O primeiro trajeto, de trem, levou-as até Marselha, França, onde no dia 15 de fevereiro, quarta-feira de cinzas, embarcaram no navio “Poitou”, rumo ao Brasil.

Em 9 de fevereiro de 1872, as Irmãs partiram de Capellen, na Alemanha, com destino a Marselha, na França, onde embarcaram no navio, rumo ao Brasil. Em 2 de abril de 1872, após uma viagem com contratempos, as Irmãs chegaram a São Leopoldo.

Após se instalarem, no dia 5 de abril de 1872, começaram as aulas para 23 alunos com idades entre 7 e 13 anos. A escola recebeu o nome de Colégio São José. Um mês depois, no dia primeiro de maio, tiveram início as aulas do jardim de infância, que por falta de local apropriado, eram ministradas ao ar livre, à sombra de uma laranjeira nos fundos da casa. De acordo com Flesch (1993), no segundo ano da presença das Franciscanas em São Leopoldo, as Irmãs já dispunham de sala de aula suficientemente espaçosa para as 120 educandas. Elas também foram convidadas a fundar uma comunidade em Santa Cruz do Sul, onde estabeleceram-se a partir de 1874.

Em 1892, as Irmãs já estavam presentes em Pelotas, Santa Cruz do Sul, Porto Alegre e Estrela. Seguindo sua expansão, além dos lugares já citados, a Congregação estendeu-se para

¹⁷ Desde sua chegada ao Brasil, Padre Feldhaus mostrou-se preocupado com a formação dos filhos de imigrantes alemães, fato esse que em 1869, fundou o Ginásio Nossa Senhora da Conceição no Rio Grande do Sul, que se tornou mais tarde um importante estabelecimento de ensino atraindo alunos de todo o país.

as cidades de Jaguarão, Rio Grande e Santa Maria. Conforme relata Ackermans, Ostermann e Serbacki (2000, p. 178):

O número de irmãs ativas no Brasil, em 1903, chegava a 200, das quais aproximadamente metade era procedente da Alemanha. A missão das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade cristã no Brasil cresceu rapidamente e foi elevada à categoria de província em 1928, com a denominação de Província do Sagrado Coração de Jesus.

A missão das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã no Brasil continuava crescendo em obras e em números de membros. Ao mesmo tempo em que crescia o número de jovens brasileiras que ingressavam na congregação, diminuía a chegada de missionárias da Alemanha. Em 1947, a Província brasileira das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã era composta pelo Colégio São José, além de 40 casas, entre os quais, estavam Colégios e Escolas Normais, Ginásios, Escolas Elementares, Asilos, Orfanatos e Hospitais.

1.4.1 A Congregação em Mato Grosso

De acordo Knob (1988), logo depois que houve a instalação das primeiras residências dos Freis Franciscanos em Mato Grosso, surgiu a proposta de trazer as Irmãs para ajudar na evangelização, bem como para atuar nas escolas e no cuidado dos doentes. Os Franciscanos compreendiam as vantagens de escolas católicas, pois as Irmãs auxiliariam na formação das crianças. “De fato, o povo esperava dos missionários não só o cuidado das almas, mas principalmente – e muitas vezes em primeiro lugar – a fundação e direção de escolas”. (KNOB, 1988, p. 73).

Como os Freis não podiam se dedicar ao trabalho nas escolas e hospitais, por conta das múltiplas exigências do serviço paroquial, pensaram em atender aos anseios da população e resolveram fundar escolas paroquiais em todas as paróquias confiadas ao comissariado. Unindo-se a esse fato, os franciscanos identificaram a necessidade de escolas Católicas para que, efetivamente, educar a população nos preceitos católicos. Os franciscanos temiam o avanço do protestantismo, uma vez que já havia em Dourados um campo missionário evangélico, Missão Caiuá, sob a direção dos presbiterianos atuando na saúde e educação¹⁸. Assim, em 1940, o Pe. Comissário, Frei Eucário Schimitt, escreveu aos seus confrades:

¹⁸ Disponível em: <https://missaocaiua.org.br/caiua/>. Acesso em: 19 set. 2019.

Não há que duvidar: precisamos de escolas que estejam sob nossa influência. Por isso vamos fundar em todos os nossos lugares um colégio, uma escola paroquial de ensino primário, de 5 ano, para meninos e meninas, com internato para as meninas. Essa escola será inteiramente confiada as Irmãs, nós mesmos não teremos nada a ver com ela. As Irmãs também podem abrir, onde for possível, uma escola doméstica ou de costura e assumir uma espécie de serviço dos doentes. Não interessa, porém, nenhum estabelecimento de ensino secundário. (KNOB, 1988, p. 73).

Partindo dessa necessidade, o Padre Comissário, Frei Eucário Schimitt, iniciou a busca por uma congregação feminina que aceitasse dedicar-se ao ensino e aos doentes. Foi, assim, que, em fevereiro de 1940, as Irmãs Franciscanas de Imaculada Conceição de Maria de Bonlanden, que já estavam no Brasil desde 1928, chegaram à cidade Ladário no Mato Grosso.

Não foi possível por parte do Pe. Comissário Frei Eucário Schimitt conseguir uma outra congregação que estivesse disposta ao trabalho em Mato Grosso. Foi então que o Pe. Frei Irineu Schonherr, que residia em Nova Iorque, encontrou uma Congregação norte-americana disposta ao trabalho em Mato Grosso. Tratava-se da Congregação norte-Americana das Irmãs Bernardinas, de origem polonesa, que já estava presente no Rio Grande do Sul.

Pela perspectiva de Certeau (1998), esses espaços vão sendo construídos por meio de *táticas* e *estratégias*. A *estratégia* é praticada pelo sujeito de poder, aqui a instituição “Franciscana”, que institucionalizada, opera de maneira intencional e planejada, uma vez que o poder permite esse cálculo.

Desse modo, em dia 26 de março de 1941, chegaram ao Brasil as Irmãs da Congregação Bernardina. Ao todo eram 16 Irmãs da congregação Bernardina, das quais seis estavam destinadas ao Mato Grosso: três para Rosário do Oeste e três para Paranaíba. Assim, o Pe. Comissário Frei Eucário Schimitt solicitou Irmãs para Dourados. No dia 4 de julho de 1942, três Irmãs Franciscanas de Imaculada Conceição de Maria de Bonlanden chegaram em Entre Rios.

Com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), apoiando os Aliados (França, Inglaterra, EUA e, posteriormente, URSS) e contra os países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão), as relações diplomáticas entre Brasil e Alemanha foram rompidas, e começou uma onda de denúncias e perseguições aos alemães, muitos deles missionários Franciscanos oriundos da Alemanha. Estes foram perseguidos e acusados de traição e de serem espiões em terras brasileiras. Cabe lembrar que os missionários alemães não foram os únicos a enfrentar as consequências da Guerra, pois havia também os italianos e os japoneses que passaram a sofrer perseguições.

Muitos Franciscanos, residentes em Mato Grosso, tornaram-se vítimas de acusações, e vários incidentes aconteceram nos municípios de Coxim, Campo Grande, Paranaíba, Chapada dos Guimarães, Cuiabá, Entre Rios, Santo Antônio do Leverge e Dourados. Conforme Knob (1988, p. 76):

No Domingo, 22 de março de 1942, fomos acordados às 5 horas da madrugada por soldados e intimados a ir à Delegacia Policial desse lugar. Por favor especial do 1º Tle. Sílvio Schlaeder, o vigário, Frei Pedro, podia rezar uma missa às 7 horas na matriz, onde já havia muita gente curiosa. Os outros, também o vigário de Aparecida do Taboão, que esteve aqui em visita, teve que ficar na Delegacia de Polícia. Às 2 horas da tarde, houve uma busca na nossa casa paroquial, prendendo-se o rádio das Irmãs Franciscanas e uns livros. Depois de uns dias, durante os quais foram ouvidas as testemunhas, no dia 26 de março fomos levados ao Quartel de Três Lagoas. Ali hospedamos no Hospital Militar. Fomos tratados muito bem. A nossa estada na prisão levou 6 semanas e nós fomos postos em liberdade no dia 3 de maio, sendo que não se pôde apurar nada contra nós. Foi provada claramente nossa inocência. (TOMBO DE PARANAÍBA, p. 40-41).

Em 13 de abril de 1942, em Dourados, o Frei Higinio Laetteck e o Frei Quintino Schaefer foram detidos em sua casa por um sargento do exército de Ponta Porã, acusados de serem espiões militares da Alemanha. Os conflitos entre a Igreja e as forças armadas brasileiras não se limitaram a estes episódios como já dissemos anteriormente. Assim, de acordo com Knob (1988), o Pe. Comissário Frei Eucário Schmitt foi chamado ao comando geral em Campo Grande, onde todos os casos foram tratados e elucidados e ficou acordado que todos os casos que daí em diante surgissem fossem comunicados primeiramente aos superiores, mas que os superiores deveriam comunicar seus padres de se absterem de toda política.

Reflexos desses desentendimentos ocorreram em 22 de janeiro de 1944, quando as Irmãs de Bonlanden e as Irmãs Bernardinas abandonaram o estado de Mato Grosso.

Com a entrada do Brasil na Guerra, as Irmãs encontraram muitas dificuldades e intrigas, e não se conseguiu o registro da escola de Cuiabá. O que fez com que saíssem de Entre Rios, no dia 22 de janeiro de 1944. Aliás, no mesmo dia, também as Irmãs Bernardinas abandonaram o Mato Grosso. Igualmente, as Irmãs de Jesus Adolescente desistiram de Maracaju. Somente continuaram as Irmãs Franciscanas de Bonlanden, em Ladário. (KNOB, 1988, p. 74).

As Irmãs Franciscanas de Bonlanden chegaram a Dourados em maio de 1954. Tinham como objetivo analisar a possibilidade de assumir um estabelecimento da Congregação na cidade de Dourados, mas as Irmãs Franciscanas de Bonlanden não puderam assumir o compromisso. Isso fez com que, em junho de 1954, Dom Orlando Chaves, bispo de Corumbá, diocese que abrangia todo o sul de Mato Grosso, solicitasse à Madre Antoninha que enviasse

algumas Irmãs para a diocese de Dourados, com a finalidade de trabalhar na catequese e na escola primária. A proposta foi acolhida e logo Madre Antoninha e Ir. Lourdes Biesdorf visitaram Dourados, momento em que acertaram detalhes da missão com o Frei Teodardo Leitz - OFM. Nesse acordo, ficou estabelecido que essas irmãs se comprometeram a aceitar a administração do Patronato de Menores, do posto de puericultura¹⁹ e do ambulatório.

Mediante este acordo, em 9 de fevereiro de 1955, chegaram as seis Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã, vindas de Santa Maria, Rio Grande do Sul, conforme podemos observar na Figura 2.

Figura 2 – Imagem da “Chegada das Irmãs em Dourados”, 1955



Fonte: Acervo iconográfico da Escola Franciscana Imaculada Conceição.

A imagem anterior simboliza a chegada da Congregação das Irmãs da Penitência e Caridade Cristã no aeroporto de Dourados, em um voo de Santa Maria no Rio Grande do Sul a

¹⁹ O termo “Puericultura” surgiu como uma atividade focada essencialmente na saúde pública (postos de saúde). Na década de 30, durante o Estado Novo, a promessa por uma sociedade renovada teria ido ao encontro dos ideais nacionalistas e eugenistas, o que teria contribuído para a sua consolidação e grande poder político. A história da puericultura no Brasil revela, ainda, o deslocamento da hegemonia do mundo ocidental da Europa para os Estados Unidos após a Primeira Guerra Mundial, com a importação dos centros de saúde e da educação em saúde. BONILHA, L. R. C. M.; RIVORÉDO, C. R. S. F. Puericultura: Duas Concepções Distintas (*Well-Child Care: Two Distinct Views*). **Jornal de Pediatria**. [S. l.], v. 81, n. 1, 2005.

Dourados, no Mato Grosso, em um avião da Força Aérea Brasileira (FAB), que teve a duração de menos de quatro horas.

Segundo Burke (2017, p. 26), “Embora os textos também ofereçam indícios valiosos, imagens constituem-se no melhor guia para o poder de representações visuais nas vidas religiosa e política de culturas passadas”. É por meio da Figura que podemos vislumbrar o poder da Igreja Católica e sua relação com o Estado ao conseguir um avião da FAB para transportar as religiosas. Na frente do avião, encontram-se o Frei Teodardo Leitz, Neuza Amaral, Francisca Carvalho e outras autoridades, além das primeiras missionárias: Irmã Ludemila Heck – ministra, Ir. Rosita Meyer, Ir. Maria Alfredina Stulp, Irmã Maria Iracema Grings, Irmã Miraci Adams e Irmã Maria Leonarda Links, acompanhadas pela Ministra provincial Irmã Antoninha Werlang e das demais Ministras das comunidades de Santa Maria – RS. No aeroporto, havia pouca gente, visto que as Irmãs não estavam sendo esperadas para aquela hora.

Frei Teodardo recebeu as Irmãs no aeroporto e conduziu-as até a casa de Celso e Neuza do Amaral, onde elas fizeram um lanche; posteriormente, Frei Teodardo as levou para conhecer a Igreja Matriz e a Casa Canônica. De acordo com Marques (2008), Frei Teodardo queria ganhar tempo para organizar a recepção e fazer os últimos ajustes na casa onde as Irmãs iriam residir. Tudo estava pronto quando as irmãs chegaram. O povo foi convocado com foguetes e muitos vieram até a frente da residência das Irmãs. Havia crianças abrindo alas e as filhas de Maria saudando as Irmãs com cantos e declarações.

Após o término das celebrações de recepção, as Irmãs puderam conhecer as dependências da casa, seguidas pelo povo. A casa situava-se na rua Marcelino Pires e, ainda, faltavam alguns acabamentos e não possuía luz elétrica.

Na edição do dia 6 de fevereiro de 1955, o Jornal “O Progresso” publicou na primeira página: “Chegarão a Dourados, no dia 9 deste mês, em avião especial da FAB, as reverendas. Irmãs Franciscanas”. O artigo do Jornal foi assinado pelo Frei Teodardo, no qual consta o seguinte trecho: “O exmo. Sr. Comandante da zona aérea do Rio Grande do Sul pôs gentilmente um avião da FAB à disposição das Irmãs, de maneira que as mesmas farão o percurso de Santa Maria até Dourados diretamente em avião especial” (DOURADOS..., 1955). Na sequência, Frei Teodardo faz um apelo aos católicos:

Vai aqui mais uma vez um veemente apêlo aos nossos católicos no sentido de nos auxiliarem mais ainda, e generosamente nesta obra que é do comum interesse de todo o Dourados [...] a escola do Patronato e tornará, sem dúvida, um estabelecimento de primeira qualidade e oferecerá, as crianças de Dourados um ensino modelar. Desde já convidamos os pais a matricular seus filhos na escola do Patronato sob a competente direção das Irmãs

Franciscanas, que pessoalmente vão administrar, em todas as classes o ensino. A matrícula será aberta no dia 15 deste mês, na Casa das Irmãs. O estabelecimento contará com um Curso Primário de 4 anos, Curso de Admissão, Curso Corte e Costuras Jardim de Infância (DOURADOS..., 1955).

De acordo com Frei Teodoro, os trabalhos educativos das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã no município de Dourados iniciaram-se no dia 15 de fevereiro. Conforme Marques (2008, p. 191): “Até o final do mês somavam-se 300 crianças, chegando ao número de 485, incluindo alunas de corte costura. Assumiram, em seguida, dois centros de catequese com 200 crianças”.

No dia 1º de março de 1955, as Irmãs realizaram uma assembleia geral de fundação do “Instituto Educacional de Dourados”, o qual tinha por objetivo o atendimento voltado para os alunos do Patronato de Menores Santo Antônio. Porém, o Patronato estava distante do centro da cidade de Dourados, por isso, em 1956, as Irmãs tiveram a iniciativa de fundar uma filial do Patronato de Menores Santo Antônio na área central, próximo à atual Igreja Matriz (Rua João Cândido da Câmara, 400), o qual, nos anos seguintes, passou a se chamar Educandário Santo Antônio, também sobre a administração das Irmãs Franciscanas.

Segundo Amaro (2018), o trabalho educativo das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã no município de Dourados iniciou-se com o Instituto Educacional de Dourados, ao assumir e administrar a escola primária Patronato de Menores, anteriormente administrada pelos freis franciscanos. Com o Instituto Educacional de Dourados, de 1955 a 1961, implantaram-se os seguintes cursos: Normal Regional e Normal Colegial (1959) e Ginásio Secundário (1961). Em 1962, o Instituto Educacional de Dourados transformou-se no Colégio Imaculada Conceição e, em 1971, instituiu-se o Pré-primário e Primário. Em vias de expansão da Missão Franciscana, em Mato Grosso, surge, em 1958, uma nova escola na cidade de Itaporã, onde também as irmãs iniciaram o atendimento no campo educacional e que será tratado nos próximos capítulos deste trabalho.

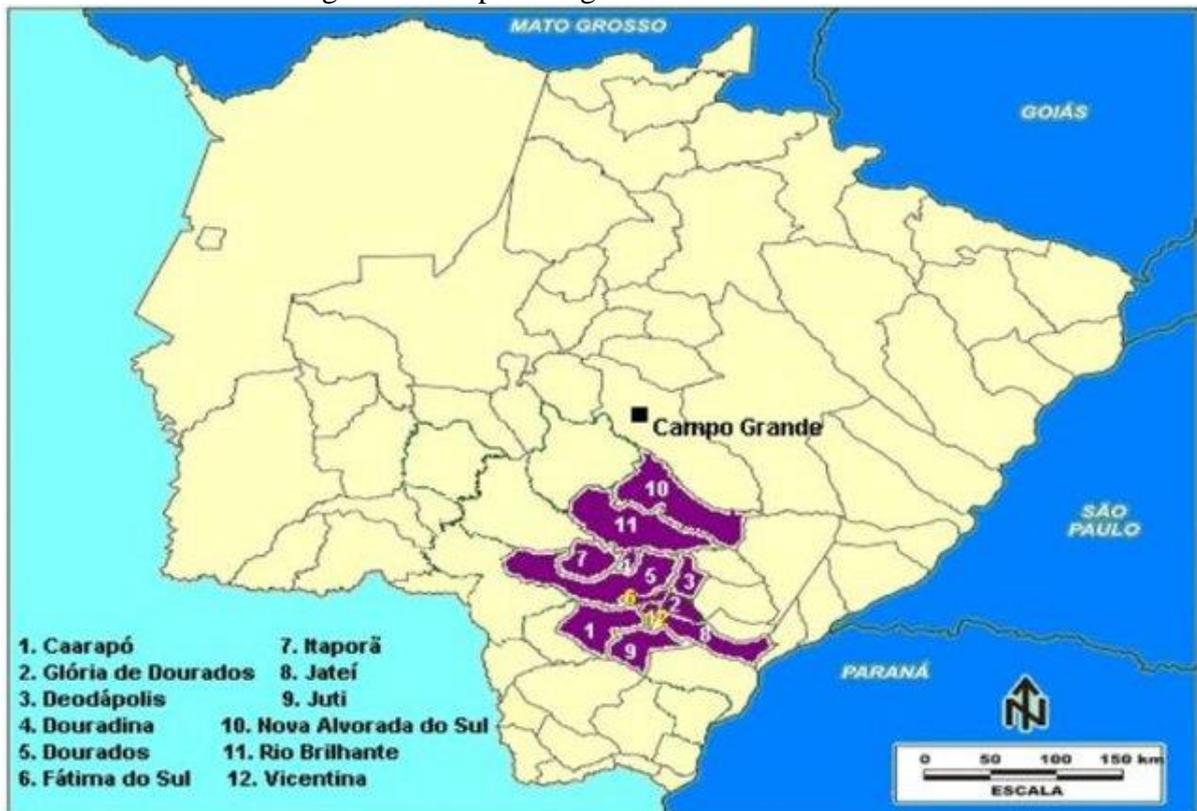
CAPÍTULO II – OS FREIS FRANCISCANOS E A CHEGADA DA CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS FRANCISCANAS DA PENITÊNCIA E CARIDADE CRISTÃ NO MUNICÍPIO DE ITAPORÃ

Neste capítulo, buscamos caracterizar os aspectos econômicos, socioculturais, políticos e educacionais que os Freis Franciscanos e as Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã encontraram ao se estabelecerem no município de Itaporã a fim de cumprirem o seu propósito evangelizador e formativo da Igreja Católica, bem como suas ações educacionais.

2.1 O município de Itaporã e o seu contexto político, social e sociocultural

O município de Itaporã pertence atualmente à Região da Grande Dourados (BRASIL, 2006). Essa região abrange uma área de 21.329,50 Km² e é composta por 12 municípios: Caarapó, Deodápolis, Douradina, Dourados, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Itaporã, Jateí, Nova Alvorada do Sul, Rio Brilhante, Vicentina e Juti, conforme pode se observar no mapa representado na Figura 3.

Figura 3 – Mapa da região da Grande Dourados



Fonte: Brasil (2006, p. 16)

No que diz respeito ao desenvolvimento da Região da Grande Dourados, estudos de Santana Júnior (2009, p. 97) apontam que Dourados: “[...] atualmente é um dos principais polos econômicos de atração do estado. A Região situa-se no centro sul do Estado e representa cerca de 5,86 % do território do estado de Mato Grosso do Sul”. De acordo com Rodelini (2015), os escritos mais antigos sobre essa região revelam a imagem de uma sociedade multicultural, caracterizada por uma identidade homogênea, de sentimento comum de amor à terra. Forjou-se, por meio desse discurso, uma visão de que a região, embora constituída por diferentes culturas (povos originários, migrantes sulinos, paulistas, entre outros), vivia uma convivência harmônica e de que não haveria problemas identitários e sociais.

O território, datado do final do século XIX, revela um povoamento localizado na parte interna do país, cuja faixa fronteira com o Paraguai abrigou e abriga múltiplos indivíduos e instituições. Quanto ao aspecto econômico, em estudo dedicado à erva-mate, Daniel (2009) ressaltou que, na década de 1920, o Brasil, graças aos ervais nativos do sul de Mato Grosso, já era considerado o maior exportador desse produto para a Argentina. À época, havia se consolidado a expansão e o fortalecimento da Companhia Mate Laranjeira a ponto de tornar-se a maior detentora de extração na região sulina de Mato Grosso, “responsável pela fundação de cidades, vilas e até escolas” (DANIEL, 2009 p. 84). No entanto, conforme o pesquisador, a atividade ervateira fez-se às custas da exploração da mão de obra disponível na região, envolvendo homens, mulheres e crianças.

Queiroz (2009) ressalta que, somado ao monopólio comercial, a Empresa Laranjeira Mendes & Cia demandava esforços no sentido de garantir também o domínio produtivo, não admitindo a concorrência. Isto significa que a Laranjeira Mendes & Cia não aceitava sequer a presença de pequenos colonos ervateiros no interior das terras que julgava serem suas. Assim, surgem as práticas de setores ligados ao Governo do Estado de Mato Grosso que limitaram as reivindicações de arrendamentos propostas pela Companhia. Alguns agentes políticos viam desvantagens nas intenções da empresa em relação aos interesses do Estado.

A comissão de Indústria da Assembleia de Mato Grosso avaliava que as taxas de arrendamento propostas pela Empresa eram muito pequenas e que o valor oferecido pela Laranjeira Mendes & Cia na compra de terras ervateiras, no sul do Estado, era abaixo do preço legal ou de mercado.

Com o início do Estado Novo (1937-1945), Getúlio Vargas incentivou a diversificação da agricultura, embora tivesse mantido a grande propriedade rural. O slogan “trabalho e colonização” orientou o projeto “Marcha para o Oeste”, cujo lema era baseado na distribuição de terras aos trabalhadores nacionais e estrangeiros, desde que tivessem alguma experiência

agrícola. Sob o discurso de ocupar os “espaços vazios”, o Estado buscava a ocupação de espaços já ocupados por povos originários ou populações sertanejas tradicionais.

Com esse projeto político-ideológico, objetivava-se colonizar e nacionalizar as fronteiras pela ação de colonos sob a tutela do Estado enquanto coordenador da legislação norteadora da vida socioeconômica do país. Nessa direção, a marcha pode ser interpretada como “[...] fator de unidade nacional, defesa, exploração e povoamento das fronteiras”, com destaque para o centro-oeste do país, conforme observou Saboya (1999, p. 51).

As ações políticas de Vargas ligadas às questões territoriais, implementos estratégicos de ocupação e concretização dos antigos sonhos da Marcha para Oeste encontram-se reunidos no material do Instituto de Ciência Política, órgão destinado a dar suporte ideológico ao governo. A obra “A Nova Política do Brasil”, de autoria de Getúlio Vargas (1938-1945), pontuando as linhas políticas expressas na Constituição do Estado Novo e as conferências e discursos pronunciados pelo próprio presidente e por políticos envolvidos com a construção da “integração nacional”, revela a essência do pensamento geopolítico que conduziu o programa de povoamento para o oeste nas décadas de 30 e 40, do século XX.

No contexto do município de Dourados, o projeto “Marcha para o Oeste” possibilitou significativamente a diminuição da área de influência da Companhia Mate Laranjeira²⁰, o que ocasionou o fim dos contratos de arrendamento de terras.

O Decreto-Lei n.º 5812, de 13 de setembro de 1943, criou, entre outros, o Território de Ponta Porã, abrangendo os municípios de Dourados, Bela Vista, Ponta Porã, Porto Murtinho, Miranda, Maracaju e Nioaque. A sede do município de Ponta Porã foi escolhida como capital do novo território. Com a criação do Território de Ponta Porã, o governo varguista diminuiu a influência da Companhia Mate Laranjeira, que arrendava cerca de um milhão de hectares de terra e que, por muitas décadas, controlou a economia na região.

A grande extensão de terras, concentradas nas mãos da Companhia Mate Laranjeira, era considerada por determinados agentes políticos como obstáculo para o desenvolvimento industrial brasileiro. Thomáz Laranjeira percebeu rapidamente a possibilidade de exploração do potencial econômico da erva-mate, que ficou conhecida como reformas de base, mantiveram o controle das antigas estruturas agrárias mediante à apropriação de grandes porções de terras

²⁰ Com o término da Guerra da Tríplice Aliança, ocorreu a necessidade de delimitação das terras e das novas fronteiras do Brasil e de Mato Grosso. Para tal empreendimento, chegou ao sul do Estado o comerciante gaúcho Thomáz Laranjeira, o qual atuou como responsável pelo abastecimento de gêneros alimentícios da Comissão Mista de Limites Brasil-Paraguai. Esse trabalho permitiu-lhe conhecer detalhadamente a região, onde havia extensa área de ervais nativos. Thomáz Laranjeira percebeu rapidamente a possibilidade de exploração do potencial econômico da erva-mate, que ficou conhecida como o “ouro verde” do sertão.

do norte, nordeste e centro-oeste. Verifica-se, desse modo, a concentração fundiária como viés político e econômico, nunca como algo ligado ao atraso.

Nas análises de Zorzato (2000), a elite proprietária recorreu a inúmeras estratégias ideológicas com intuito de promover a construção da identidade sul mato-grossense. Essa ideia rendeu à região a denominação de “Dourados-terra-de-todos-os-povos”, considerando que os agentes políticos focavam num projeto de composição social e étnica baseada numa matriz eurocêntrica, predominando o perfil das origens europeias (VALENTIM, 2012). Evidencia-se, assim, o efeito da obra “civilizadora” ou de um passado “civilizador” no qual os venturosos militares travados em território mato-grossense, sobretudo, por ocasião da Guerra do Paraguai ou em defesa das antigas fronteiras geográficas brasileiras, assumem contornos heroicos a despeito da contribuição cultural dos povos nativos — com destaque para os guaranis e suas ascendências (VALENTIM, 2012).

Queiroz (2005) e Ernandes (2009) reiteram que havia uma tendência nacional em dividir o espaço mato-grossense em três porções: i) a parte considerada amazônica, hoje o Estado de Rondônia; ii) uma porção setentrional do atual Mato Grosso formava o norte; e iii) o centro era a região localizada pela antiga capital, Cuiabá. Nesse aspecto, valorizava-se sobremaneira a parte sul que consistia nos municípios de Corumbá e Campo Grande, estes considerados os principais centros urbanos do Estado (ERNANDES, 2009).

O sul do Mato Grosso caracterizava-se pela vastidão territorial; complexa situação fronteiriça entre os países do Brasil e da República do Paraguai; por grandes distâncias existentes entre a região e os principais centros brasileiros; precariedade das vias de comunicação; pequeno segmento migrante “não indígena” em meio à extensa população indígena; dispersa e crescente estrutura fundiária marcada pela grande propriedade. (QUEIROZ, 2003).

No que se tange à identidade cultural, a Região da Grande Dourados agregou sua identidade com culturas oriundas dos mais distintos estados brasileiros, com culturas herdadas do norte mato-grossense e, também, dos outros países vizinhos. Na trilha dessas circunstâncias, conforme já referido, atribuiu-se à região de Dourados as características negativas ou depreciativas atribuídas ao Mato Grosso, redundando no “mito da barbárie”. De acordo com Galetti (1995, p. 51):

Nas visões mais pessimistas, estes grandes 'sertões' eram vistos como lugares de barbárie, onde a natureza, praticamente intocada pelos motores da civilização (capital, técnica, meios de comunicação modernos e trabalhadores disciplinados, entre outros), submetia às suas forças primitivas uma população composta de índios selvagens, vistos quase sempre como um enorme

obstáculo no caminho do progresso, e de mestiços tidos como indolentes e avessos à civilização.

O *mito da barbárie* reproduziu-se no imaginário regional por meio de relatos e memórias que traduziram a representação de uma população rude, armada e hostil, marcada por conflitos políticos e familiares. Essas *representações* procuravam explicar o elevado índice de criminalidade, de contrabando e de ações voltadas à corrupção e aos famosos currais eleitorais presentes nos primeiros anos da República. Havia, ainda, a melindrosa relação dos *não-índios* com os povos originários, cuja cultura era considerada como referencial de atraso ao projeto de desenvolvimento econômico e social.

Na busca pela construção de uma *nação desenvolvida*, ocorreram investimentos em projetos civilizadores, tais como a construção de estradas, ferrovias, e o povoamento por meio da imigração estrangeira, a qual foi habitando os sertões da pátria, visto “[...] como fronteira entre civilização e barbárie dentro do próprio território nacional”. (GALETTI, 2000, p. 24).

O espírito de unidade nacional manifestava-se de forma latente no discurso de Getúlio Vargas (1938[1944]):

O sertão, o isolamento, a falta de contato são os únicos inimigos terríveis para a integridade do país. Os localismos, as tendências centrífugas são o resultado da formação estanque de economias regionais fechadas. Desde que o mercado nacional tenha sua unidade assegurada, crescendo-se a sua capacidade de absorção, estará solidificada a federação política. A expansão econômica trará o equilíbrio desejado entre as diversas regiões do país, evitando-se que existam irmãos ricos ao lado de irmãos pobres. No momento nacional só a existência de um governo central, forte, dotado de recursos suficientes, poderá trazer o resultado desejado.

Esse projeto político foi acentuado durante o Estado Novo (1937-1945), quando Vargas programou políticas de interiorização do país, traduzidas no plano “Marcha para Oeste”, o qual envolvia incentivo à agricultura como forma de retomada do controle das terras devolutas, até então concedido aos Estados. Além disso, o projeto nacionalista previa a colonização subordinada ao plano econômico, pautada no processo de industrialização do tipo substituição de importação, cujo objetivo era transformar o país numa potência econômico-industrial.

De acordo com o plano “Marcha para Oeste”, o Brasil apresentava terras disponíveis, o que aliado à divulgação sobre sua fertilidade, levou a região a ser procurada por colonos dos mais distantes pontos do país. Esses colonos eram atraídos pela promessa de trabalho agrícola farto e lotes de terras baratos ou gratuitos. Esse movimento migratório impulsionou a abertura

de diversas casas comerciais, agências de correios e, também, levou ao desmatamento, em favor do desenvolvimento econômico.

A política de integração nacional promovida pelo Governo de Vargas envolveu o espaço douradense e desencadeou o processo de expansão demográfica, fomentando a fixação de colonos oriundos do Sul, do Sudeste e do Nordeste do país.

Em 1943, de acordo com Betoni (2002), iniciou-se o projeto de criação de colônias agrícolas nacionais para a nacionalização das fronteiras e o povoamento das regiões mais afastadas do litoral. Por iniciativa do Governo Federal, foi criada a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), a qual estimulou o deslocamento de trabalhadores atraídos pela intensa propaganda de terras baratas ou doadas, caracterizadas por pequenos lotes (de 25 a 30 hectares) destinados à atividade agrícola. A partir de então, inúmeras famílias de migrantes foram assentadas em Dourados, num movimento característico de expansão das frentes pioneiras no final da década de 1940. Outro fator relevante para o desenvolvimento da região foi a inauguração da estação ferroviária de Itaum, a qual fazia parte Ferrovia Noroeste do Brasil, no ano de 1949. A ligação ferroviária facilitou sobremaneira a migração de paulistas e paranaenses, em decorrência do rápido processo de expansão agrícola.

A ideia era agregar a participação da sociedade nos distintos setores da economia, sobretudo, no desenvolvimento da forma de exploração da terra. Desde então, a educação passou a ser contemplada nos projetos políticos dos municípios brasileiros.

O atual município de Itaporã foi palco da criação da Colônia Municipal de Dourados (CMD), entre a década de 1946 e 1953. A CMD foi criada numa área de 50.000 hectares de terras compreendidas entre os rios Brilhante e Panambi, no município de Ponta Porã. Essas terras tinham sido reservadas para a colonização em 1923, por meio do Decreto nº 616, assinado pelo presidente do Estado, Pedro Celestino Corrêa da Costa. (FERREIRA, 1958). Segundo Carli (2008, p. 81), a área foi reduzida, em 1932, para 30.000 hectares:

Essa área, que nessa época pertencia ao município de Ponta Porã, passou a pertencer ao município de Dourados, depois da criação deste em 1935. Em 1943 foi criado o Território Federal de Ponta Porã, englobando o município de Dourados, e no mesmo ano foi criada pelo governo federal, neste município a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), em uma outra área, que não se confundia com aquela reservada em 1923.

A Colônia Agrícola Municipal de Dourados (CMD) foi criada no município de Dourados, no final do Estado Novo, no território que atualmente correspondente ao município de Itaporã. A CMD, reservada em 1923 e implantada em 1943, foi regida não só pelas leis do

Território Federal, mas também por iniciativa do município, no sentido de atender aos apelos da população, cansada das protelações do governo do Estado.

De acordo com informações do Sr. Filismino Pires da Silva (conhecido como Goiano por ser originário do estado de Goiás), remanescente da CMD, havia-se avolumado de forma tão significativa a chegada de migrantes à região de Dourados que o prefeito municipal viu nesse movimento a oportunidade para implantar a CMD (mesmo porque alguns colonos que vinham com o objetivo de se estabelecerem na CAND e encontravam dificuldades, tratavam logo de se direcionar para a área que posteriormente seria a CMD, pelo fato de esta não estar ainda demarcada). (CARLI, 2008, p. 88).

O prefeito de Dourados, João Augusto Capilé Junior, no ano 1946, iniciou a exploração das referidas terras até então reservadas e avançou com a colonização; definiu uma pequena área com baixa vegetação para ser a sede da futura colônia. Foi nesta área que surgiu posteriormente a cidade de Itaporã. Em 1948, assumiu a Prefeitura de Dourados o Sr. Antônio de Carvalho, que continuou o projeto colonizador iniciado por Capilé Junior. Em sua administração, foram legalizados todos os lotes até então distribuídos, e foi intensificada a colonização.

Ao chegar à região onde em seguida seria erigida a cidade de Itaporã, cada família marcava seu lote. Conforme o relato memorialístico de Dona Izabel Moura (CORDEIRO, 2010), uma das integrantes das primeiras famílias a chegar à referida região, os colonos encontraram dois moradores na localidade, mas não souberam informar quem eram eles. Após a demarcação dos lotes, os novos ocupantes seguiram a pé até a cidade de Dourados (então sede do Município) onde requereram a posse de seus lotes.

Assim, no ano de 1944, chegaram sete famílias à região onde hoje é o Município de Itaporã, instalando-se próximo ao Córrego Canhadão. Entre eles estavam o senhor Rogério Moura e a senhora Izabel Moura e, também, o senhor Inácio Félix e a senhora Joaquina Moura, o senhor Miguel Moura e a senhora Maria Carolina Gimenez Moura, o senhor Antônio Camilo Diniz e a senhora Maria Lucinda Diniz, bem como o senhor Januário Rodrigues e a senhora Odília, o senhor Benedito Pereira e a senhora Maria Camilo, o senhor Joaquim Rodrigues e a senhora Brolínia Camilo.

Com a chegada de um maior número de colonos, a prefeitura de Dourados nomeou o senhor Inácio Félix como fiscal e coordenador da distribuição de lotes para os colonos que encontravam dificuldades pela falta de estradas entre o Patrimônio Novo (Itaporã) e Dourados. Os primeiros moradores chegavam com suas mudanças em carros de bois. Os homens iam à

frente abrindo caminho na mata com foices e machados, e logo atrás vinham mulheres, crianças e agregados.

Patrimônio Novo, São José da Boa Esperança e Panambi eram os nomes dados a Itaporã antes de se tornar um município. Sua emancipação política de Dourados teve início em 1953, quando houve uma grande reunião convocada pelos moradores mais antigos do Patrimônio Novo com o objetivo de formar uma comissão e coletar assinaturas a fim de solicitar ao governador do estado a criação do município de Itaporã: “[...] haja vista a grande população, até então, aqui residente, e o desenvolvimento alcançado em suas atividades agrícolas e extrativas”. (CORDEIRO, 2010, p. 41). A comissão foi composta por Durval Gomes da Silva, Pedro Rodrigues, Luiz Alves Filho, Atilano Apolinário de Alencar, Waldomiro Ferreira dos Reis, Joaquim Custódio de Lima, Totonho, Aurenô Arnaldo Cordeiro, Messias Cordeiro da Silva e outros.

A reunião para coletar assinaturas pró-emancipação do município ocorreu em 1953 quando na ocasião foi feito um registro iconográfico, com os dizeres: “Aqui os legítimos fundadores de Itaporã”.

Figura 4 – Reunião para coletar assinaturas pró-emancipação de Itaporã (1953)



Fonte: Cordeiro (2010, p. 42).

Na Figura 4, podemos observar que a reunião pró-emancipação do município de Itaporã foi realizada na frente da antiga igreja São José, construída ainda de madeira e na frente da igreja está a cruz feita também de madeira, material abundante naquele período na região. A

cruz é um dos principais símbolos utilizados pela Igreja Católica. O significado da cruz, para os católicos, é a morte de Jesus e, também, expressa a escolha do próprio Cristo para salvar seus filhos e, por esse motivo, a morte é lembrada constantemente pela Igreja por meio da imagem da cruz, do crucifixo, da imagem de Jesus crucificado e pelo sinal da cruz. A imagem também revela uma grande parte de mata nativa ao fundo.

A criação do município de Itaporã deu-se por meio da Lei n.º 65, de 28 de dezembro de 1953²¹. Neste ano, os deputados Camilo Ermelindo da Silva e Francisco Leal de Queiroz apresentaram um projeto de lei para elevar a Colônia Municipal a Município de Itaporã devido ao grande progresso alcançado.

Porém, foi grande a polêmica sobre esse ato, resultando em várias publicações no jornal “O Progresso” e em ações judiciais para reverter a referida lei. De acordo com Cordeiro (2010), os vereadores de Dourados aprovaram e deram uma procuração ao Dr. Weimar Gonçalves Torres, vereador, advogado e dono do jornal “O Progresso”, no início do ano de 1954, para representá-los e entrar com uma ação pedindo a inconstitucionalidade da lei que criava o município de Itaporã. Tal ação foi protocolada no fórum da comarca de Dourados. Para representar o município de Itaporã na ação judicial, a causa foi entregue aos Deputados Dr. Camilo Ermelindo da Silva e Dr. Francisco Leal de Queiroz, salientando a prática do mandonismo na política local, estabelecido e exercido por estruturas personalizadas oriundas da elite estadual. A interferência dessa elite envolvia a região da Grande Dourados, estendendo-se ao distrito de São José da Boa Esperança.

Tal movimento aconteceu devido à perda da área territorial, dos impostos e das produções advindas da terra. Mesmo com tantas contestações, os representantes de Itaporã não ficaram passivos. Quando a ação chegou à capital do país (Rio de Janeiro), veio a intervenção do Senador João Vilasboas que apoiou a iniciativa de Camilo Ermelindo da Silva e Francisco Leal de Queiroz, contrariando a interpretação de Weimar Gonçalves Torres (CORDEIRO, 2010). Na Enciclopédia dos municípios brasileiros (1958, p. 198), a respeito da criação do município consta que por:

[...] iniciativa dos deputados Camilo Ermelindo da Silva e Leal de Queiroz, a progressista Colônia Agrícola Municipal de Dourados, mais conhecida por Colônia Panambi, foi elevada à categoria de município pela Lei nº 659, de 10 de dezembro de 1953, retificada pela de Nº 370, de 31 de julho de 1954, com

²¹ Lei n.º 65, de 28 de dezembro de 1953. O Prefeito Municipal de Dourados. Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei. Art. 1º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a requerer Mandado de Segurança contra o ato da Assembleia Legislativa do Estado que criou o Município de Itaporã (CARLI, 2008, p. 171).

a denominação de Itaporã e com sede na povoação de igual topônimo, que adquiriu os foros da cidade.

A Colônia Municipal foi elevada à categoria de Município pela Lei n.º 659, de 10 de dezembro de 1953, ratificada pela Lei n.º 370, de 31 de julho de 1954, integrado à comarca de Dourados, sendo nomeado Senhor Durval Gomes da Silva para Administrar o Município até a primeira eleição, que aconteceu em 1954.

O termo “Itaporã”, é de origem tupi que significa “pedra bonita”, por meio da junção dos termos itá (“pedra”) e porang (“bonito”). Na década de 1950, o município possuía uma população consideravelmente grande. O intenso movimento migratório, oriundo do Sudeste (região de São Paulo), do nordeste brasileiro e de outros recantos do país, redundaram em significativo aumento demográfico. Esses migrantes, em busca de oportunidades, de terras férteis e baratas, dedicaram-se, sobretudo, ao cultivo do café, motivados pela riqueza e exuberância já alcançada nos estados de São Paulo e Paraná.

Após a década de 1950, começaram a chegar a Itaporã gaúchos, catarinenses e paranaenses que juntos trouxeram a mecanização da agricultura, intensificando o plantio da soja e do trigo. O município se caracterizou pela formação de pequenas propriedades rurais que contribuíram para o seu desenvolvimento e composição de sua história.

Muitos japoneses advindos dos estados de São Paulo e Paraná também migraram para Itaporã. Entre tantas famílias estão “[...] Kodama, Ishii, Miyague, Mise, Suzuki, Muraoka, Okano, Massaro, Haguio, Kushida, Ueda, Imai, Miyazaki, Minoro, Kussaba, Konno, Yamada, Ogiwara, Misokane, Nishimura, Teruya, Yamanaga, Fuji”. (CORDEIRO, 2010, p. 110).

A partir da formação de pequenas propriedades rurais, houve um crescimento populacional na cidade de Itaporã, assim surgiram novas demandas para o desenvolvimento da região, dentre elas, o trabalho de evangelização e escolarização.

2.2 Os Franciscanos e a Paróquia São José de Itaporã

Em 1938, os Franciscanos assumiram as paróquias de Entre Rios, atual Rio Brillhante, Maracaju e Dourados. De acordo com Knob (1988, p. 65),

Quando os franciscanos assumiram a paróquia do Divino Espírito Santo de Entre Rios, foram-lhes entregues também as paróquias de Imaculada Conceição de Dourados e de Nossa Senhora Aparecida de Maracaju. Durante algum tempo, elas foram atendidas paróquias foram atendidas de Entre Rios, com visitas a cada dois meses, ficando o padre, por vezes, vários dias.

De acordo com Amaro (2018, p. 80), em 10 de janeiro de 1941, Frei Higinio Latteck assumiu o serviço paroquial da Paróquia Imaculada Conceição, na cidade de Dourados. A partir da chegada do Frei Higinio Latteck, até os dias atuais, os padres Franciscanos administram a Paróquia Imaculada Conceição.

Durante o ano de 1938, como Itaporã pertencia ao território de Dourados, foi atendida pelos padres Franciscanos de Rio Brillante; posteriormente, em 1941, após a criação da Paróquia Imaculada Conceição de Dourados, o trabalho de evangelização na colônia municipal de Itaporã passou a ser realizado pelos religiosos da missão franciscana pertencente à Paróquia de Dourados, com destaque para Frei Servácio Schulte, Frei Antônio Setiwenger e Frei Otaviano Hert.

Os primeiros batizados que ocorreram na sede da colônia municipal de Itaporã foram registrados no fim do ano de 1947. Desde então, mensalmente ocorreram missas na colônia. Frei Servácio Schulte fez a ereção do novo cemitério, em maio de 1950. Foi benzida a primeira capela sob a invocação de São José. De acordo com Cordeiro (2010), em 1950, foi construída a primeira igreja católica no sistema de mutirões, com um pequeno salão e uma sacristia, conforme mostra a Figura 5.

Figura 5 – Igreja Católica São José – Década de 1950



Fonte: Arquivo da Igreja São José de Itaporã.

De acordo com a Figura 5, podemos observar a primeira Igreja Católica construída na cidade de Itaporã, na década de 50, do século XX. Ao lado da igreja, temos um coreto, onde era comum serem realizados leilões e festas da Paróquia São José. Existe também um grupo de mulheres, na porta da igreja, e crianças brincando na lama, além de um homem com capa de chuva que cavalga pela lama. A imagem também nos revela que havia mata em volta da igreja, a qual estava localizada no centro da cidade.

Para Vidal e Abdala (2005), apreciar uma fotografia é sempre um momento prazeroso, um deleite que não pode ser resumido somente como ato de contemplação, pois a fotografia não esgota sua utilidade apenas como simples contemplação estética do belo. Mas, por meio da fotografia, temos a possibilidade de reconhecer/conhecer o real. A fotografia, eternizada pela ação mecânica da máquina fotográfica, pode nos transportar no tempo e no espaço. Em conformidade com Vidal e Abdala (2005), a imagem anterior tem esse poder de transpor o tempo e o espaço ao passo que nos projeta para o passado e nos faz recordar da nossa meninice e das brincadeiras com os amigos nos dias de chuva, dando-nos a sensação da roupa molhada no corpo, do barro nos pés, como se pudéssemos nos transportar no tempo e espaço.

Em 25 de fevereiro de 1956, Dom Orlando Chaves, bispo de Corumbá, criou a Paróquia São José, desmembrando-a da Paróquia Imaculada Conceição de Dourados. Segundo Knob (1988, p. 366):

Naquele tempo, a nova paróquia tinha cerca de 10.000 almas, e a sede que distava de Dourados umas três léguas, uns 20.000 habitantes. A nova paróquia, foi oferecida aos Franciscanos que a aceitaram, não só porque já tomavam estavam conta daquela região, mas também porque era a mais esperançosa paróquia de vocações.

O ato de criação da nova Paróquia deu-se pelo Decreto n.º 22, de Dom Orlando Chaves. O ato foi redigido no livro tombo da paróquia pelo Padre Amado, Chanceler do Bispado (Livro de Tombo, p. 1):

Decreto n.º 22

Dom Orlando Chaves, por mercê de Deus e da Santa Sé Apostólica, Bispo de Corumbá.

Aos que este nosso decreto virem, saudações, paz e bênção no Senhor.

Fazemos saber que, atendendo ao bem espiritual dos habitantes do município de Itaporã, da Paróquia de Dourados, deste Bispado, depois de cumpridas as disposições do Direito Canônico sobre o assunto e ouvido o parecer do Pároco de Dourados, e valendo-nos das faculdades ordinárias que temos de acordo com o Cãnone 1427 do Código de Direito Canônico: Havemos por bem desmembrar da Paróquia de Dourados, o território correspondente ao município de Itaporã e nele erigir nova Paróquia amovível em face do Direito,

como pelo presente Decreto erigimos, constituímos e havemos por constituída a nova Paróquia, sob a denominação de Paróquia de São José de Itaporã, com sede na Cidade de Itaporã. A Nova Paróquia terá os mesmos limites municipais: partindo da Cabeceira do Córrego Peroba, por este abaixo pela margem direita até sua foz no Rio Santa Maria; por este abaixo até a foz do Córrego Panambi; por este acima pela margem esquerda até sua cabeceira; daqui uma reta que atravessando as terras do "Serviço de Proteção aos Índios" vai ter com a cabeceira do Córrego Peroba, ponto de partida.

Concedemos à Matriz de Itaporã todos os direitos das demais matrizes. Sempre que as condições o permitem poderá conservar o Santíssimo Sacramento e terá sua Pia Batismal, como também os livros paroquiais.

Assim constituída a nova Paróquia de São José de Itaporã, desligamos seus habitantes da jurisdição do Pároco de Dourados para ligarmos à do Pároco da nova Paróquia. Ao Pároco, a quem confiarmos a sua Regência determinamos que logo adquiriria o livro de tombo que deverá ser iniciado com a transcrição deste nosso Decreto, e os demais livros paroquiais, todos devidamente rubricados, como prescreve o Direito Canônico. Mandamos a todos, Pároco e Paroquianos que obedeçam a esse nosso Decreto em tudo o que lhes diz respeito e com o nele se contém... seja esse nosso Decreto lido à estação da missa em Dourados e Itaporã, para conhecimento de todos e registrado no livro de tombo de ambas as Paróquias, como acima fica determinado.

Dados passados nesta Cidade Episcopal de Corumbá, em Nossa Cúria Diocesana, sob Nosso Sinal e Selo das Nossas Armas, aos vinte e cinco de fevereiro de mil novecentos e cinquenta e seis. Eu, Padre Amado, Chanceler do Bispado, o subscrevi.

(as) Orlando, Bispo de Corumbá

(as) Padre Amado, Chanceler do Bispado. (TOMBO PARÓQUIA SÃO JOSÉ, p. 1).

De acordo com o Livro Tombo da Paróquia São José de Itaporã, em março de 1956, foi nomeado o primeiro pároco de Itaporã, Frei Antonino Schwenger, por Dom Orlando Chaves e, posteriormente, no dia 15 de abril do mesmo ano, Frei Antonino tomou posse. O evento foi motivo de grande movimentação, ocorreram festejos com a celebração de uma missa, serviram de testemunhas Joaquim José da Silva, Pedro Rocha Anastácio, Valmir Borges, Paulo Campo Belo, Isac K. de Barros e Agostinho Nonato.

Durante o ano de 1956, foram registrados, no livro tombo da Paróquia São José, os seguintes resultados: 4.793 comunhões, 65 casamentos, 316 batizados, sete extrema-unções, 23 encomendações, duas procissões e uma Crisma. Muitos desses discursos serviam para sustentar o projeto de evangelização da Ordem, que, muitas vezes, ignorava a diversidade cultural do outro. Essa situação nos remete ao pensamento de Certeau (1998), quando trata que assim se disfarça uma colonização do corpo pelo discurso de poder. É a escrita conquistadora, a qual transforma o espaço do outro num campo de expansão e, neste caso, tal expansão ocorreu no número de comunhões, casamentos e batizados.

Figura 6 – Construção da Igreja São José, de alvenaria



Fonte: Arquivo da Igreja São José de Itaporã.

A imagem representada na Figura 6 mostra a construção da igreja de alvenaria. Nos estudos de Vidal e Abdala (2005), o uso da fotografia, como uma linguagem não verbal, deve ser questionado ao se tratar da intencionalidade da sua produção. Nesse sentido, indagações sobre o quê, quem e o porquê e quais os interesses do registro devem ser feitas, uma vez que: “[...] as imagens do ontem não são neutras, mas produzidas com o objetivo de legar ao futuro certas representações do presente”. (VIDAL; ABDALA, 2005, p. 179).

Na Figura 6, podemos observar a intencionalidade da fotografia ao registrar o aumento do número de prédios confiados aos Franciscanos, na cidade de Itaporã, na década de 1950. A fotografia representa a expansão dos feitos Franciscanos. Em 1950, é construída a primeira igreja (madeira) e, posteriormente, em 1959, Frei Antonino começou a construir a primeira casa paroquial e iniciou o alicerce de alvenaria para a construção da nova Igreja São José (alvenaria).

De 04 e 12 de abril de 1959, realizou visita pastoral na paróquia o primeiro Bispo de Dourados, D. José Aguiar. Ele mandou parar as obras da nova matriz, porque o terreno em que estava sendo construída era da Missão Franciscana e não da paróquia ou da mitra diocesana. (KNOB, 1988, p. 367).

Em janeiro de 1958, Frei Antonino iniciou também a construção de uma casa de madeira para as Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã que, em 27 de fevereiro, chegaram a Itaporã para o trabalho pastoral e social da paróquia.

Já, em 5 de julho de 1959, o Pe. Frei Paulino Gelissen tomou posse como o segundo vigário de Itaporã. Durante nove anos, Frei Paulino esteve à frente da paróquia São José. As

obras da nova igreja ficaram paradas por um ano devido à resolução do Sr. Bispo D. José. No dia 25 de julho de 1960, Frei Paulino reiniciou as obras e avisou aos fiéis que, por ordem dos seus superiores, daria continuidade à construção da igreja dos Franciscanos em Itaporã como era a antiga capela São José. Enquanto não houvesse outra solução, a construção da igreja dos Franciscanos serviria também para Igreja Matriz São José.

Além da Igreja Matriz, Frei Paulino iniciou a construção das salas que iriam abrigar o Jardim da Infância e a escola de corte e costura.

2.3 A chegada da Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã em Itaporã

Como já foi mencionado, anteriormente, os Frades Franciscanos chegaram a Itaporã no ano de 1938, ainda quando o município pertencia a Dourados. Já a Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã chegou em 1958, um ano após a emancipação política de Itaporã. As Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã foram convidadas por famílias e políticos de Itaporã para prestarem serviços educacionais e, assim, residirem no município. As irmãs foram escolhidas por já terem instrução e experiência na área da educação.

De acordo com Marques (2008), o pároco, o prefeito e o povo de Itaporã, cidade situada a 18 quilômetros de Dourados, solicitaram à ministra provincial Madre Antoninha Werlang outras irmãs para a localidade. Tendo em vista a proximidade entre as duas cidades, o conselho aprovou o pedido.

A fotografia retirada da primeira página do livro de Crônicas da Escola Santo Antônio de 1958 simboliza a ida das Irmãs Franciscanas de Dourados para cidade de Itaporã, o que representa a expansão da Congregação das Irmãs Franciscanas pelo sul de Mato Grosso, conforme pode-se observar na Figura 7.

Figura 7 – Saída das Irmãs de Dourados à Itaporã, 1958



Fonte: Crônicas... (1958).

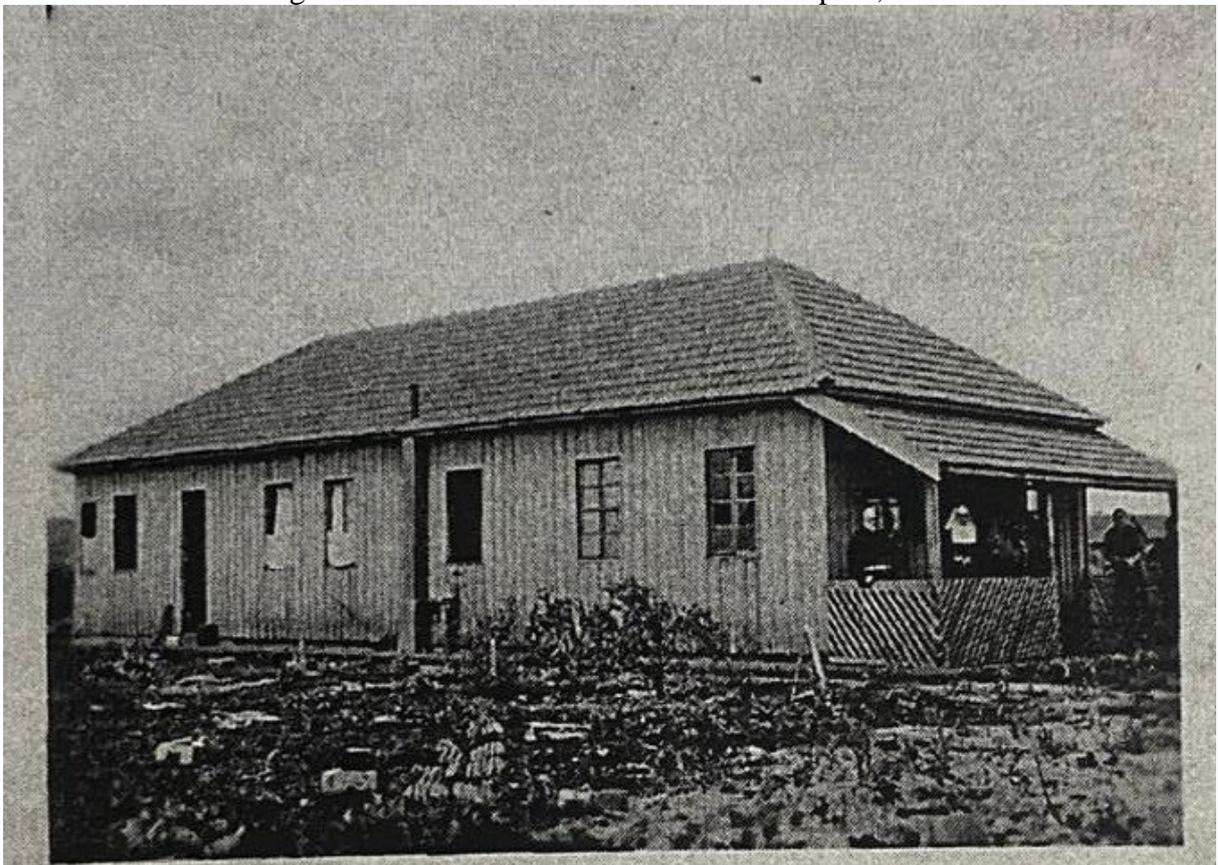
A Figura 7 registra o momento da partida das Irmãs Franciscanas com destino à cidade de Itaporã. Dentre elas estão Madre Liuba (Superiora do Patronato de Dourados), Irmã Maria Rosita Mayer, Irmã Maria Paulina Neutzling e Irmã Maria Sérgia Wolfart. Há também na foto uma criança que não foi identificada, a qual está bem vestida e penteada, dando-nos a impressão de ter sido selecionada intencionalmente para o registro fotográfico. Importa observar a posição da lente do fotógrafo tirando a fotografia de baixo para cima, o que confere maior visibilidade e tamanho às Irmãs.

Para Vidal e Abdala (2005), a fotografia é uma mensagem, um produto do trabalho humano e, assim, possui um caráter conotativo. Ao analisar a fotografia, como nos remete Vidal e Abdala (2005), podemos observar que a Figura 7 é um sistema de signos, pois ela produz uma forma de conteúdo em sua perspectiva. A imagem aponta para o contexto em que foi veiculada, ou seja, para o processo de expansão da Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã no Mato Grosso. A imagem registra uma tática muito usual dos Franciscanos: abrir Missões para ocupar os espaços desejados para a expansão religiosa. Para isso, utilizavam-se de estratégias como a criação de escolas, instituições e ações sociais que estivessem sob a sua influência. Dessa forma, elas foram conquistando espaços e dilatando suas fronteiras missionárias e geográficas.

A fotografia foi tirada em frente ao Patronato São Francisco, localizado na cidade de Dourados, no dia 27 de fevereiro de 1958, e mostra as irmãs carregando em suas mãos alguns pertences pessoais, enquanto o restante da mudança foi acomodado em cima de um caminhão. As Irmãs foram para o município de Itaporã com o objetivo de administrar o Grupo Escolar Antônio João Ribeiro e, também, fundar o Instituto Santo Antônio.

Quando as Irmãs chegaram à cidade de Itaporã, encontraram uma casa à espera. A residência havia sido preparada pelos Freis Franciscanos que lá se encontravam. A presença das Irmãs em Itaporã possibilitaria ainda a ampliação das instituições sociais administradas pela Igreja Católica.

Figura 8 – A Primeira casa das Irmãs em Itaporã, 1958



Fonte: Crônicas... (1958).

A Figura 8 trata de um registro iconográfico da primeira residência a abrigar a Congregação, no município de Itaporã, no ano de 1958. A casa tinha localização privilegiada, ficava nos altos da Avenida São José, uma das mais importantes da cidade, a mesma avenida onde se localizava a Igreja São José, pois eram apenas duas quadras que separavam a casa dessa igreja. Era uma casa grande, com paredes de madeira, telhado de cerâmica, janelas de vidro, uma pequena área na frente, com cercado de treliças de madeira, que mediam mais ou menos

um metro de altura. Essa estrutura feita de treliças era muito usada no sul de Mato Grosso, nas décadas de 50, 60 e 70, do século XX, haja vista que sua utilidade era afastar os animais e garantir a segurança dos inquilinos. Não havia área reservada no fundo, pois a porta da cozinha já adentrava ao pátio, e em torno da casa havia uma pequena calçada. Não havia murros ao redor da casa, e como podemos observar as janelas estão abertas, possivelmente para possibilitar a entrada de ar.

Podemos observar que há pessoas na frente da casa, mas infelizmente não conseguimos identificar quem eram esses sujeitos. Pelas vestimentas, conjecturamos que tinha um padre e uma Irmã, possivelmente um padre da Ordem Franciscana dando boas-vindas às Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade.

Conforme Marques (2008), a Madre Liuba acompanhou as Irmãs na viagem e permaneceu com elas por três dias e, após a instalação das irmãs, regressou para Dourados. Entretanto, Madre Liuba retornava semanalmente para visitá-las, a fim de auxiliá-las na metodologia empregada na escolarização das crianças.

Sobre a ida das Irmãs Franciscanas ao município de Itaporã, o livro Tombo da Igreja São José relata que elas foram residir no município para administrar o Grupo Escolar Antônio João Ribeiro, pois ainda não havia prédio próprio para elas lecionarem. As Irmãs Franciscanas já estavam presentes na educação do Patronato São Francisco em Dourados. Amaro (2018) também acrescenta que a Ação Social Franciscana com fins socioeducativos era dirigida pelos Freis Franciscanos. Em sua sede funcionava, além dos trabalhos pastorais, a escola Patronato de Menores. Somente a partir de 1955, o Patronato foi entregue à administração das Irmãs por meio do Instituto Educacional de Dourados.

De acordo com as Crônicas da Escola Santo Antônio (1958-2002), quando as Irmãs chegaram ao município de Itaporã, em 1958, havia duas escolas na cidade: a Escola Reunida de Itaporã e o Grupo Escolar Antônio João Ribeiro. No dia 1º de março de 1958, as Irmãs iniciaram suas atividades no Grupo Escolar Antônio João Ribeiro. Nesse mesmo ano, Irmã Paulina (Tecla Neutzling) foi nomeada para exercer o cargo de diretora do Grupo Escolar Antônio João Ribeiro.

Em 28 de outubro de 1958, a Irmã Tarcisia Kleinubing chegou à cidade de Itaporã e assumiu o cargo de superiora da comunidade. Como enfermeira, atendia aos que necessitavam do ambulatório da cidade e, também, prestava serviços de urgência a domicílio. Três anos depois, a Irmã Anizia Seidel chegou à cidade para substituir a Irmã Tarcisia Kleinubing. O propósito da Irmã Seidel era providenciar a construção do Instituto Santo Antônio. O Instituto Santo Antônio objetivava ser uma escola confessional católica particular nos mesmos moldes

da Escola Imaculada Conceição que já havia sido construída em Dourados e estava sob a administração da mesma Congregação Franciscana. A Congregação²² Franciscana, em Itaporã, além dos compromissos educacionais, tinha grande interesse na ampliação da fé católica na região. Isso se evidencia pelo fato de que, no ano de 1958, dos 45 alunos formandos do Grupo Escolar Antônio João Ribeiro, nove eram juvenistas²³, ou seja, jovens que se preparavam para a vida religiosa, o que demonstra o sucesso do trabalho das religiosas. Dentre os formandos, seis também ingressaram no curso Normal em Dourados, instituição que também era administrada pela Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã, no caso a Escola Imaculada Conceição.

2.4 História da Educação em Itaporã

O processo de colonização recente da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) trouxe consigo o desenvolvimento da escolarização, com a criação de um maior número de escolas primárias para atender aos filhos dos migrantes e imigrantes que chegaram na referida região. Pelo Decreto municipal n.º 70/1946, estabelecia-se o regulamento da Colônia Agrícola Nacional de Dourados e, no seu Art. 22, a oferta de “instrução primária” gratuita para os filhos de colonos, com frequência obrigatória. E, ainda, o seu Artigo 38 estabelecia multa de Cr\$ 100,00 para pais de menores não frequentes e “[...] comparecimento intermédio da autoridade policial [...]”. (GRESSLER; SWENSSON, 1988, p. 19). Assim, estava estabelecida a política de oferta e regulamentação da instrução pública voltada para as áreas da Colônia Nacional.

É oportuno destacar que a obrigatoriedade do ensino para todos na CAND, principalmente da instrução primária, já estava em vigor mesmo antes da implantação definitiva da Colônia que só ocorreu em 1948.

A instalação de um maior número de escolas na região de Dourados para alfabetizar as crianças tornou-se uma necessidade crescente, devido ao aumento demográfico ocorrido pela

²² Congregação: Em 10 de maio de 1835, em Heythuisen, na Holanda, Catarina Damen e algumas companheiras religiosas se mudaram para um casarão abandonado de proporção maior, chamado de “Kreppel”, que inicialmente abrigava as instalações de um presídio. Posteriormente a essa transferência, a concretização do sonho da jovem irmã se realizou e a fundação da Congregação foi oficializada pela autorização do bispo de Liège. Assim, aquelas mulheres comuns leigas, que auxiliavam aos pobres e necessitados, tornavam-se irmãs religiosas reconhecidas pela Igreja Católica. Atualmente, a Congregação encontra-se presente em vários lugares do mundo, despertando novas vocações a serviço da vida, nas diversas frentes de trabalho: saúde, educação e evangelização missionária. (MAFFI, 2010).

²³ Juvenista é a jovem que está se preparando para a vida religiosa. “Juve” vem do latim e significa “jovem”, uma jovem que está aspirando à vida religiosa. (KRINDGES, 2011).

vinda de migrantes e imigrantes. Fato esse que se tornou matéria no jornal local. O Jornal “O Progresso” (DOURADOS..., 1954, p. 5), de 20 de junho de 1954, publicou uma matéria que advertia,

O que Dourados precisa? Instalação de Maior Número de Escolas, Convenientemente Aparelhadas, para uma população estimada em 25 mil habitantes. De conformidade com o art. 8o do Decreto lei 3059, acima mencionado nas Colônias Agrícolas Nacionais; serão muitas ainda escolas primárias para alfabetização de todas as crianças em idade escolar. Presentemente, porém, funcionam na Colônia apenas 10 escolas, cogita a atual administração da Cand construir mais 10 prédios no corrente exercício sendo possível, assim, a instalação de 20 escolas para 1.400 crianças. O governo mato-grossense promete, também, fornecer professoras sem ônus para União, ou seja, para a Colônia pagar CR\$ 900,00 às professoras e CR\$ 1.800,00 à diretora. Segundo estudos já feitos — informam os técnicos — cada escola está orçada em CR\$ 50 000,00. Não é preciso ressaltar a urgência da execução dessa importante medida em prol da alfabetização de numerosas crianças que vivem pelo sertão, preciosos elementos.

A matéria do Jornal “O Progresso” chama atenção para questões que marcavam o cotidiano da vida escolar dos habitantes da CAND, como a urgência da instalação de um maior número de escolas primárias, devidamente aparelhadas para alfabetização das crianças em idade escolar. A matéria evidencia que o governo mato-grossense se comprometeu em prover professoras, porém sem ônus para União, ou seja, caberia à Colônia pagar CR\$ 900,00 às professoras e CR\$ 1.800,00 à diretora. É oportuno salientar que o governo se isenta da responsabilidade do pagamento às professoras e diretoras da CAND.

Podemos afirmar que o governo mato-grossense atendeu em parte às reivindicações da população da CAND, utilizando como estratégia a criação de mais escolas primárias nessa localidade. Fato esse evidenciado pelos dados extraídos da Mensagem de Governador de Mato Grosso, em 1955, conforme mostra a Tabela 1.

Tabela 1 – Relação das Escolas Rurais Primárias do estado de Mato Grosso, em 1955

Municípios	Quantidade	Municípios	Quantidade
Amambaí	23	Jardim	03
Acorizal	24	Ladário	01
Alto Garças	02	Mato Grosso	08
Arenápolis	02	Maracajú	04
Alto Araguaia	13	Miranda	14
Alto Paraguai	09	Nioaque	06
Aquidauana	20	Nortelândia	02
Aparecida do Tabuado	04	Nossa Senhora do Livramento	40
Barão de Melgaço	11	Ponte Branca	02

Barra do Garças	17	Porto Murtinho	11
Bonito 12	12	Ponta Porã	35
Barra do Bugres	05	Poxoréu	33
Bela Vista	22	Poconé	58
Chapada dos Guimarães	38	Paranaíba	26
Corguinho	02	Rochedo	08
Coxim	25	Rondonópolis	06
Camapuan	06	Ribas do Rio Pardo	03
Cáceres	38	Rio Brillhante	17
Campo Grande	59	Rosário Oeste	73
Corumbá	33	Rio Verde de Mato Grosso	05
Diamantino	16	Santo Antônio do Leverger	60
Dourados	65	Sidrolândia	03
Itaporã	03	Torixoreu	01
Itiquira	01	Tesouro	02
Jaraguai	07	Terrenos	02

Fonte: Elaborada pela autora.

A Tabela 1 evidencia como o governo mato-grossense correspondeu às reivindicações da população da região da CAND, fato esse representado com a criação de 65 escolas na localidade. Os dados da Mensagem do Governador de Estado de Mato Grosso, de 1955, deixam evidente que o município de Dourados foi o que mais recebeu a instalação de escolas primárias rurais no Sul de Mato Grosso, na década de 1950, ficando atrás apenas de dois municípios situados no Norte do Estado, no caso, Cuiabá (108 escolas) e Rosário do Oeste (73 escolas).

As escolas criadas pelos recursos da CAND funcionavam em terreno e prédio cedidos por algum agricultor da região que, por meio desse ato, pretendia, na maioria das vezes, tirar benefício de tal ato. Essas escolas eram planejadas para o maior aproveitamento da ventilação natural possível para a sala de aula, a considerar a instalação de amplas janelas, além de duas varandas para convivência dos alunos, sendo uma para acesso à sala de aula e outra para a merenda (SILVA, 2006). Contudo, havia outras escolas nessas mesmas áreas da Colônia que apresentavam uma estrutura simples, com apenas uma sala destinada à aula, sem estrutura para a preparação da merenda para os alunos ou fonte de água potável, como pode ser percebido pela ausência de um poço em seu entorno.

Em Itaporã, o processo de escolarização teve início por volta de 1945, quando a senhora Olímpia Moura, uma das primeiras professoras, começou a ministrar aulas nessa área da Colônia, atendendo em sua própria residência, principalmente, aos filhos dos vizinhos. Nesse

período, as mulheres que tinham interesse em ministrar aulas se dirigiam até a prefeitura de Dourados e pediam nomeação.

Figura 9 – Termo de Compromisso

Termo de Compromisso prestado pela Sr.
 Da. Maria José Cordeiro, professora primária da
 Escola Mista Primária Municipal do lugar denomina-
 do "Baixo Sardinha," neste Município.

As seis dias do mês de setembro do
 ano de mil novecentos e cinquenta e dois, às 11 horas,
 na sala da Secretaria da Prefeitura Municipal de
 Dourados, onde se achava presente o Sr. Dr. Hel-
 son de Araujo, Prefeito Municipal, comigo, Maria
 de Lourdesruz, Secretário, compareceu a senhora
 Da. Maria José Cordeiro, que, exibindo o decreto
 n.º 43, desta Prefeitura Municipal pelo qual fo-
 ra nomeada Professora Primária da Escola
 Mista Primária Municipal de lugar denomina-
 do "Baixo Sardinha," deste Município, disse ter
 vindo prestar o compromisso de bem e fielmen-
 te desempenhar-se de suas funções, mandou o
 Sr. Prefeito Municipal, que se lavrasse este tér-
 mo, em que assinava a compromissada. Eu,
 Maria de Lourdesruz, Secretário, que o escrevi
 aos seis dias do mês de setembro de mil nove-
 centos e cinquenta e dois.

Helson de Araujo
 Prefeito Municipal
 Maria José Cordeiro
 Compromissada

Fonte: Carli (2008).

Em 1952, foi assinado um termo de compromisso pela senhora Maria José Cordeiro, professora primária da Escola Mista Primária Municipal, da localidade denominado “Baixo Sardinha”, no município de Dourados. É oportuno mencionarmos que a região do “Baixo Sardinha” será território pertencente, em 1953, ao então município de Itaporã. De acordo com o termo, a professora foi nomeada pelo Decreto n.º 43, da Prefeitura Municipal, e foi assumir o compromisso de bem e fielmente desempenhar suas funções de professora. O termo vai devidamente assinado pela professora, senhora Maria José Cordeiro, e pelo prefeito municipal de Dourados, Nelson de Araújo.

Desse modo, as professoras começavam a ministrar aulas em suas próprias residências até a construção de uma escola, como foi o caso de Maria Cordeiro, Olímpia Moura e de muitas outras mulheres. A esse respeito, Cordeiro (2010, p. 83) relata:

As escolas isoladas foram sendo criadas: [...] localizamos as regiões mais densamente povoadas. A proposta consistia de que um sitiante local dispusesse de uma área mínima de cinquenta por cinquenta metros, para começarmos a construir escolas de madeira, cobertas de telhas francesas. Alvenaria nem pensar, pelo custo e dificuldade de material e mão de obra. Já a madeira praticamente era quase de graça, pois já iniciava o processo de exploração e transformação da mesma, e havia abundância na época, inclusive para fazer algumas mesas para o professor, carteiras para os alunos e alguns armários improvisados para guardar material escolar: Giz, livros e cadernos, etc.

Embora feitas de madeira, material abundante na região, essas escolas eram devidamente bem-acabadas, com telhas de cerâmica e janelas amplas para facilitar a ventilação, conforme podemos observar na Figura 10.

Figura 10 – Escola construída no córrego do Anacleto – 31/3/1962



Fonte: Cordeiro (2010, p. 84).

A Figura 10 permite analisar que, na escola rural construída, o mastro para a bandeira tinha o local privilegiado na frente do estabelecimento. Podemos observar que não havia um local para a preparação da merenda para os alunos ou fonte de água potável. É possível ver ao fundo da escola a mata ainda preservada. Neste período, algumas escolas foram construídas para fins educacionais e outras ocuparam espaços improvisados ou cedidos. (VIDAL; ABDALA, 2005, p. 181, 182). Destacamos, nesse contexto, a importância de contextualizar o registro fotográfico, compreendendo, assim, seus elementos constitutivos:

Há sistemática da análise de fotografias a partir de três eixos -localização, conteúdo e expressão – deslocando a leitura das fotos da centralidade de identificação de temas, procedimentos correntes em história da educação e que leva a incorporação das imagens em trabalhos na qualidade de ilustrações, sensibilizou-nos a atentar para as estratégias construtivas da imagem registrada. (VIDAL; ABDALA, 2005, p. 181-182).

Podemos identificar na Figura 10 o planejamento construtivo da imagem registrada: localização, conteúdo e temática. O plano é em geral de conjunto, pois o enquadramento da imagem foge do frontalidade, procurando na lateralidade sua expressão. A foto privilegia o ambiente externo, veiculando a imagem à sua localização. Seu conteúdo é observado ao utilizar a imagem de crianças, professoras e homens públicos, trazendo também elementos de aspectos

do cotidiano escolar. A imagem também realça o aspecto construtivo, uma vez que valoriza a construção de novos prédios escolares.

Por meio da construção de novas instalações, as escolas foram se expandindo. De acordo com o movimento de ensino primário geral no estado de Mato Grosso, o município de Itaporã, um ano após sua emancipação, já dispunha de sete escolas estaduais, uma escola municipal, 12 não normalistas, uma escola agrupada, sete escolas isoladas, com uma matrícula geral de 617, tendo frequência mínima 386. (MATO GROSSO, 1954, p. 162).

Em 1958, coube ao Departamento Estadual de Ensino (DEE) publicar os relatórios do ano de 1957, bem como o movimento geral do ensino primário de Mato Grosso, no período de 1945-1946. Neste demonstrativo de movimento das escolas, Itaporã tinha um número de 27 unidades escolares (MATO GROSSO, 1959, p. 51).

Conforme os Quadros 2 e 3, podemos notar a expansão das escolas no município de Itaporã.

Quadro 2 – Relação das Escolas existentes na zona urbana de Itaporã no ano de 1973

Escola	Localização	Entidade
Grupo Escolar Antônio João Ribeiro	Rua Paraná, s/n	Estado
Escola Reunida de Itaporã	Rua 21 de abril, s/n	Estado
Escola Reunida Vila Montesi	Vila Montesi	Estado
Escola Evangélica	Sede	Estado
Patronato de Menores	Sede	Particular
Escola Rural Mista Guariroba	Rua Minas Gerais, 320	Estado

Fonte: Elaborado pela autora com base em documentos do Centro Regional de documentação/UFGD.

De acordo com o Quadro 2, no ano de 1973, na zona urbana de Itaporã, havia seis escolas, sendo cinco pertencentes ao Estado e uma ao setor privado. O documento, apresentado anteriormente, leva-nos a refletir e a questionar sobre os parâmetros utilizados para denominar a localização dessas escolas. A Escola Reunida da Vila Montese localizava-se no ano de 1973, em um distrito de Itaporã, e a documentação aponta que a referida escola estava localizada na zona urbana, fato esse que nos causou estranhamento. Já a escola denominada Escola Rural Mista Guariroba, apesar da nomenclatura “rural”, estava localizada à Rua Minas Gerais, 320, uma área urbana pertencente à cidade de Itaporã em 1973.

Ainda sobre o quantitativo de escolas, o Quadro 2 identifica que, no ano de 1973, havia um total de 25 escolas na zona rural de Itaporã, sendo uma escola particular, três municipais e 21 estaduais. Assim, havia um total de 31 escolas no município de Itaporã no ano de 1973.

Quadro 3 – Relação das Escolas existentes na zona rural de Itaporã no ano de 1973

Escola	Localização	Entidade
Escola Rural Mista São Francisco	Bairro São Francisco	Particular
Escola Rural Mista Princesa Isabel	Colônia Santa Terezinha	Municipal
Escola Rural Mista Bela Vista	Fazenda Bela Vista	Municipal
Escola Rural Mista Bandeirantes	Bandeirante	Estado
Escola Rural Mista Hermes Alcântara	Córrego Seco	Municipal
Escola Rural Mista Arasselva	Arasselva	Estado
Escola Rural Mista Sardinha	Sardinha	Estado
Escola Rural Mista Pontal do Itaquiri	Itaquiri	Estado
Escola Rural Mista Carumbé	Carumbé	Estado
Escola Rural Mista Canhadão	Canhadão	Estado
Escola Rural Mista Cabeceira Panambi	Cabeceira do Panambi	Estado
Escola Rural Mista Alto Sardinha	Alto Sardinha	Estado
Escola Rural Mista Bairro Alegre	Bairro Alegre	Estado
Escola Rural Mista 10 de Dezembro	Carumbezinho	Estado
Escola Rural Mista Lote 99	Panambi	Estado
Escola Rural Mista Córrego Anacleto	Córrego Anacleto	Estado
Escola Rural Mista São Vicente C. Leite	Pirapora	Estado
Escola Rural Mista Baixo Itaquiri	Baixo Itaquiri	Estado
Escola Rural Mista Tatuí	Tatuí	Estado
Escola Rural Mista Marechal Castelo Branco	Luziânia	Estado
Escola Rural Mista Itaquiri	Itaquiri	Estado
Escola Rural Mista Caiana	Caiana	Estado
Escola Rural Mista Panambi	Linha Panambi	Estado
Escola Rural Mista Augusto	Malária	Estado
Escola Rural Mista Pirapora	Bairro São Francisco	Estado

Fonte: Documentos do CDR- Centro Regional de documentação/UFGD.

Conforme os Quadros 2 e 3, podemos notar que a maioria das escolas de Itaporã, no ano 1973, localizava-se na zona rural, o que nos leva a compreender que isso estava relacionado ao fato de a maioria da população do município de Itaporã, nesse período, ainda residir na zona rural.

As aulas dessas escolas iam sendo assumidas pelo aluno que havia alcançado o nível quatro, “[...] que já se candidatava e estava apto a lecionar na área rural, desde que se dispusesse a ir residir na propriedade onde estava construída a escola. O sitiante tinha ainda que alojar o professor ou professora. E havia pessoas que se dispuseram e enfrentaram a missão”. (CORDEIRO, 2010, p. 83).

Muitas escolas rurais sofriam com problemas relacionados à falta de estrutura física e pedagógica, pois funcionavam em lugares não apropriados, em construções bem rudimentares e, ainda, na maioria, das vezes, tinham de contar com professores sem habilitação para o exercício da docência, os quais possuíam apenas o ensino primário.

Na década de 1960, conforme aponta Marcílio (1963, p. 214), esses professores eram considerados pelo governo como um problema para o Estado, pois “[...] tendo-se em conta os conhecimentos gerais que possam possuir esses professores, jamais estarão eles em condições de exercer integralmente as suas funções de mestres, sem os conhecimentos especializados da profissão”.

O governo do Estado de Mato Grosso enfrentava dificuldades na formação dos professores para atuarem nas áreas rurais. Assim, o Estado tentou remediar essas dificuldades por meio de cursos de férias, que se intensificaram no Estado na década de 1960, com a criação do Centro de Treinamento de Cuiabá, o qual contava com uma parceria do governo federal. Os cursos de férias para as professoras leigas eram ministrados normalmente nos meses de janeiro, fevereiro e julho, período de férias no calendário letivo do Estado. Deste modo, diversas professoras leigas do Estado participaram do curso de férias realizado pelo CTM-Cuiabá, nos anos de 1970 (AMORIM, 2019).

CAPÍTULO III – A CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS FRANCISCANAS DA PENITÊNCIA E CARIDADE CRISTÃ E SUAS AÇÕES NA EDUCAÇÃO EM ITAPORÃ

Entre tantas ações empreendidas pela Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã no município de Itaporã, destacamos a atuação na área educacional. Assim, este capítulo visa a analisar as ações das Irmãs Franciscanas na educação do município, tanto no setor público quanto no privado.

3.1 A atuação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã na educação escolar em Itaporã

Entre os anos de 1910 e 1956, foram criados em Mato Grosso, aproximadamente, 26 grupos escolares, sendo 16 localizados no Sul do estado.

Quadro 4 – Distribuição dos Grupos Escolares (GE) em Mato Grosso (1910-1953)

Grupos Escolares	Local	Ano
Escola Modelo Barão de Melgaço	Cuiabá	1910
GE Senador Azeredo	Cuiabá	1910
GE Joaquim Murтинho	Campo Grande	1912
GE Caetano de Albuquerque	Poconé	1912
GE Presidente Marquez	Rosário do Oeste	1912
GE Esperidião Marques	Cáceres	1921
GE Affonso Penna	Três Lagoas	1922
GE Luiz de Albuquerque	Corumbá	1924
GE Antônio Correa	Aquidauana	1924
GE Caetano Pinto	Miranda	1924
GE Mendes Gonçalves	Ponta Porã	1927
GE Isaac Póvoas	Cuiabá	1930
GE Américo Brasil	Santo Antônio do Rio Abaixo	1930
GE Alzira de Lacerda Magalhães	Santo Antônio do Rio Abaixo	1930
GE Leônidas de Matos	Santo Antônio do Rio Abaixo	1930
GE de Amambaí General Mallan	Campo Grande	1939

GE de Herculânea	Herculânea (Coxim)	1940
GE João Fernandes	Maracajú	1940
GE José Garcia Leal	Paranaíba (1945-1947)	1940
GE Felipe de Brum	Amambai	1950
GE Joaquim Murтинho	Dourados	1950
GE do Vale Sidrolândia	Sidrolândia	1950
GE Antônio João Ribeiro	Itaporã	1953
GE Tenente Aviador Antônio João	Caarapó	1954
GE Vespasiano Martins	Campo Grande	1955
GE Nicolau Fragelli	Campo Grande	1955

Fonte: Organizado por Rodelini (2015) com base em Mato Grosso (1927, 1930, 1937, 1954, 1955).

Conforme o regulamento da Instrução Pública de 1927, que vigorou até a Lei Orgânica do Ensino Primário de Mato Grosso (1951), os grupos escolares seriam constituídos da reunião de oito escolas isoladas e 250 alunos (MATO GROSSO, 1927). Com a Lei Orgânica (MATO GROSSO, 1951), eram formados grupos escolares quando possuíssem cinco ou mais turmas de alunos.

Assim, a Escola Reunida “Antônio João Ribeiro” mudou para a categoria de Grupo Escolar “Antônio João Ribeiro” pelo Decreto n.º 2197/55, sendo a primeira instituição dessa modalidade em Itaporã e, também, a primeira escola urbana de alvenaria erguida especificamente para ser um espaço de ensino institucionalizado.

O GE tinha localização privilegiada, situado à Rua Marcelino Lopes de Oliveira, n.º 609, no centro da cidade e se destacou pelo fato de representar uma nova organização escolar, com salas projetadas e destinadas a alunos, professores, diretores e secretários. Assim como acontecia em Itaporã, também surgia os GE nos demais municípios mato-grossenses. Conforme Souza (1998, p. 113):

Localizados no centro da cidade ou bairro, na capital ou no interior os grupos escolares reafirmavam sua identidade pelo contraste com as casas populares, os casebres. Ao passar por eles, as pessoas sabiam a que se destinavam. Revelam percepções múltiplas de conteúdo subjetivo e significações simbólicas.

Assim, é possível compreender, inclusive, de acordo com a Figura 11, imagem do GE Antônio João Ribeiro, que pela sua construção certamente esse se contrastava com as demais

do seu entorno, e que isso reafirmaria a sua identidade de GE diante daquele cenário urbano, em fase de desenvolvimento no município de Itaporã, no final dos anos de 1950.

Figura 11 – Grupo Escolar Antônio João Ribeiro em 1958



Fonte: Santana (1958).

Podemos observar na Figura 11 que a escola era provida de apenas um pavilhão de alvenaria, com o pé direito alto, as janelas e as portas quebradas, e ainda não tinha muros em seu entorno. Embora a cidade não dispusesse de luz elétrica, o GE possuía um padrão de energia. Logo, entendemos que o engenheiro responsável pela obra desconhecia a realidade da cidade de Itaporã.

Conforme tratado em capítulo anterior, nesse período, o município de Itaporã ainda sofria com problemas relacionados à falta de estrutura física e pedagógica de suas escolas e, também, precisava contar com professores (as) leigos (as), sem habilitação para o exercício da docência, e que possuíam na maioria das vezes, o curso primário. Diante dessas circunstâncias, chegam a Itaporã as Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã, vindas de Dourados, as quais encontraram um espaço para se inserirem e atuarem na educação escolar pública no recém-criado Grupo Escolar Escolar Antônio João Ribeiro. Essas circunstâncias permitem inferir se a ida destas Irmãs Franciscanas para o município de Itaporã não esteve associada ao

fato de elas irem para trabalharem na educação escolar local, principalmente, no Grupo Escolar instalado. Tais circunstâncias possibilitam também inferir se a ida destas Irmãs Franciscanas não fez parte de um projeto maior que envolvia tanto as famílias e os políticos locais na busca por melhores condições de escolarização no município.

É certo que as Irmãs Franciscanas, que chegaram a Itaporã, possuíam já a formação do Curso Normal. Desse modo, elas assumiram tanto a direção quanto o corpo docente do Grupo. Ao ser indagada sobre seu primeiro contato com a administração do Grupo Escolar, a Irmã Maria Sérgia relatou:

[...] Eu vim para Dourados em 1957, fiquei um ano em Dourados, até que o padre, pais de famílias e alguns políticos de Itaporã, principalmente o senhor Edson Bezerra, pediram que nós irmãs assumissem o Grupo Escolar de Itaporã. A direção estava precisando, então nós fomos em fevereiro para lá, não me lembro o dia, mas foi num sábado e num domingo.... No Antônio João, irmã Paulina seria diretora e eu fui para realizar as matrículas. (WOLFART, 2013)²⁴.

De acordo com a Irmã, as franciscanas foram escolhidas por famílias e políticos de Itaporã, considerando o grau de instrução das missionárias e a experiência na área da educação escolar. Nessa época, as irmãs franciscanas já estavam presentes na educação do Patronato São Francisco em Dourados. De acordo com o conceito de *estratégias* de Certeau (1998), podemos entender que, ao criarem escolas em diferentes localidades, a Igreja se apropriou de *estratégias* para disseminar o projeto missionário sobre a influência da doutrina católica, e assim produzir “um tipo específico de saber, aquele que sustenta e determina o poder de conquistar para si um lugar próprio”. (CERTEAU, 1998, p. 100).

Foi na constituição desse espaço físico e simbólico, ou seja, desse “lugar praticado” (CERTEAU, 1998, p. 202) que a Missão Franciscana produziu as suas ações e *estratégias* de práticas e representações, numa relação de influência e proximidade com a própria cultura religiosa e urbana de Itaporã. Neste movimento, os Franciscanos juntamente com as Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã construíram *táticas e estratégias* para que o ensino fosse ofertado e legitimado não somente nas escolas confessionais, mas em várias escolas, localizadas no município de Itaporã e, assim, produziram normas e práticas que pudessem forjar, instruir e catequizar.

A chegada das irmãs ao Grupo Escolar Antônio João Ribeiro, em 1958, encontra-se registrada na pela Figura 12.

²⁴ Wolfart (2013) permitiu o uso de seu nome na pesquisa.

Figura 12 – Participação da Igreja Católica na organização do GE Antônio João Ribeiro



Fonte: Acervo pessoal da Irmã Maria Sérgio Wolfart.

É certo que a “[...] fotografia, que revoluciona a memória: multiplica-a e democratiza-a, dá-lhe uma precisão e uma verdade visuais nunca antes atingidas, permitindo assim guardar a memória do tempo e da evolução cronológica” (LE GOFF, 1994, p. 466). Nessa direção, Le Goff (1994) destaca que a fotografia nos emite uma verdade visual, que ficou guardada na memória do tempo, e que nenhum outro documento conseguiu alcançar tanta verdade.

Podemos observar na fotografia, da esquerda para direita, Irmã Sérgio Worfart, Irmã Evita Sedl, Irmã Iracema Grings, Irmã Verônica Willers, bem como políticos locais, professores (as) e alunos (as) no momento de chegada dessas religiosas ao estabelecimento de ensino. Percebemos que, nessa instituição, as irmãs foram recebidas com todo um ritual montado na forma de uma solenidade, que contou com a presença de alunos (as) todos (as) uniformizados (as), as alunas vestidas de saia de cor preta até os joelhos, blusa branca, sapatos pretos e meias brancas, e os alunos, como revela o qual aparece entre duas irmãs, da direita para a esquerda, vestia calça de cor preta, camisa branca e uma gravata de cor escura. Notamos, também, a presença de duas alunas segurando duas bandeiras, ainda que não seja possível identificar, mediante a fotografia, quais eram estas bandeiras. No entanto, podemos inferir que uma poderia ser a bandeira nacional e a outra do estado de Mato Grosso.

Ainda que o prédio do Grupo Escolar Antônio João Ribeiro tivesse uma construção diferenciada de outros estabelecimentos escolares existentes no município de Itaporã, com uma

infraestrutura construída toda em alvenaria e moderna, em entrevista, Irmã Sérgia Worfart (jun. 2013) relata que, quando chegou ao GE, em 1958, os banheiros não funcionavam por falta de água encanada. Por isso, as necessidades fisiológicas de alunos, professores e demais funcionários da escola eram realizadas numa construção que se localizava bem próximo às salas de aula, que contava com dois compartimentos, sendo um para o sexo feminino e outro para o sexo masculino.

O prédio do GE também não dispunha de luz elétrica. Conforme Cordeiro (2010), a cidade era atendida, em torno de 4 horas por noite, por um conjunto de geradores, que volta e meia dava problemas, dado ao desgaste pelo uso. A obra da rede elétrica na cidade de Itaporã só foi inaugurada em 31 de janeiro de 1973, no mandato do prefeito Aurenô Arnaldo Cordeiro e pelo então governador José Fragelli.

De acordo com Rodelini (2015), o Grupo Escolar Antônio João Ribeiro, em 1958, encontrava-se totalmente abandonado pelo governo do estado de Mato Grosso. O prédio do GE contava com quatro salas de aula, sendo considerado na época como uma grande estrutura, mas o prédio se encontrava esquecido e com um número reduzido de alunos, 70 ao todo. Assim, apesar de o Grupo Escolar ter prédio próprio, a escola inicialmente encontrava dificuldades com relação à frequência dos alunos e à desvalorização por parte das famílias.

O modelo educacional disseminado pela República enfrentou resistência por parte de alguns seguimentos da população itaporanense, embora Rodelini (2015) não tenha evidenciado os possíveis fatores que levaram os alunos a não frequentarem as aulas no Grupo Escolar “Antônio João Ribeiro” nos primeiros anos iniciais à sua implantação (1953-1958). Existem algumas hipóteses levantadas pela autora, como, por exemplo: a cultura local, que se baseava na ideia de que o saber ler e escrever eram suficientes para o trabalho no campo. Por isso, muitos pais não valorizavam a continuidade da escolarização de seus filhos. Também havia a falta de mão de obra nas lavouras da região, assim, os pais não enviavam seus filhos à escola, uma vez que as crianças também participavam dos serviços da lavoura. Outra hipótese é que muitos pais não se sentiam confiantes em mandar seus filhos para a escola por serem pequenos e não conseguirem caminhar longas distâncias para chegarem até as instalações dos GEs.

Segundo dados da entrevista de Worfart (2013), em 1958, o número de alunos do GE era baixo e essa situação fez com que as irmãs empreendessem um mutirão junto à comunidade para que as crianças fossem matriculadas. No ano seguinte, em 1959, o número de alunos matriculados no GE cresceu de 70 para 295. O fato relatado pela Irmã Sérgia Worfart também pode ser verificado no livro de Crônicas, quando se registra que: “No dia primeiro de março

iniciamos a aula no Grupo Escolar Antônio João Ribeiro. Temos o belo número de 295 alunos, enquanto no ano anterior contava apenas com 70”. (CRÔNICAS..., 1958, p. 1).

O trabalho das Irmãs no GE foi ganhando visibilidade e a procura por matrículas crescendo a ponto de, em 1968, as 4 salas de aula não atenderem mais à demanda de crianças e adolescentes em idade escolar. Diante desse fato, a igreja cedeu seus imóveis para que o Grupo Escolar pudesse abrigar seus alunos. Esse fato é narrado no Livro Tombo da Paróquia São José:

A Igreja velha e a antiga capela São José, como também o barracão de madeira ao lado da casa paroquial ser atualmente de escolas. Primeiro foi só uma aula, depois duas e três. A falta de lugar nos grupos escolares da cidade nos obriga a dar uma mão para o ensino. (TOMBO PARÓQUIA SÃO JOSÉ, p. 9).

Nessa perspectiva, podemos observar que a Igreja Católica (religioso) passa a colaborar com o Grupo Escolar (público), embora saibamos que o Brasil seja um estado laico desde a Constituição de 1891, que garante que o Estado não avance nos assuntos das Igrejas nem estas tomem partido nas decisões de governo.

Podemos identificar que existe um dualismo no fato de a Igreja emprestar seus prédios para que a escola pudesse se expandir. Num primeiro momento, podemos pensar que as Irmãs se sentiam responsáveis pela Escola, já que elas administravam a instituição e, assim, sentiam-se na obrigação de colaborar. Mas também podemos compreender mobilizando o conceito de *tática* de Certeau (1998), que a colaboração da Igreja Católica para com o Estado seja uma *tática* que a Igreja utilizou para a expansão das suas obras na educação e, conseqüentemente, também das obras missionárias e religiosas.

Sobre a presença do religioso no espaço público, Giumbelli (2002) aponta-nos que a Igreja Católica foi contrária à sua separação com o Estado e que seus líderes se empenharam na defesa de algum reconhecimento, por parte do Estado, da preeminência do catolicismo na constituição da nacionalidade. Tais empenhos, segundo Giumbelli (2002), foram parcialmente recompensados na Constituição de 1934, na qual o ensino religioso é permitido e o casamento religioso volta a ter validade civil. Além disso, o princípio da separação é temperado pela possibilidade de “colaboração” entre Estado e religiões. A noção de “colaboração conferiu, assim, um fundamento constitucional para aproximações entre Estado e religiões, o que, naquele momento histórico, traduziu às vitórias conquistadas pela Igreja Católica”. (GIUMBELLI, 2002, p. 82)

A respeito do número insuficiente de salas de aula no Grupo Escolar Antônio João, as Irmãs, a comunidade e os políticos, incluindo o deputado Weimar Gonçalves Torres, na época,

proprietário do jornal “O Progresso”, pleitearam ao governo do estado de MT a construção de mais duas salas de aula. O pedido foi atendido e as salas de aula construídas. Assim, o GE passou de quatro salas de aula para seis. Mesmo com o aumento do número de salas de aula, a escola funcionava em regime de desdobramento, ou seja, havia uma turma de manhã e outra durante a tarde na mesma sala e, por vezes, em situações atribuladas, a escola chegava a atender em três turnos.

De acordo com a Irmã Maria Sérgia Wolfart, as salas de aula eram mistas, mas, durante o recreio, o pátio da escola se dividia, ficando a parte da frente da escola reservada para as meninas e a dos fundos para os meninos, pois não havia muros no GE.

Na década de 1950, as professoras do GE eram nomeadas através de indicação política do prefeito de Itaporã, fato que causava sérios problemas para a administração do GE, pois, a cada nova eleição, o grupo político vencedor exonerava as professoras vinculadas ao partido adversário e eram nomeadas outras pelo partido vencedor. Inúmeros conflitos ocorriam entre a direção do GE e a prefeitura, os quais eram causados por questões ligadas à contratação de algumas professoras sem formação.

Esses conflitos são descritos, em entrevista, pela Irmã Sérgia Worfart (jun. 2013), ao relatar que, por vezes, ocorriam brigas entre a direção do GE (freiras) e os políticos (prefeito). As brigas, segundo ela, ocorriam, porque as Freiras que administravam o GE tinham, geralmente, opiniões políticas diferentes das do prefeito.

Embora o município de Itaporã sofresse com a falta de professores habilitados, conforme tratado anteriormente neste texto, dados do Livro de Registro do Grupo Escolar Antônio João Ribeiro (1955-1966) registraram que, quase no final da década de 1960, chegou neste GE, a primeira professora normalista, Conceição Nonato, que não tinha formação religiosa como as Irmãs Franciscanas que atuavam na administração e no corpo docente do Grupo Escolar Antônio João Ribeiro. Posteriormente ao ano de 1960, começaram a chegar professoras com 2º ano ginásial ou “Normal Regional”.

3.1.1 As Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã na administração no corpo docente das Escolas Reunidas de Itaporã

As Escolas Reunidas de Itaporã foram criadas durante o governo de João Ponce de Arruda, então governador de Mato Grosso, eleito em sufrágio universal em 3 de outubro de 1955. Ponce era do Partido Social Democrático (PSD) e governou o Mato Grosso de 1956 a 1961. Pelo Decreto n. 865 de 10 de maio de 1960, o governador criou as Escolas Reunidas na

cidade de Itaporã, a qual está situada na rua Edson Bezerra, n.º 320, no centro da cidade. As Escolas Reunidas, conforme a Lei Orgânica do Ensino Primário de Mato Grosso (1951), foram constituídas quando houveram de duas a quatro turmas de alunos e um número respectivo de professores.

A documentação aponta ainda que, em 1970, a Escola tinha como dependência administrativa seis salas de aula, uma secretaria, uma cozinha, um banheiro para meninos e um para as meninas. A reunião de mais de quatro escolas já poderia classificá-la como grupo escolar, o que não aconteceu. A escola estava desprovida de sala de direção, sala dos professores e biblioteca. O piso era de granito, as paredes de alvenaria e a cobertura de telhas de amianto. O pátio era pequeno e não oferecia espaço suficiente para prática de Educação Física ou para qualquer outra atividade extraclasse. Por isso, quando necessário, era comum os alunos ocuparem a rua que ficava na frente da escola para as atividades extraclasse.

A Escolas Reunidas de Itaporã, criada no ano 1955, foi entregue à administração das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã em 1961, e a Irmã Maria Veronica foi nomeada diretora. A documentação aponta que, a partir de 1961, a Escola passou a ser administrada na seguinte ordem:

Quadro 5 – Professoras responsáveis pela Escola Itaporã

Ano	Professora Responsável
1961	Irmã Maria Veronica
1962	Irmã Maria Veronica
1963	Irmã Maria Veronica
1964	Irmã Maria Veronica
1965	Irmã Maria Veronica
1966	Irmã Maria Rita
1967	Irmã Maria Rita
1968	Irmã Élide Esther
1969	Irmã Ivoni Joham
1970	Edna Maria Peregrini
1971	Edna Maria Peregrini

Fonte: Elaborado pela autora.

Segundo a documentação, durante os anos de 1961 a 1969, as Irmãs foram as professoras responsáveis pela instituição. Após 1970, as Irmãs deixaram a administração da escola e passaram a atuar somente na docência.

O currículo da escola, no ano de 1972, estava organizado em três disciplinas: Comunicação e Expressão, Estudos Sociais e Ciências. Nessa perspectiva, podemos constatar que os estudos sociais representavam a valorização do homem no processo de ensino-

aprendizagem. Assim, o foco da educação centrava-se no aspecto social. Esse propósito estava de acordo com o preconizado pela Lei n.º 5.692/71, que estabelecia, no Capítulo I: “Art.1º. O ensino de 1º e 2º grau tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania”.

As Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã, que passaram a administrar a Escola Reunidas de Itaporã, são as mesmas Irmãs que já estavam presentes na administração do Grupo Escolar Antônio João Ribeiro, fato este relatado no livro de Crônicas... (1958):

Aos 15 dias de fevereiro iniciamos as matrículas, e a 1.º de março as aulas com 615 alunos. A pedido do novo partido político aceitamos a Escola Municipal com o nome de Escola Reunida a qual a Ir. M. Veronica foi nomeada diretora. (CRÔNICAS..., 1958, p. 9).

Tais informações contidas no livro de Crônicas apontam que havia uma cooperação entre a Congregação da Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã e o partido político de Itaporã no que se refere à educação no município, o que pode ser observado no livro de Crônicas:

Os professores de todos os grupos escolares tanto da sede de Itaporã como dos sítios, tiveram no decorrer do ano letivo 3 treinamentos de catequese, com um programa intensivo de estudos de religião e didática. O objetivo deste treinamento é capacitar os professores a ensinarem religião em sua própria sala de aula (CRÔNICAS..., 1958, p. 57).

Em 1975, conforme relata o livro de Crônicas, os professores dos grupos escolares de Itaporã tiveram três treinamentos intensivos de estudos de religião e didática, ministrados pelas Irmãs. Assim, podemos constatar a presença do religioso no espaço público.

De acordo com Giumbelli (2002), isso não é um problema, quando se interpreta a situação brasileira iluminada pelo paradigma da secularização. A constatação, nesse caso, refere-se ao fato de que certas formas de presença da religião no espaço público não foram construídas por oposição à secularização, mas, por assim dizer, no seu interior.

Tal presença, ao mesmo tempo em que se fundamenta na legitimidade de parceria entre Estado e Igrejas, agora aproveitada por mais um segmento do campo religioso tradicionalmente católicos e espíritas cumpriam esse papel e beneficiavam-se de uma abertura mais recente para a participação da sociedade civil nas políticas públicas e de uma valorização generalizada da atuação em rede no enfrentamento da questão social

(BURITY, 2006). Em Itaporã, o religioso esteve presente no espaço público, como podemos observar no livro de Crônicas... (1958):

Em março iniciamos as aulas com mais de 600. E por falta de lugar vemo-nos obrigados a fazer 3 turnos no Grupo Escolar [...] Em julho o Revdo Vigário desfez a igreja velha, primeira casa de Deus de Itaporã, que há anos servia de aula, com duas salas e assim fomos obrigadas a fazer também 3 turnos na Escola Reunida. (CRÔNICAS..., 1958, p. 14).

Em 29 de abril de 1970, a Escola Reunidas de Itaporã foi elevada à categoria de Grupo Escolar, pelo Decreto n.º 1130/70, o que foi justificado pelo crescente número de crianças em idade escolar, como aponta o Decreto no seu “Artigo Único – Fica elevado à categoria de Grupo Escolar as Escolas Reunidas da cidade de Itaporã, em virtude do elevado número de crianças em idade escolar existentes naquela localidade”.

É necessário explicar aqui que, o crescente número de alunos em idade escolar em Itaporã, era decorrente de um movimento migratório, oriundo do Sudeste, Nordeste, Sul e de outros recantos do país, desencadeado a partir da década de 1950, que resultou num aumento demográfico. Esses migrantes vieram em busca de trabalho, de terras férteis e baratas; dedicaram-se, sobretudo, ao cultivo do café. Sobre esse crescimento demográfico, relata Cordeiro (2010, p. 110):

Chamou a atenção nesta época, a quantidade de famílias de japoneses que para cá vieram depois sendo a grande maioria, vindos do estado de São Paulo e do estado do Paraná, eram as famílias Kodama, Ishii, Miyague, Mise, Suzuki, Muraoka, Okano, Massaro, Haguio, Kushida, Ueda, Imai, Miyazaki, Minoro, Kussaba, Konno, Yamada, Ogiwara, Misokane, Nishimura, Teruya, Yamanaga, Fuji, e tantas famílias que participaram do crescimento e vida de Itaporã”.

Desta forma, aconteceu o crescimento populacional no município de Itaporã. Com um número maior de habitantes, o município passou a ter novas necessidades, dentre elas, a de escolarização das crianças.

Era prática em Itaporã a realização de cerimônias em datas cívicas, que se faziam por meio de desfiles e de outras festividades. Além de recordarem acontecimentos da história brasileira, esses eventos serviam para representar o civismo e o amor à pátria. Souza (1997) lembra que, ao transformar as datas cívicas em atividades escolares, o Estado fazia do espaço escolar um instrumento de lembrança e de memória histórica, no sentido de legitimar o novo regime.

O referencial de Hobsbawm (1997) retrata o caráter utópico das tradições. Segundo os autores, a invenção das tradições seria um fator importante na construção das identidades nacionais na modernidade. Para Hobsbawm (1997, p. 9), toda tradição é inventada:

Por ‘tradição inventada’ entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado.

Podemos observar que o processo de organização da sociedade itaporaense pode ser entendido como criador de tradições. Isso pode ser entendido, pois o Grupo Escolar era um projeto de ensino republicano, assim legitimava os interesses de um determinado grupo da população, que visava à superação do atraso econômico, à construção de uma nacionalidade moralizadora, à submissão da classe trabalhadora e ao sentimento de civismo.

Figura 13 – Alunos do GE Antonio João Ribeiro hasteando a Bandeira no desfile de 7 de setembro de 1960



Fonte: Cordeiro (2010).

No centro da cidade de Itaporã, na Avenida “São José”, em frente à igreja “São José” e na praça de mesmo nome “São José”, ocorriam as festividades escolares, das quais o GE Itaporã participava intensamente.

Como podemos observar na Figura 13, os alunos do Grupo Escolar Itaporã participavam de festividades devidamente uniformizadas, organizados em filas. À frente dos alunos estão as freiras que dirigiam o GE durante a década de 60. Alguns alunos seguram as bandeiras. A festividade apresentada nessa figura é uma cerimônia alusiva ao dia da Independência do Brasil. Podemos observar, assim, a participação dos alunos do GE em atividade cívica, e constatamos que a escola estava, além das tarefas de ensinar leitura, escrita e cálculo, visava à propagação de valores morais e cívicos.

O registro fotográfico em tela é praticamente o que Burke (2004) chama de testemunho ocular, que permite observarmos a identidade cultural, as formas de comportamento social, cotidianas ou de eventos festivos e encontros culturais. Os desfiles em comemoração à Independência do Brasil eram habituais na cidade de Itaporã. Nessas oportunidades, as escolas podiam ostentar para a sociedade itaporaense a sua organização institucional, o patriotismo, a disciplina e as habilidades de seus alunos, ou seja, o seu poder simbólico

Notamos, na imagem, que a maioria dos cidadãos estão em posição de sentido, sinal de respeito diante das bandeiras que contemplavam a sua frente, simbolizando todo civismo dos cidadãos itaporaenses.

Após uma leitura atenta, observamos, nos escritos do livro de Crônicas, que as irmãs por muitas vezes faziam comemorações em conjunto com as instituições administradas por elas. Como podemos observar a seguir:

No dia 12 de outubro houve primeira comunhão das crianças da Grupo e Escola Municipal (CRÔNICAS..., 1958, p. 4).

Também o “Dia das Mães” foi singelamente festejado. Reuniram-se as duas escolas no pátio do Grupo para juntos homenagearem as queridas mães. (CRÔNICAS..., 1958, p. 9).

Enquanto estávamos “órfãs” festejamos o dia das crianças com a santa missa, doces e etc. E o dia do professor com uma mesa de doces para as 16 professoras leigas das duas escolas. (CRÔNICAS..., 1958, p. 10).

No dia 15 de fevereiro iniciamos as matrículas nas duas escolas. (CRÔNICAS..., 1958, p. 11).

Atividades Escolares- Aos 3 de março iniciamos as aulas nos dois Grupos Escolares, bem como no Jardim de Infância e Corte e Costura. [...]. Durante o ano letivo foram organizadas diversas festas, já tradicionais: Dia das Mães,

Dia do Professor, Dia da Criança. No dia da Pátria houve garboso desfile de todos os alunos. (CRÔNICAS..., 1958, p. 24).

O fato de as Irmãs se organizarem para que as escolas estivessem sobre sua administração, realizassem eventos em conjunto, como festas, desfiles, feiras e outras comemorações, trouxe-nos algumas indagações, tais como: Por que elas se reuniam para tais comemorações? O objetivo era fazer com que os alunos e professores se sentissem membros de uma mesma instituição e, assim, tinham objetivos em comum, como agilidade e praticidade na organização dos eventos?

Em 1974, pelo Decreto n.º 2365, de 18 de dezembro, no Artigo 1º, ficou criado o segundo grau no Grupo Escolar Itaporã, criado anteriormente pelo Decreto n.º 1130, de 29 de abril de 1970. No parágrafo único, a escola passa a ser denominada de Escola Estadual de I e II Graus de Itaporã. Desse modo, a instituição escolar passou a ofertar o segundo grau, com habilitação para o magistério de primeira a quarta séries.

3.1.2 As Irmãs Franciscanas na administração e no corpo docente do Jardim da Infância em Itaporã

Durante o século XIX, o mundo da criança era quase que totalmente desconhecido pelos adultos que as enxergavam como adultos incompletos. Elas eram compreendidas como adultos em miniatura, pouco eficientes e que geravam gastos. O índice de mortalidade infantil era alto, não havendo a preocupação com o espaço para o brincar e tampouco com o ensinar.

Segundo Sarat (1999, p. 14), nem sempre a criança foi entendida a partir do conceito atual, pois “[...] mais que uma referência diferenciada cronologicamente, a infância apresenta-se como uma construção histórica, social, cultural, mutável, atendendo aos interesses da sociedade em determinados momentos”. A valorização da educação da criança começa a se fortalecer a partir de 1930. A esse respeito, destaca Kuhlmann Jr. (2000) que o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, de 1932, fazia referência à educação das crianças em idade pré-escolar. Em 1940, iniciativas governamentais começaram a se desenvolver na área da saúde, educação e assistência social, de modo que: “O higienismo, a filantropia e a puericultura dominaram, na época, a perspectiva de educação das crianças pequenas. O atendimento fora da família aos filhos que ainda não frequentassem o ensino primário era vinculado a questões de saúde” (OLIVEIRA, 2002, p. 100). Assim, as creches e os jardins de infância passaram a se desenvolver como medidas sanitárias destinadas a educar corpos e mentes.

Os primeiros espaços destinados ao cuidado das crianças foram criados com uma visão assistencialista na educação infantil, ou seja, como um ato de caridade. Havia também a preocupação com a saúde, pois o atendimento a essas crianças não era ligado à educação, mas à saúde. Desse modo, as creches também foram criadas como uma forma de prevenir a mortalidade infantil, como explica Oliveira (2007, p. 97): “A preocupação era alimentar, cuidar da higiene e da segurança física, sendo pouco valorizado um trabalho orientado à educação e ao desenvolvimento intelectual e afetivo das crianças”.

Havia, nesse contexto, uma dupla interpretação para a educação da infância que se perpetuou durante muitos anos no Brasil. Defendia-se uma educação compensatória e assistencialista para as crianças de classes menos favorecidas e propostas de aprendizagens escolares para as crianças de classe média. Como revela Oliveira (2007, p. 110):

Enquanto discursos compensatórios ou assistencialistas continuavam dominantes no trabalho nos parques que atendiam filhos de operários e nas creches que cuidavam das crianças de famílias de baixa renda, propostas de desenvolvimento afetivo e cognitivo para as crianças eram adotadas pelos jardins-de-infância onde eram educadas as crianças de classe média.

No Mato Grosso, de acordo com Santos e Sá (2011), as primeiras iniciativas voltadas para o atendimento à criança pequena foram instauradas como o jardim de infância, fato esse que ocorreu por intermédio do governo do estado, ao implantar uma instituição dessas para as crianças entre 3 e 6 anos antes do ensino primário, aprovada pelo Decreto n.º 533/1910. Embora o jardim de infância tenha sido aprovado por lei, ele não se efetivou no período indicado, por conta de vários fatores, tais como a falta de professores, de espaço físico adequado, entre outros. Knob (1988, p. 303) também relata sobre a construção de um espaço para abrigar um jardim de infância, na Paróquia Nossa Senhora da Morte, em Cuiabá:

Havia também um plano de se construir uma escola primária com jardim de infância. A realização deste plano foi possível, graças a doação de um terreno pela prefeitura municipal [...], ao lado da igreja, começou-se a construir, em 1954, o Educandário Sto. Antônio, que foi entregue aos cuidados das Irmãs da Terceira Ordem Seráfica, com sede em An sobre o Inn (Alemanha) com sua casa central em Pindamonhangaba, São Paulo, que assumiram o jardim de infância.

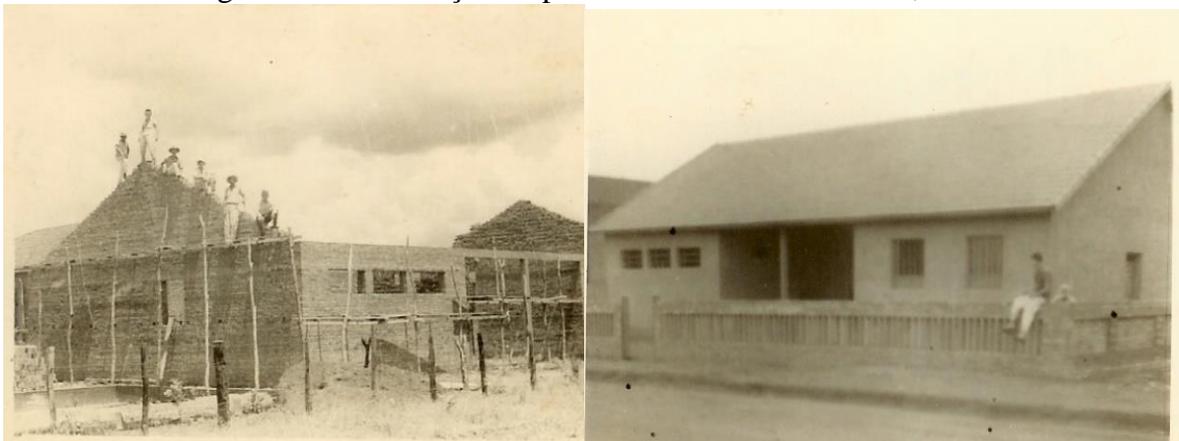
No sul de Mato Grosso, mais precisamente na cidade de Itaporã, no ano de 1961, Frei Paulino Gelissen (OFM) fundou o Jardim de Infância, fato narrado no Livro Tombo da Paróquia São José:

Apoiados pelo visitador geral, que em nome do Pe Geral da Ordem visitou este nosso comissariado de Mato Grosso, resolvemos construir o Jardim da Infância [...], lecionando em ambas as secções uma irmã, conseguimos levar ao nosso lado desde o jardim pelo pré-primário, primário e as moças do corte e costura. (Livro de Tombo, vol. 1, fls. 09).

Em 1962, tendo em vista os inúmeros trabalhos paroquiais dos freis, as irmãs passaram a administrar o Jardim da Infância, inicialmente criado pelo Frei Paulino: “Em maio de 1962 teve início um Jardim de Infância, criado pelo vigário, Frei Paulino Gelissen, ofm, sendo atendido por uma das Irmãs, funcionava no prédio da paróquia e conta com variado material didático”. (CRÔNICAS..., 1958, p. 61).

O Jardim da Infância paroquial foi criado para atender às crianças que ainda não tinham idade para frequentarem o Grupo Escolar Antônio João Ribeiro e a Escola Reunida de Itaporã. Inicialmente, funcionava na residência dos padres da paróquia, um anexo ao lado da Igreja São José. A Figura 15 permite entrever a construção do Jardim da Infância em 1961, em Itaporã.

Figura 14 – Construção do prédio do Jardim de Infância, 1961



Fonte: Acervo da Paróquia São José.

O prédio que iria abrigar o Jardim de Infância foi construído ao lado da igreja São José, num ponto central da cidade. A construção foi feita de alvenaria, com telhado de cerâmica e era composta por duas salas de aula e uma varanda no centro, como podemos observar na Figura 14. A localização do prédio do Jardim da Infância favorecia a população mais abastada da cidade, uma vez que a população mais carente se convergia nas áreas limítrofes da cidade e na zona rural. Desse modo, frequentar o Jardim da Infância era de grande dificuldade para os alunos que não residiam na área central da cidade, pois eles precisavam percorrer uma longa distância entre suas casas e a escola.

Embora as fontes consultadas, dentre elas, o Livro da Paróquia São José, as Crônicas da Escola Santo Antônio, não mencionem sobre quem ficou responsável financeiramente pela construção do Jardim de Infância, existem vários relatos no livro Tombo da Igreja sobre festas paroquiais, as chamadas “Quermesses”. A existência dessas festas permite-nos inferir que os recursos para a construção do Jardim da Infância possam ser provenientes, pelo menos em parte, dessas quermesses promovidas pelos Freis Franciscanos em Itaporã.

É importante esclarecer aqui que as quermesses são festas elaboradas pela igreja, de acordo com cada paróquia. Geralmente, ocorrem no mês de junho e homenageiam um santo, como Santo Antônio (13/06), São João Batista (24/06), ou São Pedro (29/06). O objetivo da festa é arrecadar fundos para manutenção da igreja e a promoção de ações sociais. Normalmente, incluem leilões, apresentações culturais, barracas com bebidas e comidas típicas. De acordo com o livro Tombo, no ano de 1958, da Paróquia de Itaporã: “Como de costume, foi realizada a festa de Santo Antônio, cuja vultuosa renda de Cr\$ 48.000,00 foi empregada na construção da nova matriz”. Isto permite compreender que a construção do prédio do jardim de infância foi realizada com o saldo destas festas.

No ano de 1962, o Jardim de Infância passou a contar com prédio próprio, fato este relatado no livro de Crônicas... (1958, p. 11): “1º de maio comunhão pascal dos alunos e a noite solene benção do novo prédio destinado ao Jardim da infância [...]. Aos 2 de maio Irmã Iracema tomou conta das 50 florzinhas do Jardim da Infância”.

Ao analisar a referida citação do livro de Crônicas, podemos constatar que as irmãs tinham conhecimento da pedagogia de Froebel, estudioso da botânica e defensor do pensamento de que a criança é como “flor que desabrocha”. Portanto, deveria ser zelada com afeto, e se bem alimentada, estaria preparada para aprender, daí provém o termo jardim.

Encontramos, ainda, registros de que as irmãs realizavam cursos de extensão e aperfeiçoamento na área educacional, fato este narrado no livro de Crônicas... (1958, p. 47):

As irmãs participaram de diversos cursos: Ir Antoninha acompanhou um curso sobre a Importância da Administração na Execução de Currículo de 1º e 2º graus, administrado por Dra Dalila Sperb, no Centro Pedagógico de Dourados, MT. De 24 a 27 de setembro. Irmã Maria Lunks fez curso de Psicologia Educacional, de 30 horas no Centro Pedagógico de Dourados-MT. Ir Lisete Danke e Maria Lunks assistiram em Itaporã Palestras sobre Psicologia da Personalidade, proferidas por Germano Novais, durante 3 noites. Ir Maria L. participou do Cursinho da Cristandade em Rio Brillante, em outubro.

Como podemos verificar, havia uma séria preocupação das irmãs na instrução das próprias religiosas que atuavam na docência, o que se materializava na presença delas em cursos

de formação relacionados a currículo, psicologia educacional; áreas essas associadas às práticas pedagógicas.

De acordo com o livro de Crônicas, durante os anos de 1962 a 1965, o Jardim da Infância esteve sob os cuidados da Irmã Iracema Grings, como podemos observar na figura a seguir.

Figura 15 – Primeira turma do Jardim de infância 1962



Fonte: Paróquia São José.

A imagem permite entrever as crianças e a professora todas organizadas e posando para a fotografia; do lado direita da figura, em pé com hábitos de freira, está a professora Irmã Iracema Grings. Os alunos estão apostos em fileiras a sua frente. Os alunos da primeira fila estão sentados em pequenas cadeiras feitas de madeira, possivelmente era o mobiliário utilizado na sala de aula e foi retirado da sala para ser usado no dia em que a fotografia foi retirada; na segunda fileira, as crianças estão em pé, fato esse que pode ser justificado, porque nesta posição, eles ficariam mais visíveis e evidenciadas no registro fotográfico.

A fotografia registra crianças de nacionalidade japonesa, mas nenhum negro ou índio. Dentre as crianças presentes na estão: Márcia Petinari, Delcina Bezerra, Maria de Lurdes Bezerra, Meire Cordeiro, Maysa Cordeiro, Odilo Renato Petinari, Marcos Antônio Pacco.

A imagem permite, também, constatar que a sala de aula do Jardim de Infância era numerosa e mista, mesmo que o número de meninos fosse inferior ao de meninas. Também é

possível notar que os alunos não estão uniformizados e alguns usam sapatos e meias, enquanto outros usam chinelos. Os alunos empunham brinquedos e livros.

No primeiro semestre de 1971, a professora Urani Simplício foi a responsável pelo Jardim de Infância. A senhora Urani foi a primeira professora não Irmã a assumir a instituição, porém era adepta da religião católica.

Figura 16 – Alunos do Jardim da Infância (1971)



Fonte: Santana (1958).

Nessa imagem, temos a professora Urani Simplício, responsável pelo Jardim da Infância, em pé a direita os alunos; na primeira fila, os alunos estão sentados nas cadeiras; na segunda fila, os alunos estão em pé, e na terceira fileira os alunos estão em pé em cima das cadeiras. Essa organização feita provavelmente pela professora ou pelo fotógrafo (Santana) remete-nos à ideia de que todas as crianças deveriam aparecer na foto. As crianças estão, em sua maioria, com meias e calçados, os meninos usam gravatas. Identificamos também que as crianças estão portando objetos de música.

A fotografia foi ofertada às irmãs pelo “Foto Santana”, no ano de 1971. Dentre os 33 alunos existentes na foto, foi possível identificar: Maria Festa, Feliciano Rebeque, Neide Santana, Marcia Calderan, Neuzeli Fuza e Marcos Calderan, Marlene Marsura Nogueira, Tania Simplício, Zenilda Jara. Também foi possível identificar que nas salas de aula do Jardim da

Infância não havia separação entre os sexos e que as idades das crianças variam entre cinco e seis anos.

Na cidade de Itaporã, o Jardim da Infância tinha compromissos para além dos educacionais, como eventos sociais, dia das mães, aniversários, festas escolares, desfiles cívicos e outros. Esses eventos foram narrados no livro de Crônicas:

Dia 7 de setembro realizou-se em Itaporã um brilhante desfile em homenagem a Independência da Pátria Brasileira. Marcharam pela avenida principal da cidade todos os colegiais. Seguiram-lhes um bom número de carros alegóricos. O primeiro trazia um enorme cesto bem ornamentado, no qual foram acomodadas as 23 crianças do Jardim da Infância Paroquial. As crianças tiveram a imensa satisfação de também terem desfilado em honra a pátria (CRÔNICAS..., 1958, p.48).

O registro demonstra a preocupação em destacar a presença das crianças, sujeitos da formação proposta pela Igreja. É possível perceber ainda não somente a padronização da roupa dos alunos e alunas, mas também o número significativo de crianças, que se despunham a desfilarem no evento cívico, conforme mostra a Figura 18.

Figura 17 – Desfile cívico de 7 de setembro (1976)



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Eram de tradição os desfiles de 7 de setembro, Dia da Independência do Brasil, no município de Itaporã em que a maioria da população participava ativamente dos festejos e, assim, demonstrava seu civismo e amor à pátria. Uns participavam como atores e outros como expectadores. Em 1976, o Jardim da Infância esteve presente nas festividades.

Na foto apresentada anteriormente, podemos observar que o Jardim de Infância se apresentou brilhantemente, pois trouxe para o desfile um carro alegórico enfeitado com bandeiras do Brasil, símbolo muito utilizado para representar o amor à pátria. As crianças estão sentadas na carroceria do carro alegórico, devidamente uniformizadas; as meninas de jardineiras com bonecas nas mãos, e no centro um menino representando D. Pedro, empunhando uma espada na mão. Para Burke (2017), ler nas entrelinhas de uma imagem, entender os significados ocultos, ausências e contextos específicos são algumas das questões essenciais “[...] mostra como ir além dos documentos oficiais no trabalho historiográfico, explorando o valioso uso que os testemunhos visuais podem oferecer para as mais diversas finalidades”.

Ainda podemos notar na imagem que a escola não está neutra, pois participa tenuamente da construção da identidade de gênero. Essa construção inicia-se desde as primeiras relações da criança no ambiente coletivo da educação infantil. Na imagem, podemos observar que a masculinidade dos meninos se encontra simbolizada na bravura do personagem de D. Pedro, aqui caracterizado por um aluno do Jardim de Infância. As meninas trazem consigo uma boneca que simboliza as práticas do lar, como a casa e os filhos.

É importante enfatizar, aqui, conforme menciona Finco (2005), que desde a mais tênue idade, as palavras, os comportamentos, os brinquedos procuram moldar as crianças para que aceitem e assumam os rótulos que a sociedade lhes reservou. Para os homens, o público e a política; para as mulheres, o privado e a casa. Dos meninos, espera-se agressividade, capacidade de liderança, racionalidade. Das meninas, delicadeza, sensibilidade e beleza.

Figura 18 – Aniversário do aluno Marcelo dos Reis (1976)



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Essa fotografia possibilita compreender que o Jardim de Infância, administrado pelas Irmãs Franciscanas em Itaporã, também reservava espaços para comemorações realizadas em datas festivas dos próprios alunos, como foi o caso da comemoração do aniversário de seis anos do aluno Marcelo Miyasaki dos Reis. Na imagem da esquerda, está o aniversariante Marcelo, sua irmã mais nova, Renata Miyasaki dos Reis Cruz, que também era aluna do Jardim da Infância, e a professora Irmã Olivia. Na figura da direita, estão o aniversariante e os amigos de sala, meninos e meninas, com idade variando entre cinco e seis anos. Ainda podemos observar na imagem que as crianças neste dia não estão uniformizadas, fato que nos leva a pensar se era ou não obrigatório o uso de uniforme no Jardim de Infância.

Figura 19 – Jardim da Infância - Professora Salvani Simplício Cordeiro – 1972



Fonte: Acervo pessoal da autora.

A Figura 19 apresenta as crianças, alunos\as do Jardim da Infância e a professora: Salvani Simplício Cordeiro, no ano de 1971. Dentre os alunos, podemos identificar: Jane Mara Martins Correia, Marisa Poletto e Tania Simplício e Eliane Santana. As crianças estão num momento de atividade coletiva de alimentação, aparentemente numa sala de aula. Desse modo, percebemos que a instituição adaptava seus recursos materiais de acordo com a sua necessidade. Identificamos que não há talheres nem pratos para que as crianças possam degustar o alimento

a frente. Isso nos faz pensar que o alimento seria um bolo ou um pão talvez, algo que não necessitasse de talheres para que elas pudessem degustar. Acreditamos que as crianças estão à espera de permissão da professora para saborearem o alimento.

Na imagem, temos a “hora do lanche”. A hora do lanche era uma prática utilizada no Jardim da Infância, atividade voltada para o dia a dia, uma rotina, assim como a hora da entrada, higienização, recreação, repouso e hora da saída.

No fundo da imagem, podemos observar que existem várias lancheiras penduradas na parede da sala, o que nos faz pensar que o lanche não era doado pela instituição, ou seja, cada criança trazia de casa seu próprio lanche. De acordo com Crônicas... (1958, p. 27), durante o ano de 1960: “...90 famílias recebem no dia 1º de cada mês, lições de higiene, religião e mantimentos distribuídos pela Cáritas”. Nesse sentido, podemos afirmar que a maioria das famílias de Itaporã, no ano de 1960, eram carentes e não dispunham de recursos financeiros suficientes para comprar uma lancheira, e o alimento necessário para uma criança levar para escola, isto é, todos podiam frequentar o Jardim de infância, porém nem todos dispunham de recursos financeiros suficientes para comprar o lanche.

Dentre as fontes visuais, não tivemos acesso a nenhuma foto que retratasse o espaço de recreação das crianças que frequentavam o Jardim de infância. Entretanto, no livro da Paróquia São José de Itaporã existe referência a um parque infantil: “... Concluída a construção do Parque Infantil, um sonho concretizado pelas Irmãs, é gratificante ver as crianças alegremente se divertirem, sob os olhos cuidadosos de pessoas responsáveis”. (FREIRE, 2006, p. 53).

Acerca do parque, também obtivemos informações de Dona Luiza Miyasaki dos Reis, que em uma conversa informal como nos relatou a existência de uma área de parque, para que as crianças do Jardim de Infância pudessem fazer atividades de recreação. O parque ficava localizado nos fundos da igreja São José, entretanto não sabemos como eram as brincadeiras que ocorriam no Jardim de Infância. Dona Luiza Miyasaki dos Reis é mãe de Renata Miyasaki dos Reis Cruz, uma ex-aluna do Jardim de Infância, que também nos informou sobre os materiais didáticos dos alunos do Jardim da Infância. Segundo ela, os materiais eram básicos, os alunos não tinham livros, levavam apenas caderno e lápis.

Levando em conta a improvisação na educação, Freitas e Biccas (2009, p. 300) salientam que “[...] encontrava-se o acesso e a utilização de materiais pedagógicos, brinquedos, livros, papéis, 'massinhas', tintas que, de maneira geral, são essenciais em termos educativos, mas, mesmo assim, ausentes na maioria dos casos”. Acreditamos que foram nesses moldes que o Jardim da Infância funcionou na cidade de Itaporã nas décadas de 1960 e 1970.

De acordo com Marques (2008), em 30 de outubro de 1970, o Jardim de Infância foi extinto e anexado ao Grupo Escolar do Estado. Mas, conforme a documentação, o Jardim continuou existindo no mesmo local em anos subsequentes, fato esse que merece ser estudado mais a fundo. Não localizamos documentos como lista de professores e ou de alunos. Provavelmente, parte dessa documentação era centralizada nos seus respectivos espaços do Jardim de Infância.

De caráter público, a educação para a infância no município de Itaporã não aconteceu sobre o nosso recorte temporal, pois a Pré-Escola de caráter público surge em Itaporã na Escola Estadual de I e II Graus Itaporã, no ano de 1979, com orientações do Departamento Regional de Educação e Cultura (DREC-09) de Dourados-MS.

Além das religiosas terem a responsabilidade de providenciar a construção do Instituto Santo Antônio, administrarem o Grupo Escolar Antônio João Ribeiro, serem as responsáveis pelo funcionamento do Jardim de Infância paroquial, elas também assumiram a direção do Grupo Escolar de Itaporã.

3.1.3 Escola Santo Antônio

A Escola Santo Antônio entrou para o rol dos colégios confessionais que surgiram no século XX, cujo principal objetivo era recuperar o espaço de “poder”, outrora perdido pela Igreja Católica no campo educacional. As escolas católicas foram surgindo e se espalhando por diversos lugares do Brasil. Em 1950, na cidade de Itaporã, é erigido o primeiro colégio confessional católico com o nome de Escola Santo Antônio.

Como já foi mencionado anteriormente, logo após a instalação das primeiras residências dos Freis Franciscanos no Mato Grosso, surgiu a proposta de trazer as Irmãs para ajudarem na cura das almas, bem como para atuarem nas escolas e no cuidado com os doentes. Os Franciscanos já compreendiam as vantagens de auxiliar na educação das crianças, pois só assim poderiam formar uma geração mais entrosada com a vida religiosa. Segundo Knob (1988, p. 234), uma das metas dos Franciscanos no Mato Grosso foi instalar em cada paróquia uma escola paroquial. Foi neste contexto que surgiu a Escola Santo Antônio.

O livro de Crônicas foi aberto em 27 de fevereiro de 1958, com a finalidade de registrar os acontecimentos da Escola Santo Antônio, mas foi somente no dia 15 de abril de 1960, que se iniciaram as aulas na escola ainda num local temporário: “[...] A 15 de abril iniciamos a primeira aula no provisório Instituto Santo Antônio de Itaporã ”. (CRÔNICAS..., 1958, p. 7).

Figura 20 – Local improvisado para atender aos alunos da Escola Santo Antônio



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Na Figura 20, podemos observar a sala de aula improvisada para abrigar os alunos da Escola Santo Antônio. O prédio resumia-se em apenas um cômodo, com apenas uma porta e uma janela. As paredes eram de tábuas de madeira e a cobertura de telhas de cerâmica. Ainda podemos verificar na imagem a presença de uma irmã, possivelmente era a professora. Ela estava rodeada por crianças, de ambos os sexos, o que nos leva a hipótese de que a sala de aula era mista. Já pelo variado tamanho das crianças, compreendemos que elas tinham idades diferentes, o que nos leva a presumir que a sala de aula era seriada ou a idade das crianças variavam.

A maioria das crianças que aparecem na imagem estão uniformizadas, meninos de calça e meninas de saia, alguns usam sapatos e bolsas e outros não. Diante dessa constatação, podemos pensar: as crianças tinham condições financeiras diferentes ou haviam tirado o calçado para brincar? Não sabemos ao certo, pois não encontramos registros dos nomes das crianças. A foto foi retirada do livro de Crônicas e ao lado da foto continha a seguinte frase: “[...] A 15 de

abril iniciamos a primeira aula no provisório Instituto Santo Antônio de Itaporã”. (CRÔNICAS..., 1958, p. 7).

A criação da Escola Santo Antônio abriria as portas para o trabalho das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã em diversos níveis da educação: Curso Normal, Jardim de Infância, Primário e Ginásio. O início do atendimento educacional no Grupo Escolar Antônio João Ribeiro, nas Escolas Reunidas de Itaporã e no Jardim de Infância (primário e ginásio) era uma forma de garantir a escola de aplicação para o curso normal, conforme solicitação da Lei Orgânica do Ensino Normal de 1946²⁵.

Certamente, a criação da Escola Santo Antônio da Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã objetivou adentrar na educação escolar no Sul do antigo Mato Grosso mais precisamente na cidade de Itaporã. A criação da escola significava não somente o preenchimento da lacuna deixada pelo Estado no campo educacional, mas também a ocupação dos espaços necessários para que a Igreja pudesse consolidar o seu lugar de poder.

Do mesmo modo que inferimos sobre a construção do prédio do Jardim da Infância possivelmente ter sido proveniente de recursos financeiros das quermesses realizadas pelos Freis Franciscanos na Paróquia em Itaporã, verificamos também que, no ano de 1962, houve uma grande quermesse e os lucros seriam destinados para a construção do Instituto Santo Antônio, como retrata o livro de Crônicas... (1958): “De 7 a 9 de dezembro de 1962, houve grande quermesse e leilão em benefício da nossa construção que culminou dia 9 após a santa missa com o solene lançamento da Pedra Fundamental no lugar onde vai ser o altar da futura capela do Instituto Santo Antônio”. (CRÔNICAS..., 1958, p. 13).

A construção do Instituto Santo Antônio ocorria de forma lenta em virtude de que a instituição não tinha recursos próprios para construir e, por isso, ficava à mercê de doações para ser instituída. Dessa forma, eram realizadas quermesses e campanhas para angariar fundos para a construção, como revelam os escritos, de 1965, no livro de Crônicas... (1958):

Nossa construção, iniciada em setembro de 1964, foi progredindo durante o corrente ano. Tudo é lento e moroso, pois as entradas e as subvenções são

²⁵ O Decreto-Lei n.º 8.530, de 2 de janeiro de 1946, a Lei Orgânica do Ensino Normal, capítulo III, em seu artigo 4º, estabeleceu que haveriam três tipos de estabelecimentos de ensino normal: o curso normal regional, a escola normal e o instituto de educação. No capítulo IV do referido decreto, em seu artigo 47, contém uma determinação aos estabelecimentos de ensino normal na qual eles deveriam providenciar e manter escolas primárias anexas para demonstração e prática de ensino. No parágrafo 3º do mesmo artigo, definiu-se que cada instituto de educação deveria manter um grupo escolar e um Jardim de Infância. Já no artigo 48, designou-se que, além das escolas primárias referidas no artigo anterior, cada escola normal e cada instituto de educação deveria manter um ginásio sob regime de reconhecimento oficial.

poucas. Com a esperança olhamos para o futuro, confiando na Providência Divina e no bom São José. Várias campanhas pró-construção foram feitas entre os alunos e pessoas amigas. (CRÔNICAS..., 1958, p. 24).

Embora a construção do Instituto fosse considerada morosa pelas Irmãs Franciscanas, no ano de 1966, ela já apresentava alguns resultados visíveis na sua construção, como revela o livro de Crônicas... (1958): “Nossa Construção está bem adiantada. Este ano foi colocado o telhado está sendo rebolcada e pintada por fora, as instalações já estão prontas. O assoalho está sendo feito. A parte térrea só falta a pintar por dentro, o que não está pronto ainda é o 2º piso”. (CRÔNICAS..., 1958, p. 29).

O Instituto Santo Antônio foi o primeiro prédio de dois pisos erigido na área urbana do município de Itaporã e um dos primeiros a serem construídos especialmente para fins educacionais. Souza (1998b) destacou algumas características concernentes à espacialidade e temporalidade dessa modalidade de escola: em realidade, a escola graduada pressupunha não apenas edifício de grandes dimensões para abrigar várias salas de aula, mas também outros espaços diferenciados que atendessem às novas necessidades administrativo-pedagógicas, como gabinete para diretoria, sala de arquivo, portaria, depósito, biblioteca, laboratórios, oficinas para trabalhos manuais, ginásio, anfiteatro e pátios para recreio (SOUZA, 1998b, p. 127-128).

O Instituto Santo Antônio foi construído em dois pavimentos, seguindo a arquitetura semelhante ao da Escola Imaculada Conceição, que se localizava na cidade de Dourados e era administrado pela mesma congregação. O Instituto Santo Antônio tinha localização singular, no centro da cidade de Itaporã, na avenida São José, uma das mais importantes da cidade, sendo “[...] de material, tendo 11 celas, gabinete, belo refeitório, ampla capela, sala de visitas, confortável cozinha com fogão bem instalado e ótima lavanderia e mais umas salas para o futuro servirão de aulas. (CRÔNICAS..., 1958, p. 33).

Figura 21 – Escola Santo Antônio



Fonte: Acervo pessoal da Irmã Maria Sérgia Worfart.

A Figura 21 apresenta a imagem do Prédio do Instituto Santo Antônio, que também foi usado como residência das Irmãs a partir de 1967. A Escola Santo Antônio, fundada em 27 de fevereiro de 1958, pela Ordem Franciscana, tinha como objetivo ser uma escola particular, organizada e administrada pelas Irmãs Franciscanas. No ano de 1968, por falta de um hospital, as Irmãs cederam os compartimentos dos andares térreos para receber doentes com casos mais graves que necessitavam de observa o.

Aos 30 de outubro de 1970, ocorreu a extin o da Escola Santo Antônio, sendo seu prédio aproveitado e adaptado para ser o Hospital “Cristo Redentor”. Como é narrado no livro de Crônicas... (1958):

No mês de janeiro, 2 jovens médicos: Dr. Nelson Kozoroski, e Dr. Arnildo Sulzbacher abriram consultório na cidade de Itaporã. Dentro em poucos, graças a sua dedica o e competência, constavam com numerosa clientela. [...] Aconteceu que os casos mais graves, necessitavam de observa o médica e deviam internar-se. Foi assim que a pedido insistente dos dois médicos e a solicita o do povo em geral, abriu-se as portas do Instituto Santo Antônio, cedendo os compartimentos do andar térreo, para receber estes doentes. Irmã Lúcia Brod veio transferida a Itaporã, a fim de atender a parte de enfermagem. (CRÔNICAS..., 1958, p. 36).

No mês de fevereiro, houve uma reunião com os médicos, as autoridades locais e com as pessoas interessadas juntamente com a presença das Irmãs Beniceta e Régia. Na ocasião, trataram da criação de um Hospital Beneficente em Itaporã. A direção do hospital estaria sobre a responsabilidade de uma diretoria. As Irmãs atenderiam a parte da enfermagem, os médicos ficariam com as consultas e a Diretoria teria a administração geral. Depois de alguns meses, verificou-se não haver possibilidade de concretizar este plano. Assim, em novembro de 1969, o conselho provincial decidiu assumir a administração do Hospital Beneficente:

No mês de novembro, o Conselho Provincial, decidiu assumir o compromisso de criar o Hospital Beneficente, que na prática já estava em pleno funcionamento, pois, os médicos transferiram seus consultórios para um compartimento do Instituto Santo Antônio, para junto de seus doentes interessados. Várias reformas e adaptações foram feitas, dando lugar a uma sala de cirurgia, enfermarias e farmácia. O pequeno Hospital Beneficente começou a funcionar aos 14 de março de 1968, data que é considerada também a da fundação. (CRÔNICAS..., 1958, p. 37).

Em 1969, ao mesmo tempo em que o número de habitantes crescia na cidade de Itaporã, o número de pacientes também aumentava no hospital. O livro de Crônicas relata que as Irmãs registraram como o hospital ia se tornando conceituado: “Já foram internados, 950 doentes. Há grande dedicação por parte do Dr. Nelson e das Irmãs Enfermeiras”. (CRÔNICAS..., 1958, p. 38). “O movimento foi satisfatório, que nos possibilitou a aquisição de diversos equipamentos hospitalares”. (CRÔNICAS..., 1958, p. 43).

O Hospital Beneficente, além de se responsabilizar pelos enfermos, também fazia o trabalho de evangelização, fato também registrado no livro de Crônicas: “No Hospital houve 22 batismos e 5 unções de enfermos” (CRÔNICAS..., 1958, p. 41).

Ocorreu que ao mesmo tempo em que o número de pacientes crescia no Hospital Beneficente, diminuía o número de crianças atendidas na Escola Santo Antônio. Dessa forma, o hospital, que antes só ocupava os pavimentos de baixo, passou a ocupar também outros locais do prédio.

Em 1970, as Irmãs receberam a visita das superiores nas figuras das Madre Joana e Techilda e das Irmãs Lourdes, Régia e Laura. Conforme relatos das Irmãs, na visita:

Alegraram-nos com sua visita as queridas Madre Joana, Madre Techilda e Irmã Lourdes –Ir Régia e Irmã Laura, além de alegria da visita, legalizaram nossa casa. Foi extinto o Instituto Santo Antônio, conforme Ata de 30 de setembro do corrente ano. Seu prédio e bens passaram para o Hospital Beneficente, o qual com a anulação de seu Estatutos próprios, passou a ser mantido pela Sociedade Caritativa e Literária São Francisco de Assis – Zona Norte. (CRÔNICAS..., 1958, p. 41).

Sobre os motivos que levaram ao fechamento do Instituto Santo Antônio, Marques (2008) relata que, como escola, o Instituto Santo Antônio não foi exitoso, pois Itaporã não comportava uma escola particular, visto que a população era rural, com alguns comerciantes e umas poucas farmácias.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tessitura desta pesquisa ligada à história da educação confessional católica e, de forma mais específica, à atuação da Congregação das Irmãs da Penitência e Caridade Cristã na educação escolar do município de Itaporã, situado no sul de Mato Grosso (atual Mato Grosso do Sul), no período de 1958 a 1972, permitiu tecer contribuições e considerações para a escrita desta Tese. Além disso, possibilitou descortinar um objeto de estudo ainda não investigado nesta perspectiva de análise, uma vez que esta pesquisa não se debruçou em escrever a história de uma instituição educativa pertencente a essa Congregação religiosa, como já realizado em outros estudos citados nesta Tese, mas sim em analisar a atuação dessas Irmãs Franciscanas em diferentes espaços escolares instalados tanto pelo poder público quanto pela própria Congregação religiosa em Itaporã.

Para compreendermos as considerações aqui apresentadas, foi preciso retomarmos à questão central e ao objetivo norteador desta Tese: Como a Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã, por meio de sua atuação educacional, contribuiu para o desenvolvimento da educação escolar de orientação católica no município de Itaporã, no período de 1958 a 1972? Apresentada a questão central, o objetivo norteador foi analisar a atuação da Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã, buscando compreender a contribuição dessas religiosas para a implantação e consolidação da educação escolar de orientação católica no município de Itaporã, no período de 1958 a 1972.

A Tese defendida é a de que as Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã tiveram um papel fundamental no campo religioso e social em Itaporã, mas sua atuação principal ocorreu na área da educação escolar, de orientação católica, entre o final da década de 1950 e início da década de 1970. As considerações aqui registradas são percepções que foram possíveis de serem analisadas sobre a atuação na educação escolar da Congregação Franciscana, no referido município, longe de serem considerações fechadas, mas abertas a novas pesquisas, análises e resultados.

Na constituição da tessitura de escrita desta Tese, foi preciso recorrer aos pressupostos da Nova História Cultural e investir na pesquisa documental em diferentes acervos; porém não se pode esquecer que essa investigação foi desenvolvida em um período marcado pela pandemia mundial ocasionada pelo Coronavírus, iniciada em 2020, que causa a COVID-19. Isso acabou dificultando e limitando o desenvolvimento da pesquisa na busca pela documentação em arquivos públicos e particulares, entre outros lugares. Apesar dessas limitações, foi possível localizar, reunir, selecionar e catalogar um conjunto de documentos composto por: Livro

Tombo da Paróquia São José de Itaporã, Crônicas da Escola Santo Antônio, Relatório da Secretaria da Educação de Mato Grosso, Mensagens de Governadores de Mato Grosso, Legislações e Regulamentos Educacionais de Mato Grosso, Jornais, fotografias, entre outros. Além disso, pode-se utilizar também entrevistas realizadas durante o mestrado e que estão presentes na dissertação defendida em 2015, junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados.

Ao que se refere à vinda da Ordem Franciscana e, de forma mais específica, da Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã para o sul de Mato Grosso e, para o município de Itaporã, foi possível compreender que isto ocorreu de forma mais acentuada devido ao projeto “Marcha para Oeste”, desencadeado com o advento do Estado Novo (1937-1945), no governo de Getúlio Vargas. É certo que Vargas orientou esse projeto, cujo objetivo era distribuir terras para trabalhadores nacionais e estrangeiros que tivessem alguma experiência agrária, com o discurso de buscar ocupar os “espaços vazios”, que, na verdade, já eram ocupados pelos povos originários ou populações sertanejas tradicionais (ribeirinhos, e outros tipos humanos do interior brasileiro).

Com esse projeto político-ideológico, objetivava-se colonizar e nacionalizar as fronteiras pela ação de colonos sob a tutela do Estado enquanto coordenador da legislação norteadora da vida socioeconômica do país. Foi neste contexto do período do governo de Vargas que também ocorreu o expansionismo da Igreja Católica em terras mato-grossenses, acentuado a partir de janeiro de 1937, quando a Província da Imaculada Conceição do Sul do Brasil, conciliada à Província Franciscana da Turíngia (Alemanha), estabeleceu a concessão da área de Mato Grosso como terra de missão, uma vez que este território para os Franciscanos representava o vazio, desconhecido e inexplorado, um lugar que precisava ser conquistado e institucionalizado.

Em Mato Grosso, os Franciscanos, desde a sua chegada, puderam visualizar e vivenciar a situação de pobreza do povo de suas paróquias, a falta de hospitais e escolas. Assim, esses religiosos passaram a colaborar na educação, na saúde e na religiosidade. Nesse percurso, notamos que, logo depois da instalação das primeiras residências dos Freis Franciscanos em Mato Grosso, surgiu a proposta de trazer as Irmãs Franciscanas para ajudarem na evangelização, bem como para atuarem nas escolas e no cuidado dos doentes. Desse modo, os Franciscanos conseguiram algumas congregações femininas para ajudar no trabalho pastoral e em escolas paroquiais, na catequese do povo e no serviço paroquial. Essa contribuição pode ser entendida, como uma estratégia, no sentido que acaba por representar a capacidade, conforme assinala Certeau (1998, p. 100) de “[...] produzir, mapear, impor o ‘lugar de poder’ almejado

pelo estrategista, que busca meios de manutenção dentro de relações externas”. No caso, no percurso deste trabalho, não só uma *estratégia* religiosa católica para difundir sua doutrina e inculcar suas normas e valores, mas também para medir suas forças e influências.

No percurso investigativo, percebemos que os Frades Franciscanos chegaram a Itaporã no ano de 1938, ainda quando essa localidade pertencia ao município de Dourados. No entanto, observou-se que a Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã chegou, em 1958, 20 anos após a vinda dos Frades Franciscanos e um ano após a emancipação política de Itaporã. Elas foram convidadas por famílias e políticos locais para prestarem serviços educacionais e, assim, residirem no município.

Diante disso, foi possível notarmos que as Irmãs Franciscanas foram para Itaporã com o propósito de auxiliar os trabalhos dos Frades Franciscanos, por meio de um pedido realizado pelo pároco, pelo prefeito e pelo povo de Itaporã, à ministra provincial Madre Antoninha Werlang, para prestarem serviços educacionais no município de Itaporã, tendo em vista que essas religiosas já atuavam no município de Dourados, nas proximidades de Itaporã, desde 1955, na área educacional.

É certo que as *estratégias* e as *táticas* são classificadas como práticas cotidianas dos indivíduos, ou seja, ações do cotidiano que facilmente passam despercebidas, mas que possuem micro características que devem ser analisadas com mais afinco (CERTEAU, 1998). Desse modo, o autor admite que o sujeito exerce práticas (táticas e estratégias) em seu cotidiano e, por meio delas, transforma o lugar em lugar praticado, ou seja, um espaço. A distinção entre os dois conceitos reside principalmente no tipo de operação, que se pode efetuar. Enquanto as estratégias são capazes de produzir e impor, as táticas só permitem utilizar, manipular e alterar algo (CERTEAU, 1998). Sendo assim, esse autor nos auxiliou no entendimento de como as práticas cotidianas das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã influenciaram nos processos de educação escolar no município de Itaporã.

Embora percebamos que as Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã tivessem o propósito de abrirem instituições educativas em Itaporã, conforme interesse do projeto dessa Congregação católica feminina, a situação da educação escolar nesse município, com as condições de funcionamento das escolas existentes, vivenciada, sobretudo, com a falta de professores habilitados, fizeram com que essas Irmãs juntamente com os Freis Franciscanos elaborassem *estratégias*, no sentido posto por Certeau (1998) para adentrarem, manterem-se e perpetuarem-se em diversos espaços sociais, dentre eles igreja, escola e hospitais, porém mantendo como foco principal de atuação a educação escolar.

Diante disso, em um primeiro momento, da atuação dessas religiosas em Itaporã, observamos que elas prestaram serviços educacionais em escolas públicas, como no Grupo Escolar Antônio João Ribeiro, onde atuaram como professoras e na administração escolar. Certamente, podemos dizer que, desde o início, a atuação das Irmãs Franciscanas foi realizada por meio de *estratégias*, para alcançarem os seus objetivos na educação escolar em Itaporã. É certo que a *estratégia* representa a capacidade de “produzir, mapear, impor o ‘lugar de poder’ almejado pelo estrategista, que busca meios de manutenção dentro de relações externas”. (CERTEAU, 1998, p. 100). Isto deixa claro que a atuação, de fato, das Irmãs foi permeada por *estratégias*, uma vez que essas religiosas conseguiram ganhar visibilidade e espaço, mantendo-se à frente tanto de escolas públicas quanto de particulares por elas instaladas, atuando na administração escolar bem como na docência, o que acabou produzindo assim, ao apoiar-se em Certeau (1998), um ‘lugar de poder’ a essas religiosas, na educação escolar do município de Itaporã.

As fontes evidenciaram que quando as Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã chegaram ao Grupo Escolar Antônio João Ribeiro em Itaporã, esta instituição escolar passava por sérias dificuldades e a escola encontrava-se em situação de abono pelo governo do Estado. Porém, percebemos, no decorrer dos anos, que com a atuação e os empreendimentos realizados por essas religiosas junto a essa instituição pública, a matrícula de crianças da comunidade cresceu, a ponto de, em 1968, as quatro salas de aula não conseguirem atender ao número crescente de crianças e adolescentes em idade escolar, havendo a necessidade de a Igreja Católica local ter de ceder imóveis para que o Grupo Escolar pudesse abrigar os seus alunos.

Importa destacar aqui que essa melhoria nas condições do ensino do Grupo Escolar Antônio João Ribeiro em Itaporã acabou fazendo com que as Irmãs Franciscanas operassem com uma *tática*. Cumpre lembrar que a *tática* não tem o lugar próprio nem localiza o adversário num espaço distinto e objetivável, só tendo por lugar o outro. (CERTEAU, 1998). Ainda conforme indica Certeau (1998), *a tática*, “[...]. Aproveita ‘as ocasiões’ e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas” (CERTEAU, 1998, p. 100) e foi por meio dessa atuação que as Irmãs conseguiram trazer melhorias no ensino primário no município de Itaporã, por meio dessa atuação junto ao Grupo Escolar Antônio João Ribeiro, inclusive, essa *tática* permitiu produzir *estratégias*, conforme Certeau (1998).

No período delineado para esta investigação, constatamos que as ações desenvolvidas no Grupo Escolar Antônio João Ribeiro pela atuação e orientações das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã, nesta instituição escolar pública, acabaram por culminar no

oferecimento de uma educação escolar marcada pela presença religiosa Franciscana em Itaporã, bem como possibilitaram compreender que a *estratégia* utilizada por essas religiosas de se introduzirem na área da educação do município de Itaporã, por meio de atuação em escola pública já existente, deu visibilidade e permitiu que elas ganhassem mais espaço nesse município, de fato, apoiando-se em Certeau (1998), essa atuação, acabou produzindo uma *estratégia* significativa de atuação dessas religiosas, uma vez que mais uma instituição escolar pública foi entregue às Irmãs Franciscanas, no caso, a Escola Reunidas de Itaporã, criada 1955, que passou a ser dirigida por essas religiosas tanto na administração quanto na docência a partir de 1961.

Ainda nessa direção, as fontes possibilitaram observar que a atuação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã em Itaporã fez-se presente para além do ensino primário no Grupo Escolar Antônio João Ribeiro e na Escola Reunidas de Itaporã, já que elas também atuaram no ensino Pré-Escolar, junto ao Jardim da Infância paroquial criado pelos Freis Franciscanos, tanto como docentes quanto como administradoras escolar, atendendo às crianças que ainda não tinham idade para frequentarem o Grupo Escolar Antônio João Ribeiro e a Escola Reunida de Itaporã. Além disso, estenderam a sua atuação à fundação da Escola Santo Antônio, em 1960, uma instituição confessional católica que tinha o propósito de abrir as portas para o trabalho dessas religiosas em diversos níveis da educação em Itaporã, como no Curso Normal, no Jardim de Infância, e no Primário e Ginásio.

Portanto, observamos que a atuação dessas Irmãs Franciscanas no município de Itaporã foi engendrada por *estratégias* e *táticas*; enquanto *estratégias*, notamos o movimento dessas religiosas na educação escolar, voltado tanto para administração escolar quanto ao exercício da docência no ensino primário e no Jardim da Infância, com atuação em escolas públicas já existentes e criação de instituições de escolares; como também nas ações de evangelização. Ainda que as *estratégias* fossem predominantes, percebemos que havia *táticas*, uma vez que a atuação dessas religiosas trouxe melhorias na educação escolar do município de Itaporã, com a expansão no atendimento de crianças em idade escolar, o que acabou por revelar que “as *táticas* apontam para uma hábil utilização do tempo, das ocasiões que apresenta e também dos jogos que introduz nas fundações de um poder”. (CERTEAU, 1998, p. 96).

Diante da atuação na educação escolar em Itaporã, observamos que a Irmãs da Penitência e Caridade Cristã juntamente com os Franciscanos construíram *táticas* e *estratégias* para que o ensino fosse ofertado e legitimado nesse município não somente nas escolas confessionais, mas em várias escolas, inclusive, nas pertencentes à iniciativa pública,

localizadas no município de Itaporã e, assim, produziram normas e práticas que pudessem forjar, instruir e catequizar.

Por fim, consideramos que todos os esforços em trazer à luz a atuação das Irmãs da Penitência e Caridade Cristã na educação escolar do município de Itaporã, situado no sul de Mato Grosso (atual Mato Grosso do Sul), no período de 1958 a 1972, revelaram a contribuição da Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitencia e Caridade Cristã para com o processo de educação escolar, em diferentes níveis de ensino, tanto em escolas públicas quanto em instituições criadas e fundadas pelos Franciscanos e pelas religiosas em Itaporã. Essas ações foram empreendidas tanto na docência quanto na administração escolar, em uma época que Itaporã ainda carecia de professores habilitados, e elas já chegaram ao município com o diploma da Escola Normal.

Ao longo da escrita desta Tese e ao finalizar as considerações aqui tecidas, ainda que tivesse alcançado respostas às indagações propostas, é importante estar atento aos limites no desenvolvimento desta pesquisa, pois nem todas as possibilidades de análise acerca da atuação na educação escolar pelas Irmãs da Penitência e Caridade Cristã em Itaporã, sobretudo, na atuação junto com os Freis Franciscanos foram realizadas e esgotadas. Afinal, o percurso trilhado nessa investigação permite ainda compreender que outras análises são possíveis de serem efetuadas sobre a atuação das Irmãs Franciscanas no município de Itaporã, como a história do Jardim de Infância, a história das Irmãs Franciscanas como educadoras, a história dessas Irmãs na administração escolar, entre outros.

Ao finalizar a escrita desta tese, apesar de reconhecer a presença de limites tanto na escrita quanto nas análises, temos o interesse de que os resultados aqui apresentados contribuam tanto para a História e Historiografia da Educação Brasileira quanto para a História da Educação Historiografia da Educação de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, sobretudo, para as pesquisas sobre a história da educação confessional católica e, de forma mais específica, sobre a atuação de uma Congregação religiosa feminina na educação escolar de um município, situado no sul de Mato Grosso (atual Mato Grosso do Sul), no período de 1958 a 1972.

REFERÊNCIAS

- ABREU, C. **Capítulos da história colonial**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2009.
- ABREU, S. de. Região da Grande Dourados (MS): Planejamento e (des) construção de uma região. *In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA*, 10., 2005, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: USP, 2005.
- ACKERMANS, G.; OSTERMANN, Ú.; SERBACKI, M. **Chamadas pela bondade de Deus**. Traduzido por Benícia Flesch. Porto Alegre, 2000.
- ALBERTI, V. **História oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990.
- ALVES, G. L. Aulas régias na Capitania de Mato Grosso: um exercício preliminar de crítica historiográfica. *In: SÁ, N. P. de; SIQUEIRA, E. M.; SIQUEIRA, R. M. (org.). Instantes e memória na História da Educação*. 1. ed. Cuiabá: EDUFMT; Brasília: INEP, 2006, p. 13-36.
- AMARO, E. M. **Escola Franciscana Imaculada Conceição: História da instituição educativa na região de Dourados, sul de Mato Grosso (1955-1975)**. 2018. 235 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2018.
- AMORIM, R. P. **O curso de treinamento de professores leigos: profissionalização e representações da docência em Mato Grosso (1963-1971)**. 2019. 294 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2019.
- BORBA, M. D. S. **Entre leigos franciscanos: da Escola Paroquial a Escola Reunidas, Vila São Pedro, Distrito de Dourados – MT/MS (1957-1979)**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2019.
- BOSCHILIA, R. Juventude, Ultramontanismo e Educação Católica. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 43, p. 87-102, 2005.
- BOSI, E. **Memória e sociedade: lembrança de velhos**, São Paulo: T.A. Editor, 1994.
- BRASIL. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.
- BRASIL. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – Território Rural da Grande Dourados – MS**. Brasília: MDA, Fundação Cândido Rondon, 2006. Disponível em: http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_territorio047.pdf. Acesso em: 21 fev. 2015
- BURITY, J. **Entre o reino de Deus e a autoridade civil: pentecostais, cultura e política. Identidade política no campo religioso**. Recife: Editora da UFPE, 1997.
- BURKE, P. **Testemunha ocular: história e imagem**. Bauru: EDUSC, 2004.
- BURKE, P. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

- BURKE, P. **Testemunha ocular**: o uso de imagens como evidência histórica. Traduzido por Vera Maria Xavier dos Santos. São Paulo: Editora Unesp, 2017.
- CARLI, M. A. F. **Dourados e a democratização da terra**: povoamento e colonização da Colônia Agrícola Municipal de Dourados (1946-1956). Dourados: Ed. UFGD, 2008
- CAVALCANTI, R. **Cristianismo e política**: teoria bíblica e prática histórica. 3. ed. São Paulo: Temática Publicações, 1994.
- CERTEAU, M. de. **A escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CHAMORRO, G. Cultura e transformações sociais. *In*: CHAMORRO, G.; COMBÈS, I. (org.). **Povos indígenas em Mato Grosso do Sul**. História, cultura e transformações sociais. Dourados: Ed. UFGD, 2015.
- CHARTIER, R. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.
- CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ed. Ática, 1995.
- COOLS, A.; WINPERSEE, H. V. de. **Madre Madalena Damen e sua congregação**: Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã. Tradução de Irmã Júlia Elvira Steffen. Porto Alegre, 1966.
- CORDEIRO, A. A. **A vida e os sonhos de um nordestino parente de todos**. Campo Grande: Centro Gráfico Ruy Barbosa, 2010.
- CORTESÃO, J. **Manuscritos da Coleção de Angelis**. Jesuítas e bandeirantes no Itatim (1596-1760). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1952.
- CRÔNICAS DA ESCOLA SANTO ANTÔNIO. Itaporã, 1958.
- DANIEL, O. Erva-Mate: **Sistema de produção e processamento industrial**. Dourados: Ed. UFGD, 2009.
- DERISSO, J. L. **O relativismo do pensamento pós-moderno como legitimação para o ensino religioso na escola pública brasileira**. 2012. 228 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2012.
- DOURADOS - década de 1950. **O Progresso**. Dourados, 1953.
- FARIA FILHO, L. M. de; VIDAL, D. G. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, n. 14, p. 21-56, 2000.
- FÉNELON. **Traité de L' Education des filles**. Paris: Klincksieck, 2011.

FINCO, D. Educação infantil, gênero e brincadeiras: das naturalidades às transgressões. *In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO*, 28., 2005, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: ANPED, 2005. Disponível em: <https://anped.org.br/biblioteca/item/educacao-infantil-genero-e-brincadeiras-das-naturalidades-transgressoes>. Acesso em: 20 ago. 2021.

FLESCH, B. **Seguindo passo a passo, uma caminhada: História da Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã no Brasil**. Porto Alegre, 1993.

FREIRE, A. *et.al.* **Paróquia São José de Itaporã: seu povo, sua história**. Dourados: Editora Dinâmica, 2006.

FREITAS, M. C.; BICCAS, S. M. O atendimento das crianças de 0 a 6 anos no coração das lutas políticas por educação infantil, no Brasil. *In: FREITAS, M. C.; BICCAS, S. M. (org.). História da educação no Brasil (1926-1996)*. São Paulo: Cortez, 2009. p. 287-311.

GAETA, M. A. J. **Os percursos do ultramontanismo em São Paulo no bispado de D. Lino Deodato R. de Carvalho**. 1991. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

GALETTI, L. da S. G. Mato Grosso: o estigma da barbárie e a identidade regional. **Texto de História**, Brasília, v. 3, n. 2, p. 48-81, 1995.

GALETTI, L. S. G. **Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso**. 2000. 274 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, 2000.

GINZBURG, C. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GIUMBELLI, E. A presença do religioso no espaço público: modalidades no Brasil. **Religião e Sociedade** [S. l.], v. 28, n. 2, p. 80-101, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-85872008000200005>. Acesso em: 27 set. 2022.

GONSALVES, M. I. N. A Missão Franciscana e a escola Patronato São Francisco em Dourados-MS, décadas de 1940 e 1960. *In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO – CENTRO-OESTE*, 12., 2014, Goiânia. **Anais [...]**. Goiânia: ANPED, 2014.

GRESSLER, L. A.; SWENSSON, L. J. **Aspectos históricos do povoamento e da colonização do Estado de Mato Grosso do Sul**. Dourados: Dag, 1988.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

HOBSBAWM, E. Introdução: a invenção das tradições. *In: HOBSBAWM, E.; RANGER, T. (org.). A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HUNT, L. **A Nova História Cultural**. Tradução de Jefferson Luis Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

IGLESIAS, T. C. **A experiência educativa da Ordem Franciscana: aplicação na América e sua influência no Brasil colonial.** 2010. 436 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

KNOB, F. P. **A Missão Franciscana do Mato Grosso.** Campo Grande: Editora Loyola, 1988.

KRINDGES, L. **Processo formativo religioso: etapas de formação inicial da Província Imaculado Coração de Maria.** Entrevista cedida a Franciele Roveda Maffi. Santa Maria, 26 set. 2011.

KUHLMANN JR., M. Histórias da educação infantil brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, n. 14, maio/ago. 2000. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a02.pdf>. Acesso em: 1 abr. 2020.

KUHLMANN JR., M. O jardim-de-infância e a educação das crianças pobres. *In:* MONARCHA, C. (org.). **Educação da infância brasileira 1875-1983.** Campinas: Autores Associados, 2001. p. 31-80.

LE GOFF, J. **História e Memória.** Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

MAFFI, F. R. **As Irmãs Franciscanas: um estudo sobre as mulheres de vocação consagrada.** 2010. Artigo (Especialização em Patrimônio Cultural e Identidades) – Universidade Luterana do Brasil, Canoas, 2010.

MAGALHÃES, J. Um apontamento metodológico sobre a história das instituições educativas. *In:* SOUSA, C. P.; CATANI, D. B. (org.). **Práticas Educativas, Culturas Escolares, Profissão Docente.** São Paulo: Escrituras Editora, 1998.

MARIN, J. R. Diáspora e Identidades: as experiências missionárias dos franciscanos alemães em Mato Grosso. **Revista Brasileira de História das Religiões**, Maringá, ano 5, n. 13, p. 205-234, maio 2012a. Disponível em: <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/index.html>. Acesso em: 12 jan. 2019.

MARIN, J. R. Diásporas, identidades e traduções culturais dos Franciscanos alemães em Mato Grosso. *In:* MARIN, J. R. (org.). **Religiões e identidades.** Dourados: UFGD, 2012b. p. 103-130.

MARQUES, M. A. **Uma trajetória de fé e perseverança: Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã.** Santa Maria: UNIFRA, 2008.

MARTINS, Â. M. S.; BONATO, N. M. da C. (org.). **Trajetórias históricas da educação.** Rio de Janeiro: Rovellet, 2009.

MATO GROSSO. **Relatório apresentado pelo Diretor da Instrução Pública, José Estevão Corrêa, ao Presidente do Estado de Mato Grosso, Antônio Corrêa da Costa.** Cuiabá, 3 de jan. 1898.

MATO GROSSO. **Decreto n.º 265, de 22 de outubro de 1910.** Regulamento da Instrução Primária do Estado de Mato Grosso. Cuiabá: Governo do Mato Grosso, 1910.

MATO GROSSO. **Decreto n.º 759, de 22 de abril de 1927.** Regulamento da Instrução Pública Primária do Estado de Mato Grosso. Cuiabá: Governo do Mato Grosso, 1927.

MATO GROSSO. **Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da República pelo Governador Aníbal Toledo.** Cuiabá: Imp. Oficial, 1930.

MATO GROSSO. **Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da República pelo Governador Manoel Ary da Silva Pires.** Cuiabá: Imp. Oficial, 1937.

MATO GROSSO. **Decreto n.º 1927, 14 de julho de 1954.** Criação da Escola Reunida de Itaporã. Cuiabá: Governo do Mato Grosso, 1954.

MATO GROSSO. **Decreto n.º 2197, 17 de agosto de 1955.** Transformação da Escola Reunida em Grupo Escolar Antônio João Ribeiro. Cuiabá: Governo do Mato Grosso, 1955.

MATO GROSSO. **Resolução n.º 19, de 1972.** Estabelece o Ensino Primário. Cuiabá: Arquivo Público de Mato Grosso, 1972.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Departamento de Terras e Colonização. **1º Relatório sobre a colônia existente no Estado de Mato Grosso do Sul.** Campo Grande: Governo do Mato Grosso do Sul, 1979.

MELLO, L. M. de. **Relatório Escolas Normal e Modelo Anexa.** Cuiabá, 1911.

MONTEIRO, J. da S. **O patronato de menores de Dourados – MT/MS: cultura escolar e estratégias da ação social franciscana.** 2021. Tese (Doutorado em Educação) – Univesidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2021.

MORO, V. Organização administrativa da SCALIFRA-ZN. *In:* BARIN, N. T. R. (org.). **SCALIFRA-ZN: Conquistas e perspectivas na educação.** Santa Maria: UNIFRA, 2006. p. 59-67.

NECKER, L. **Indios guaraníes y chamanes franciscanos: las primeras reducciones del Paraguay (1580-1800).** Asunción: CEADUC; Biblioteca Paraguaya de Antropología, 1990.

OLIVEIRA, C. E. **Migração e escolarização: história de instituições escolares de Tangará da Serra – Mato Grosso – Brasil (1964-1976).** 2009. 335 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

OLIVEIRA, L. M. L. de. Memórias e experiências: desafios da investigação histórica. *In:* FENELON, D. R. *et al.* **Muitas memórias, outras histórias.** São Paulo: Olho D'água, 2004.

OLIVEIRA, Z. R. de. **Educação Infantil: fundamentos e métodos.** São Paulo: Cortez, 2002.

PAES, A. B. **A escola primário rural em Mato Grosso no período republicano (1889-1942).** 2011. 268 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2011.

PORTELLI, A. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre ética na história oral. **Projeto História**, São Paulo, n. 15, p. 13-49, abr. 1997.

QUEIROZ, P. R. C. Articulações econômicas e vias de comunicação do antigo sul de Mato Grosso (séculos XIX e XX). *In*: LAMOSO, L. P. (org.). **Transportes e políticas públicas em Mato Grosso do Sul**. Dourados: Ed. UFGD, 2009, p. 15-76.

RODELINI, C. F. da C. **Grupo escolar Antônio João Ribeiro: cultura escolar primária em Itaporã-MT, uma contribuição para a história das instituições educativas**. 2015. 139 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2015.

RÖWER, B. **Páginas de história franciscana do Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 1957.

RUPOLO, I. I. Irmãs Franciscanas no Rio Grande do Sul e compromisso educacional. **Revista Vydia**, [S. l.], p. 83-98, jul. 2001.

SANDER, S. G. **As Irmãs de Bonlanden: Colégio Franciscano São Miguel de Ladário/MT (1940-1974)**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2020.

SANTANA JÚNIOR, J. R. Formação territorial da Região da Grande Dourados: colonização e dinâmica produtiva. **Geografia**, Londrina, p. 89-107, jan./jun. 2009.

SANTOS, R. C. E.; SÁ, F. E. Educação infantil em Mato Grosso (1920 -1945). *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 26., 2011, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo, 2011.

SARAT, M. **Lembranças de infância: que história é essa?** 1999. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 1999.

SILVA, E. F. de S. P. **De criança a aluno: as representações da escolarização da infância em Mato Grosso (1910-1927)**. 2006. 220 f. Tese (Doutorado em História da Educação e Historiografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SIMIÃO, R. A. V. **O processo de profissionalização docente em Mato Grosso (1930-1960)**. Cuiabá: EdUFMT; Central Texto, 2006.

SOUZA, R. F. de; FARIA FILHO, L. M. de. A contribuição dos estudos sobre grupos escolares para a renovação da história do ensino primário no Brasil. *In*: VIDAL, D. G. (org.). **Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)**. Campinas: Mercado das Letras, 2006. p. 21-56.

VALENTE, S. S. **Estratégias de constituição histórica de uma escola rural**. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2008.

VALDEZ, F. S. **Seminário Santo Antônio de Rio Brilhante (MT/MS): Educação e Missão (1959-1994)**. 2017. 252 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2017.

VIDAL, D. G. A fotografia como fonte para a historiografia educacional sobre o século XIX: uma primeira aproximação. *In*: FARIA FILHO, L. M. de (org.). **Educação, Modernidade e Civilização**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

VIDAL, D. G. **Culturas escolares**: estudo sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX). Campinas: Autores Associados, 2005.

VIDAL, D. G.; ABDALA, R. D. A fotografia como fonte para a História da Educação: questões teórico-metodológicas e de pesquisa. **Revista Educação**, Santa Maria, v. 30, n. 2, p. 177-194, jul./dez. 2005.

VIDAL, D. G; BICCAS, M. As múltiplas estratégias de escolarização do social em São Paulo (1770 – 1970). Cultura e prática escolar. *In*: VIDAL, D. G. **Educação e reforma**: o Rio e janeiro nos anos de 1920-1930. Belo Horizonte: Argymentvm, 2008.

WILLEKE, V. Escolas Franciscanas do Brasil. **Revista da Escola de Belas Artes de Pernambuco**, Recife, 1961.

WILLEKE, V. **Missões Franciscanas no Brasil (1500-1975)**. Petrópolis: Vozes, 1974.

WILLEKE, V. Missões e Missionários na Província de Santo Antonio. **Revista de História**, São Paulo, ano 28, n. 56, 1977a.

WILLEKE, V. **Franciscanos na História do Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1977b.

WILLEKE, V. **Franciscanos no Maranhão e Piauí**. Petrópolis: Vozes, 1978.

ZANON, D. **O poder dos bispos na administração do ultramar português**: o bispado de São Paulo entre 1771 e 1824. 2014. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

ZAVALLONI, R. **Pedagogia Franciscana**: desenvolvimento e perspectiva. Petrópolis: Vozes, 1999.

ZORZATO, O. Os alicerces da identidade mato-grossense. **Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro**. Rio de Janeiro, v. 408, p. 419-435, 2000.

ANEXOS**ANEXO A – Irmã Maria Liúba**

Fonte: Acervo da secretária provincial das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã. Santa Maria - RS.

ANEXO B – Obituário Irmã Maria Liúba

**Irmã Ludemilla Heck
(Irmã Maria Liúba)**

Nasceu: 29/01/1920**Professou:** 03/02/1945**Faleceu:** 21/11/2004

*"O Senhor vela por aqueles
que O amam". SL144,20*

Irmã Ludemilla nasceu em Cerro Largo, RS e com apenas 09 dias de vida foi levada a pia batismal, na Capela São Pedro.

Seus pais, Leopoldo Antônio Heck e Margarida Eichelberger Heck, pessoas simples e profundamente religiosas, transmitiram aos filhos valores evangélicos.

Dentre os 09 filhos do casal, Irmã Ludemilla ocupou o segundo lugar. Das suas irmãs, 04 ainda vivem, bem como 02 irmãos. Os demais já a precederam na casa do Pai.

Iniciou sua caminhada como estudante em Porto Alegre, no Colégio Santa Terezinha e durante esse período fez seu discernimento vocacional.

Como discípula do "Senhor que vela por aqueles que O amam", deu o seu SIM ao chamado à Vida Religiosa, no dia 25 de fevereiro de 1943, ingressando no Postulado. No ano seguinte, no dia 02 de fevereiro, foi admitida ao Noviciado e recebeu o nome de Irmã Maria Liúba. No dia 03 de fevereiro de 1945, fez sua Consagração Religiosa como Irmã Franciscana da Penitência e Caridade Cristã, em São Leopoldo, RS.

Após a Profissão, foi trabalhar no Colégio Santa Terezinha, em Porto Alegre.

Irmã Ludemilla foi uma pessoa batalhadora, serviçal, perseverante e pronta para assumir trabalhos e responsabilidades. Foi co-fundadora de novas frentes abertas pela Província em São José do Inhacorá, RS e em Dourados, MS.

Em 1950, quando foi aberta a primeira comunidade em São José do Inhacorá, com muita dedicação assumiu as juvenistas e atuou como professora, na Escola Madre Madalena.

Depois de São José do Inhacorá esteve um ano, em Cruz Alta, no Colégio Franciscano Santíssima Trindade, no exercício do magistério.

Em 1954, quando a Província iniciou a missão em Dourados, MS, Irmã Ludemilla foi enviada como superiora com mais cinco Irmãs.

De 24 de fevereiro de 1964 a 19 de julho de 1970 fez parte do governo Província como Assistente. Tendo que permanecer no Sul, veio para Santa Maria, como superiora e coordenadora das internas no Educandário São Vicente de Paulo. Foi o tempo em que houve as grandes reformas no Orfanato. Organizou as meninas em pequenos grupos para terem a experiência da vida em família. Foi uma experiência muito feliz, deu certo, graças ao dinamismo e ao espírito de organização de Irmã Ludemilla.

Em agosto, quando terminou sua missão como Assistente Provincial, voltou para Dourados como superiora do Colégio Franciscano Imaculada Conceição. Este cresceu muito e já contava com quase mil alunos.

Em 1977 foi transferida para Guaíra, PR, no Colégio Franciscano Nossa Senhora do Carmo, onde desempenhou sua missão de superiora local e administradora da casa até o ano de 1980, quando retornou para Mato Grosso do Sul, para a cidade de Itaporã.

Fonte: Acervo da secretária provincial das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã. Santa Maria - RS.

ANEXO C – Obituário Irmã Maria Liúba

Durante 14 anos dedicou-se à Paróquia São José, desenvolvendo excelente trabalho na catequese e no Ensino Religioso na zona rural. Na coordenação do "Clube de Mães" pode ajudar muitas senhoras necessitadas através de formação e orientação para o trabalho.

Deu incentivo e muito colaborou com a iniciativa do Pároco, Frei Érico Renz, de nacionalidade alemã que, com a ajuda de familiares e amigos de sua terra natal, construíram o "Conjunto Porciúncula", com 100 moradias para famílias carentes, sem casa própria. Irmã Ludemilla foi incansável nesse empreendimento. Era especialmente estimada e considerada pelo povo de Itaporã.

Em fins de 1994, quando sofreu um acidente vascular cerebral foi transferida para a Comunidade Imaculada Conceição, em Dourados, para receber os cuidados de saúde.

Irmã Ludemilla tinha um coração de pobre, amava as crianças, os pobres e sofredores. Dedicava especial atenção aos Índios Bororos, Caiuás e Guaranis das aldeias de Dourados. Sempre que possível dava formação religiosa às famílias indígenas, arrumava emprego e ajudava-os com agasalho e gêneros alimentícios.

A Irmã era piedosa, serviçal e muito humana. Dispensava cuidados especiais às meninas internas e as vocacionadas à Vida Religiosa. Amava a vida, era afável e sempre pronta para servir.

Irmã Ludemilla sempre foi uma presença corajosa e dinâmica na missão que assumia. Pelas suas características de pessoa simples, amiga, acolhedora, caridosa e compreensiva foi uma testemunha viva do carisma de São Francisco e Madre Madalena. As Irmãs e demais pessoas que a conheceram e/ou com ela trabalharam sempre a estimaram muito.

Viveu como peregrina a caminho do reino e Franciscana que não possui casa própria.

Como seu estado de saúde continuou se agravando, no dia 10 de setembro de 2002, veio transferida para Santa Maria, RS e fez parte das Irmãs que recebem tratamento adequado à sua enfermidade, na Ala São José. Mesmo com todos os cuidados médicos e de enfermagem sua doença foi avançando sempre mais. Teve que ser hospitalizada e receber tratamento intensivo. Quando teve alta, retornou para a Ala São José onde continuou recebendo os cuidados das enfermeiras e o carinho das co-Irmãs que a visitavam e rezavam com ela.

No dia 21 de novembro de 2004, festa de Cristo Rei, Irmã Ludemilla foi chamada pelo "Senhor que vela por aqueles que O amam", para receber a recompensa prometida aos que não enterraram os talentos recebidos.

Irmã Ludemilla, nós louvamos a Deus pela sua vida e agradecemos pelo espírito de fé e de oração, pelo exemplo de trabalho, dedicação e testemunho de vida Consagrada.

Que a senhora junto de Deus, interceda pela Igreja, pela Congregação, pela Província, por nós, por seus familiares e amigos(as).

Santa Maria, 22 de novembro de 2004.

ANEXO D – Irmã Maria Rosita



Fonte: Acervo da secretária provincial das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã. Santa Maria-RS.

ANEXO E – Obituário Irmã Maria Rosita

Irmã Maria Rosita - (Hilda Meyer)

Filha de Jacob Meyer e Suzana Milbrath, nasceu em 27 de julho de 1912 em São Lourenço do Sul. Foi a primogênita dos sete filhos do casal.

Sentindo o chamado à Vida Religiosa, foi admitida ao postulado em 1933 em São Leopoldo. Em 1935 fez sua Primeira Profissão e foi trabalhar na Santa Casa de Rio Grande. Sua responsabilidade, zelo e boa vontade, conquistaram-lhe a confiança dos enfermos, funcionários e médicos.

Em 1938 fez sua Profissão Perpétua em São Leopoldo, continuando seu apostolado em Rio Grande até 1954.

Após estes anos de serviço na Santa Casa, diversas outras Instituições tiveram o benefício da sua presença e missão. Estas Instituições foram: Hospital Santa Lúcia de Cruz Alta, Patronato São Francisco e Instituto Educacional de Dourados, Escola Nossa Senhora de Fátima de Brasília, Escola Santa Rosa de Lima de Santa Rosa, Hospital de Caridade, Convento São Francisco e Faculdade de Enfermagem de Santa Maria e Hospital São Francisco de São José do Inhacorá.

Em 1998, devido a sua enfermidade veio transferida para a Ala São José, para receber os cuidados que o caso exigia.

Sua Vida religiosa foi sempre um grande incentivo para as Irmãs. Sua maneira simples de ser, sua alegria, seu convívio fraternal e sua vida de oração foram características fortes da sua vida franciscana.

Chegou à idade de 89 anos e soube viver esses últimos anos com otimismo, amor e esperança. Falava da morte com muita naturalidade e estava preparada para este momento de partida.

Irmã Rosita deixa saudades e queremos agradecer seu testemunho de doação e coragem que a acompanharam até o fim. Deus lhe seja a recompensa por tudo.

Irmã Rosita, viva na paz e na alegria do Reino, no esplendor da luz do Senhor.

Santa Maria, 15 de fevereiro de 2001.

Fonte: Acervo da secretária provincial das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã. Santa Maria-RS.

ANEXO F – Sótão: Paróquia São José – Itaporã-MS



Fonte: Acervo pessoal da autora.

ANEXO G – Sala utilizada pela pesquisadora para leitura do livro Tombo da Paróquia São José – Itaporã-MS



Fonte: Acervo pessoal da autora.

ANEXO H – Sótão: Paróquia São José – Itaporã-MS



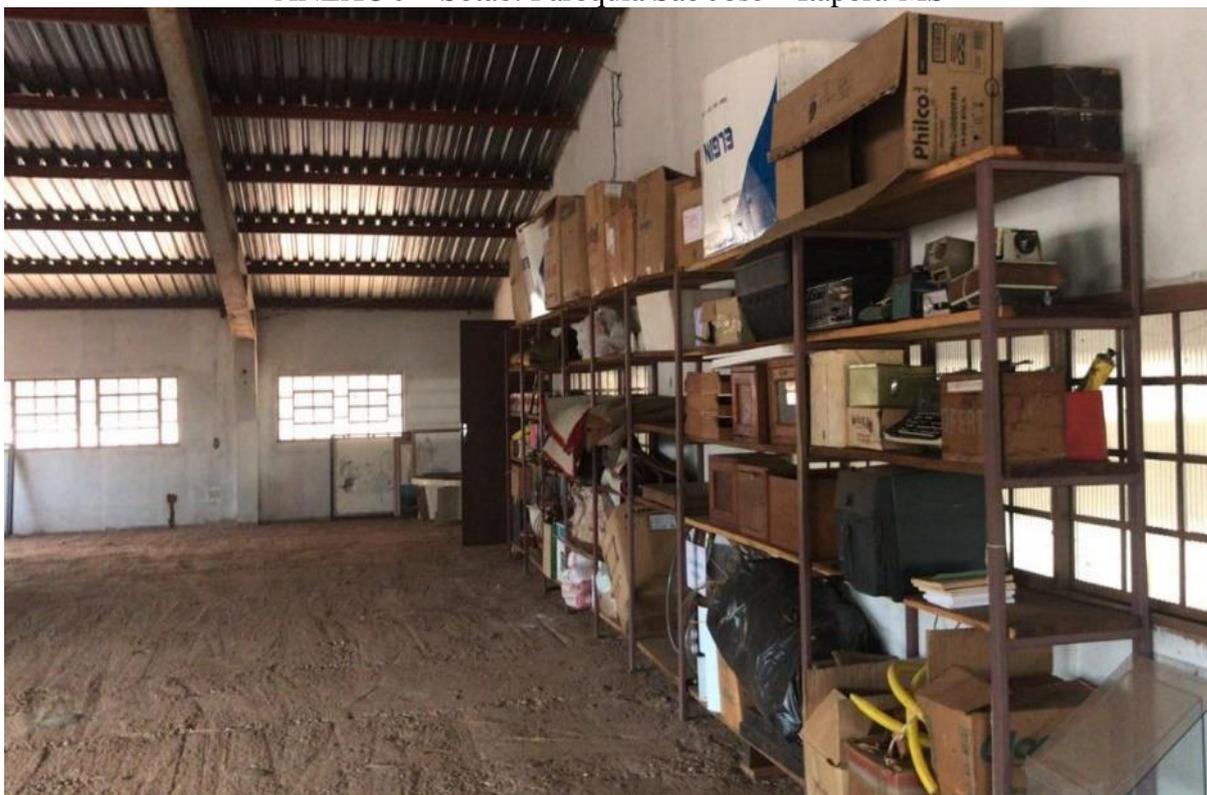
Fonte: Acervo pessoal da autora.

ANEXO I – Sótão: Paróquia São José – Itaporã-MS



Fonte: Acervo pessoal da autora.

ANEXO J – Sótão: Paróquia São José – Itaporã-MS



Fonte: Acervo pessoal da autora.